



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 007 – SÁBADO, 9 DE FEVEREIRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º SECRETÁRIA Žngela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (63,70) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (65) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Líder do PT - 12 Wellington Dias (27,66) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,71) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (64) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,43,69)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB (34,61) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - PTB (56,59,60) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,67) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13,52,62)
		PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2013	02577	
1.1 – ABERTURA	02577	
1.2 – EXPEDIENTE	02577	
1.2.1 – Comunicação da Presidência		
Retorno, ao exercício do mandato, do Senador Ataídes Oliveira, primeiro suplente, em virtude do afastamento do titular, Senador João Ribeiro...	02577	
1.2.2 – Discursos do Expediente		
<i>SENADOR WELLINGTON DIAS</i> – Considerações acerca dos resultados apresentados pela Petrobras em 2012; e outros assuntos.	02578	
<i>SENADOR PAULO PAIM</i> – Síntese dos trabalhos desenvolvidos por S. Exª no Senado Federal; e outros assuntos.	02583	
<i>SENADORA ANA AMÉLIA</i> – Preocupação com o aumento do número de acidentes no período do Carnaval; e outros assuntos.	02591	
1.2.3 – Comunicações da Presidência		
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011) e do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011.	02594	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012.	02594	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 80, de 2012.	02594	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2012.	02594	
Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal, dos seguintes órgãos: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ofício nº 73/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Ofício nº 3/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Ofício nº 11/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Ofício nº 42/2013, na origem), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Ofício nº 24/2013, na origem),		
Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Ofício nº 1.963/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Ofício nº 43/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Ofício nº 48/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Ofício nº 2/2013, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Ofício nº 2/2013, na origem).....		02595
1.2.4 – Comunicação		
Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas comissões (Ofícios nºs 16, 15, 13 e 17/2013). Designação do Deputado Arnaldo Jardim, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012. Designação do Deputado Stepan Nercessian, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 602, de 2012. Designação do Deputado Humberto Souto, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 603, de 2013. Designação do Deputado Arnaldo Jardim, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, de 2013.		02635
1.2.5 – Ofícios de Ministros de Estado		
Nº 1/2013, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.036, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto.		02636
Nº 73/2013, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 520, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.		02636
1.3 – ENCERRAMENTO		
2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA		
3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO		
3.1 – Termos de Reunião		
Referentes à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012.....		02638

3.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012

Atas da 1ª a 3ª Reunião..... 02640

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 02661

Bancadas dos Partidos 02662

Por ordem alfabética 02663

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 02664

6 – LIDERANÇAS 02665

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 02668

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 02677

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 02684

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 02691

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 02696

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 02701

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 02710

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 02716

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 02724

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 02732

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 02739

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 02743

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 02745

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 02746

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 02748

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 02748

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 02749

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 02751

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 02753

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 02755

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 02757

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 02759

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) 02765

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 02767

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)..... 02768

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.. 02769

Comissões Mistas Especiais 02771

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 02773

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 02774

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 02775

Ata da 5ª Sessão, Não Deliberativa, em 8 de fevereiro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Ana Amélia e dos Srs. Wellington Dias e Paulo Paim

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 14 minutos e
encerra-se às 11 horas)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta sexta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, reassumindo, nesta data, a representação do Estado do Tocantins, em substituição ao Senador João Ribeiro, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a Bancada do Partido PSDB. Nome parlamentar: Senador Ataídes Oliveira. Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2013.

É o seguinte o documento na íntegra:

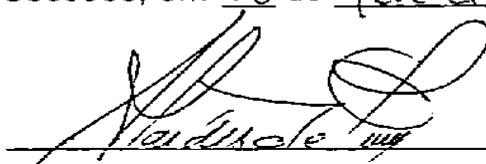
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, reassumindo nesta data a representação do Estado do Tocantins, em substituição ao Senador João Ribeiro, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PSDB.

Nome Parlamentar: Ataídes Oliveira

Sala das Sessões, em 08 de Fevereiro de 2013.


Ataídes Oliveira

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vai à publicação do *Diário do Senado Federal*.

Convido a fazer uso da palavra o primeiro orador inscrito, Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bom dia, Srª Presidenta, minha querida Senadora Ana Amélia; Senador Paulo Paim, em nome de quem saúdo todos que compõem esta Casa; aqueles que nos acompanham no Brasil e, de forma especial, no meu querido Estado do Piauí.

Primeiro, quero fazer alguns registros importantes.

Hoje comemoramos, no Estado do Piauí, a energização de uma linha importante, de uma obra destacada que coloca, a partir de uma base no Município de São João do Piauí... É um grande entroncamento energético no Piauí, de Tucuçu, de Estreito, agora interligado também com Paulo Afonso. Enfim, é possível levar energia para a região de Picos, uma região do semiárido que se desenvolve, uma região com grande potencial na área do comércio, da indústria, onde há um grande potencial também para a mineração. Ali, nessa região, há grandes reservas de ferro, de níquel e um potencial para a área da piscicultura, da irrigação e da criação de animais. É a região maior produtora de caju e maior produtora de mel, proporcionalmente, do Brasil. Por isso, comemoro. Havia ali uma escassez de energia, e agora temos essa linha energizada em direção a Tauá, no Ceará, e ali estamos integrando todos os eixos de geradoras da Região Nordeste.

Então, quero aqui parabenizar a direção da Ches através do Airton, do Mozart, quero parabenizar todos que compõem a direção. No nosso Estado, o Airton é o Superintendente, e parabenizo todos de sua equipe que trabalharam.

É uma obra que começou ainda quando eu era Governador e quando Lula era o Presidente – uma obra do PAC, construída, gerando emprego, gerando renda naquela região, que agora se torna uma realidade.

Então, queria destacar esse ponto importante.

Também, quero destacar outro ponto: um encontro, uma reunião que tivemos, a partir de um pleito que recebi quando do encontro da Presidenta Dilma com os prefeitos municipais aqui em Brasília, em que houve a apresentação das prioridades do Governo Federal. Aqui recebemos dezenas de prefeitos do Estado do Piauí e tivemos a oportunidade de tratar, também, das suas prioridades. Naquela ocasião, foi possível também discutir, com essas lideranças, um conjunto de prioridades para o Estado. Estamos trabalhando todas essas prioridades, em parceria com o Governador Wilson, com a Bancada do Estado do Piauí e, com certeza, com a equipe do Governo da Presidenta Dilma.

Nesse ponto, eu queria destacar o encontro que tivemos com o Presidente da Infraero e com membros do Ministério da Aviação Civil. Nessa reunião, tratamos das condições para autorização de voos domésticos para o aeroporto de Parnaíba. Eu manifestava que não é tolerável que tenhamos o aeroporto pronto, em condições de funcionamento, mas inativo apenas por alguns problemas técnicos em perfeitas condições de solução – eu diria. Há inclusive empresas interessadas em fazer voos para essa região, pois é uma região que, além do comércio, tem um grande potencial na indústria. Temos grandes indústrias ali, na área do beneficiamento da carnaúba, da bacia leiteira, da pesca e de outras áreas. É onde temos também uma das maiores reservas do Brasil da terra rara – a terra rara, meu querido Paim, que faz o seu Ipad, o seu celular, a placa de computadores, enfim. É algo que hoje é dominado pela China, e o Brasil tem grande potencial, mas há a necessidade de uma infraestrutura adequada para essa produção.

Pois bem, nessa região, esse aeroporto foi construído e inaugurado pelo Presidente Lula ainda em 2009. É uma pista de 2.500 metros, uma das grandes pistas de pouso do Brasil, em condições de receber aeronaves de voos domésticos ou voos internacionais. Um aeroporto que fica a seis horas de Lisboa – para nós compreendermos, é algo que vai marcar –, numa região turística espetacular – está ali o Delta do Parnaíba; cem quilômetros depois, a região de Camocim e Jericoacoara; do outro lado, essa região belíssima dos Lençóis Maranhenses, mais ou menos a cem quilômetros também –, e tendo uma infraestrutura adequada ao turismo.

Estivemos trabalhando, lá atrás, com o ex-Prefeito José Hamilton – agora assumiu o que era vice-prefeito, o companheiro de partido Florentino Neto. E estamos trabalhando. Para quê? Para que tenhamos esse aeroporto entrando em atividade. Qual era a dificuldade do aeroporto? Há umas torres de eólica a mais ou menos 30km do aeroporto e há necessidade de se alterar a rota de pouso e de decolagem, apenas para evitar qualquer incidente ou acidente. De modo que fizemos a solicitação e temos um compromisso das autoridades de darem uma solução, porque há várias companhias interessadas nessa área.

Meu querido Paulo Paim, hoje, quero tratar aqui de um tema. Nós temos acompanhado, nos últimos dias, uma chuva de críticas ao desempenho da Petrobras. Desde que a empresa divulgou seu balanço do último trimestre de 2012, na mídia e aqui, da tribuna do Senado, foi possível ouvir acusações e críticas à empresa por ter acumulado um lucro líquido de R\$21 bilhões no ano passado, um pouco menor do que vinha

apresentando nos últimos dois anos. É bom dizer que esse lucro só foi menor que o de 2010 e o de 2011. Na verdade, se pegarmos, por exemplo, 1999, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o lucro foi de R\$2 bilhões, ou seja, dez vezes menos que o lucro atual. Ali, compreendia-se a conjuntura colocada. Bem, como a Petrobras vinha acumulando lucros superiores aos R\$30 bilhões em 2010 e em 2011, como eu disse, o resultado do ano passado foi considerado pífio por alguns setores. Aqui, no Senado, por exemplo, Senadores da oposição chegaram a falar de má gestão administrativa e de um possível aparelhamento político dentro da empresa que teriam atrapalhado seu desempenho. Porém, esses mesmos Senadores não consideraram que o lucro de R\$21 bilhões, como eu disse, representa mais de dez vezes o lucro líquido da Petrobras em 1999, quando a oposição governava o nosso País.

A empresa é presidida hoje por uma mulher, uma coisa para a história da sua empresa, a Dr^a Graça Foster, alguém com grande experiência e competência. Ela esteve aqui, no Senado Federal, por volta do mês de agosto do ano passado, e esteve em junho também. Ali, ela já apresentava um gráfico, colocando que a empresa fazia o maior volume de investimentos da sua história, superior a R\$200 bilhões, e dizia da curva da lucratividade, em razão de dois fatores. Primeiro deles: a questão do preço. Nós tínhamos uma alteração no preço de petróleo no mundo. E o Brasil, apesar de ser grande produtor de petróleo, agora, já no governo do Presidente Lula, é que se faz uma ampla ampliação para refino. São refinarias no Rio de Janeiro, refinarias no Recife, refinarias no Maranhão, refinarias no Ceará, ou seja, a ampliação da capacidade do refino. Então, nós tínhamos que importar porque aumentou o consumo no Brasil de gasolina e o preço do petróleo aumentou consideravelmente. E havia ali, eu diria, uma cautela, da parte do governo, para preservar os consumidores de um reajuste brusco.

Nós temos a Cide. A Cide é um instrumento espetacular criado no Brasil, em que se forma um fundo. Quando o preço do petróleo está baixo, nós compramos a um preço que gera um lucro mais elevado, e parte desse lucro é colocada nesse fundo. Aí é acumulado saldo positivo. Quando o preço do petróleo se altera, para evitar aumentos repentinos da gasolina, consome-se desse fundo para fazer o equilíbrio. É assim que é feito com a Cide.

Pois bem, o fato é que foi um longo período na casa de US\$100,00 o barril, de modo que é importante para um país produtor de gás e petróleo como o Brasil.

Mas o fato é que isso impactou as contas da Petrobras, e a Dr^a Graça Foster já sinalizava isso, de for-

ma transparente, competente, enfim, já um semestre antes de encerrar o ano.

Pois bem, junto com isso, ela ainda dizia da preocupação por conta da alteração do câmbio. Ou seja, houve uma alteração do câmbio com a elevação, que é importante para o Brasil. É uma política sistemática do Governo brasileiro, que tem a coragem de, mantendo um câmbio equilibrado, na casa de dois por um, US\$1,00 equivalente a R\$2,00 aproximadamente, garante as condições de vantagens para o Brasil nas suas exportações e num patamar equilibrado. Mas isso também significa que, na hora de comprar lá fora em dólares, nós temos que colocar mais reais para isso.

Agora, veja só: isso vai representar 3% a menos no repasse dos dividendos, ou seja, significa que os que apostam em ações da Petrobras vão ter um bom resultado nessa área.

O que precisa ser considerado é que o lucro da empresa em 2012 ficou um pouco abaixo dos apresentados nos últimos anos, porém se manteve próximo dos patamares históricos da empresa – à exceção, repito, dos anos de 2008 e 2011, quando o valor do dólar, que estava baixo, influenciou fortemente nos resultados da empresa.

No meio disso tudo, o que nós percebemos é que os que fazem as críticas isolaram a questão do lucro para ofuscar outros resultados também relevantes.

No último trimestre de 2012, por exemplo, o lucro líquido aumentou 39% em relação ao trimestre anterior, o que mostra que saímos, a partir dos reajustes autorizados pela Presidenta Dilma, para melhores resultados. E isso também ocorreu em virtude de ganhos financeiros e maiores benefícios fiscais para a empresa.

Em 2012, no segmento da exploração e produção, a Petrobras obteve um resultado líquido 12% maior, chegando a R\$45,5 bilhões. E mais: a meta de produção estabelecida para o ano foi alcançada, totalizando 1,980 milhão barris/petróleo/dia. Com esse resultado, somado ao de outras empresas que também atuam no Brasil, nós ultrapassamos 2 milhões de barris/dia.

Na área de investimentos, só no ano passado, a Petrobras totalizou mais de 84 bilhões, sendo que a maior parte foi dirigida aos segmentos de exploração e produção.

No ano passado, Sr^{as} e Srs. Senadores e os que nos acompanham pelo Brasil, a Petrobras alcançou um novo recorde de processamento de petróleo nas refinarias, atingindo 2,101 milhões barris/dia. Na média do ano, houve um aumento de 82 mil barris diários na carga processada. Quanto mais aumentamos a capacidade de processamento, transformando o petróleo em gasolina, em diesel, etc., mais o Brasil ganha autonomia e equilíbrio, evitando importação. Isso contribuirá

não só para o nosso balanço de pagamentos, como também para o próprio resultado futuro da empresa. Portanto, esse resultado representou um crescimento de 4% em relação a 2011.

Estamos importando menos gasolina e diesel, porque a produção cresceu no ano passado. E quem foi o responsável por isso? A Petrobras.

Não podemos esquecer que, enquanto companhias, como a Exxon, a Royal Dutch Shell, a Chevron, enfim, apresentaram crescimento irrisório e até mesmo queda na produção de petróleo, a nossa Petrobras teve um aumento de 45% na produção entre 2002 e 2011.

Então, como desconsiderar tudo isso e qualificar a Petrobras como uma empresa ruim e mal administrada? Onde está a má administração em uma empresa que apresenta resultados como esses? Nós não estamos falando de uma empresa qualquer. Nós estamos falando de uma empresa que conquistou, ao longo dos anos, um lugar de destaque entre as maiores do mundo.

Devo dizer que respeitamos a crítica da oposição e de todos que vivemos este momento de liberdade, mas é preciso que isso não seja feito cegamente. É importante considerar inclusive os efeitos de determinadas informações falseadas que são colocadas. Eles beneficiam a quem? Especuladores. É preciso compreender o que há por trás de muitas dessas formas de se colocar. Aliás, passamos para o Brasil como se a Petrobras tivesse tido prejuízo. Na verdade, é uma empresa com um lucro de R\$21 bilhões. Quantas empresas no mundo alcançaram um resultado como esse? É, portanto, a Petrobras um grande investimento.

Na minha opinião, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, a demasiada atenção que está sendo dada aos resultados financeiros da Petrobras é uma tentativa de encobrir uma realidade muito mais ampla e positiva que há dez anos nós sequer imaginávamos alcançar um dia: um País com uma economia sólida, um crescimento robusto, com inflação sob controle.

Aliás, também fazem críticas ao resultado da inflação. Tentavam colocar a responsabilidade sobre a Petrobras.

Vejam só. Não só por ser uma empresa brasileira com responsabilidade social, com responsabilidade sobre as suas ações pelo impacto da nossa economia, mas também por uma estratégia de negócios, não interessa à Petrobras inflação alta. Não interessa à Petrobras inflação alta também por uma estratégia de negócios. Por quê? Inflação alta significa redução do poder de compra dos seus consumidores.

Quem são os maiores clientes consumidores dos produtos da Petrobras? O povo brasileiro. Então seria insensato pensar dessa forma.

É por isso que a Dr^a Graça Foster e toda a equipe trabalham já lá atrás, com o José Eduardo Dutra e Sérgio Gabrielli, enfim, com muito carinho, com muito cuidado com essa importante estatal do Brasil e do mundo.

Um país com economia sólida, portanto, com crescimento robusto, inflação sob controle e investimentos consistentes em infraestrutura e reservas cambiais recordes.

Senadora Ana Amélia, a inflação atingiu um patamar na casa de 1%, no mês de janeiro. Eu sou do Nordeste, V. Ex^a e o Senador Paim são do Rio Grande do Sul e são testemunhas de dois fenômenos. Primeiro, de um ponto percentual, 0,8% é impacto do preço de alimentos. Por quê? Nós tivemos dois longos períodos de seca na região Nordeste, atingindo inclusive parte do Centro-Oeste e do Norte e chuvas com enchentes da Região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, enfim, o Brasil tendo inclusive que cuidar.

Então é, portanto, um indicador sazonal. E, como ocorreu também no ano passado, nós teremos, seguramente, mecanismos para lidar com os preços. Aliás, a própria Presidenta está colocando algum anúncio nos trabalhos que apresenta em relação à política fiscal: a redução da carga tributária direcionada para essa área do setor de alimentos. Isso também é muito importante.

Nós, que fomos dependentes da importação de petróleo, estamos prestes a fazer parte do seleto grupo de maiores produtores de petróleo do mundo. Esses oito anos do governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma – este ano completam dez anos – resultaram em um País mais justo, menos desigual, com 40 milhões de pessoas ascendendo à classe média. Aliás, nós temos uma das maiores classes médias proporcionais do Planeta, com mais da metade da população em idade de trabalhar, pleno emprego e oportunidade de acesso à universidade a centenas de milhares de estudantes.

Hoje nós temos um Brasil respeitado no mundo inteiro, graças às posições firmes do nosso Governo, liderado pelo Partido dos Trabalhadores com o conjunto de outros partidos. As intervenções do Fundo Monetário Internacional, que, de primeiro, era um assombro neste País, já são coisas do passado. E assim atuamos de forma muito soberana.

As taxas de juros caíram de 15,75% ao ano para 7,5% ao ano na média.

Estamos fazendo, portanto, com a Petrobras, o maior programa de investimentos privados que o Brasil jamais viu, resultando em investimentos da ordem de US\$ 236 bilhões até 2016.

Portanto, Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amélia, meu querido Senador Paim, minha proposta é de que os críticos de plantão que insistem em ressaltar os re-

sultados do balanço da Petrobras, uma empresa que é destaque internacional por sua competência, façam uma análise mais descontaminada, mais isenta do papel que ela representa no desenvolvimento do Brasil.

Com o maior prazer, ouço o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias, nesta véspera de carnaval, sexta-feira pela manhã, V. Ex^a vem à tribuna e faz um belo pronunciamento. Eu sempre disse que a segunda e a sexta, respeitando o direito legítimo dos Parlamentares de viajar para os seus Estados, para a sua base, são momentos ricos para o debate. E V. Ex^a, como Líder do Partido dos Trabalhadores, faz uma magnífica defesa da Petrobras, comparando a Petrobras do tempo deles e do nosso tempo, do nosso governo, o Governo Lula e o Governo Dilma. V. Ex^a mostra com números, com dados. V. Ex^a poderia avançar, porque foi relator desse grande debate que envolveu o pré-sal, o que significa para o nosso país nos dias de hoje. V. Ex^a mostra a taxa de juros, mostra a inflação no tempo deles e no nosso tempo; poderíamos comparar. V. Ex^a poderia até... Eu sei que foi um breve pronunciamento. Ou do próprio salário mínimo, que saiu de US\$ 60 e hoje vale quase US\$ 350. E percebo que, de forma equivocada, a oposição, que não tem rumo hoje, além de atacar a Petrobrás, ataca o Congresso Nacional pela forma com que está se apresentando e apontando para esta Casa. Ora, se alguém me apresentar, no mundo, um sistema melhor do que o sistema democrático, estaremos dispostos a ouvir. Eles sabem que não existe. A democracia, é claro que tem os seus defeitos, mas é o melhor sistema que a humanidade já viu. Por isso eu não posso deixar de cumprimentar V. Ex^a e dizer que também vou à tribuna falar um pouco desse momento do quadro nacional e dos nossos trabalhos. Mas eu quero dizer que tenho muito orgulho de ser liderado por V. Ex^a, V. Ex^a que, em diversos temas, quando entra particular para buscar saídas, tem conseguido um resultado positivo. Lembro-me aqui da Lei do Autista: um impasse! Vota, vota, vota... Eu acabei montando o projeto na comissão, e V. Ex^a, com aquela sabedoria que o levou a ser Governador do seu Estado e hoje Líder do Partido, disse: me dê duas semanas para articular, para negociar, porque nós vamos aprovar e vai ser sancionado. E foi exatamente o que aconteceu. Por isso eu quero só cumprimentá-lo. Tenho certeza de que, sob a liderança de V. Ex^a, nós avançaremos em outros temas polêmicos. Permita que eu diga: eu acho que nós temos – e há possibilidade, com a sua liderança – que aprofundar o debate sobre a questão do fator previdenciário, buscando uma alternativa. Acredito que, sob a sua liderança, até porque sou o relator, nós poderemos buscar uma saída para o PL

nº 122, porque fica aquilo: quem é evangélico é contra quem tem uma visão da livre orientação sexual ou quem tem uma livre orientação sexual é contra quem é evangélico, quem tem a sua religião. Para mim não tem nada disso. É um falso debate. Estou como relator da matéria e sei que vou contar com V. Ex^a, para nós construirmos um grande entendimento e um consenso sobre esse tema. Eu acho que é possível. Eu falei dos dois porque são muito polêmicos. Eu sei que na questão dos *royalties* V. Ex^a está trabalhando também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ainda temos o fator previdenciário.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Pois é, o fator previdenciário. V. Ex^a também há de nos ajudar para caminharmos. E aqueles que só sabem criticar, porque não têm proposta, é porque não têm trabalho. Quem não tem trabalho sabe fazer o quê? Só critica. Mas diga-me: o que você fez? Onde você atuou? Qual é a área? Qual é a sua proposta? Qual é a sua proposta para a previdência? Eles não têm proposta. V. Ex^a vai à tribuna com a história. Eu o conheci ainda como Deputado Federal, lembra?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O SR. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a nunca negou também as suas origens, o que eu acho bonito. V. Ex^a tem ascendência indígena, e nunca negou. Nunca negou. Todo momento em que houver um debate... É claro que V. Ex^a não está aqui para dizer “eu sou índio”, para ficar dizendo “eu sou negro”. Não. É a nossa ascendência, são os nossos antepassados. E V. Ex^a mostra uma qualidade, uma competência que surpreendeu a muitos. A mim, não. Eu vi aquele jovem ainda, eu diria menino: na época, Deputado Federal que chegava ao Congresso. Em seguida se tornou governador e um dos líderes dos governadores no País. E hoje é Líder da Bancada do PT, uma das principais vozes da própria Presidenta Dilma, que está com uma aceitação de 85%. Ontem estivemos juntos, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a, na missa de solidariedade àquele fato lamentável que aconteceu em Santa Maria, onde 238 pessoas faleceram. Enfim, parabéns. Eu tenho orgulho de ser seu liderado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero aqui dizer do orgulho que tenho, como brasileiro, de ser membro da Bancada do Partido dos Trabalhadores e de ser parte deste Congresso, tendo lideranças competentes como V. Ex^a.

V. Ex^a, sempre com a sua humildade, é uma lenda viva, é uma pessoa que orgulha muito todo o povo brasileiro pelo seu trabalho, a sua coerência, a forma como defende o Rio Grande do Sul, assim como faz

a Senadora Ana Amélia, mas também com um olhar para o Brasil, sempre presente nas grandes causas.

Aliás, eu quero dizer da importância de V. Ex^a como Presidente da Comissão de Direitos Humanos para a aprovação de várias matérias nessa área da pessoa com deficiência, na área da dependência química. Aliás, Senadora Ana Amélia, vamos ter que cuidar para fazer valerem aquelas propostas da dependência química. Há algumas coisas que não estão funcionando. Eu vi o edital agora. Estão com um negócio de fazer o repasse para as entidades apenas três meses depois, e as entidades não vão suportar, porque há uma exigência para colocar novas pessoas em tratamento nas comunidades terapêuticas, e as entidades não têm capital, não têm recurso para isso. O que estou defendendo é remunerar, no primeiro momento, aquelas pessoas que já estão ali, para que elas tenham oxigênio, tenham condições de fazer a ampliação. Mas vamos tratar disso com o maior prazer.

Eu é que agradeço e vamos estar juntos, sim, em todas essas lutas.

Quero, enfim, resumir toda essa minha fala em algumas palavras.

Quem diz aqui não sou eu. Analistas de mercado, pessoas especializadas chamam a atenção. Eles são analistas do mercado de capitais e detectam um movimento. Nesse caso, eles mesmos dizem. O *Valor Econômico*, em várias páginas, chama a atenção, de alguma forma incentivado por pessoas da oposição, em razão de questões políticas, para tentar diminuir o valor e a imagem da Petrobras e, assim, outros lucrarão na compra das ações a preços mais baixos ou ainda para justificar uma maior abertura ao capital privado na exploração direta dos recursos do valioso Pré-sal.

Isso é contra os interesses maiores do Brasil. A Petrobras é nossa. Nós acabamos de dar mais um passo na regulamentação das regras na área do Pré-sal, e eu acredito que temos todas as condições de, nos próximos leilões, continuarmos crescendo.

Para encerrar, conversei com a Presidenta, a Dra. Graça Foster, que já disse num pronunciamento. Neste ano de 2013, de forma transparente, de forma competente, ela já anunciou por antecipação, até para evitar essas coisas da especulação, que a empresa vai, de um lado, aumentar o refino, porque entram em operação tanto prospecção de petróleo e de gás em novas bacias, como se amplia se a capacidade de refino, mas, ainda assim, em razão de manutenção de outras plataformas, vai ser um ano em que vamos estar no equilíbrio. Não vai ser um ano de fartura, como se diz. Por quê? Porque a empresa está plantando hoje para colher amanhã, está fazendo grandes investimentos, parte com dinheiro próprio, parte com financiamentos.

Aliás, estão criticando isso: a empresa está endividada, está se endividando. Ninguém iria colocar recursos, mesmo em uma empresa como a Petrobras, em valores tão elevados se não houvesse a certeza de que são investimentos de resultados líquidos e certos, ou seja, com a ampliação de novas bacias, em terra e em mar, de gás e petróleo, se Deus quiser, no Rio Grande do Sul, no meu Piauí, na Região Norte, Centro-Oeste e Sul.

Enfim, o que quero dizer com isso é que ela já anuncia que este ano será de equilíbrio. Na avaliação dela, no ano de 2014 é que voltaremos a ter crescimento. É quando a chamada curva, que este ano vai se manter mais ou menos linear, é quando a curva dos resultados da empresa vai subir.

Então quero parabenizar todos que fazem a Petrobras, todos os brasileiros, e dizer que sim, valeu a pena aquela luta lá dos anos 50, fortalecida nos anos 60 e hoje, mais ainda, para termos uma das maiores empresas do mundo que contribui para bons resultados do nosso País. Que bom que desses 21 bilhões uma parte é do povo brasileiro, através dos dividendos da União.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Wellington, queria cumprimentá-lo porque começou no seu Piauí, sobre a produção de mel, o Estado exporta, é uma das melhores produções de mel, e também o limão que também é produzido lá, o taiti, que é produzido no seu Estado e vendido na Europa.

A radiografia que o senhor fez a respeito de inflação é uma questão preocupante para todos os brasileiros e é uma responsabilidade nossa também ajudar, porque conquistar a estabilidade foi um ganho para todos nós, então não há, eu acho, não dá para dividir partido e oposição porque a sociedade perde, dessa forma, o partido que apostar nisso está fadado ao insucesso. Então é preciso ter compromisso.

Quanto à Petrobras, eu até fui autora de um de projeto, um requerimento para convidar a Dr^a Graça para vir à Comissão de Assuntos Econômicos para falar. Eu estava na Argentina e li nos jornais que a Petrobras estava negociando venda de ativos na Argentina. Naquele momento, era para isso. Ela deu uma entrevista e acho que ela foi extremamente franca, transparente como deve ser um gestor público da qualidade dela, ou de outra qualidade – mas tem que ter isso –, e ela foi extremamente honesta ao reconhecer: a Petrobras é um patrimônio também, tanto quanto a estabilidade, nosso. Eu tenho orgulho da Petrobras. É uma das maiores petroleiras do mundo; no Brasil, é a maior estatal, e nós temos que preservá-la.

Então, quando eu fiz o requerimento, foi para que ela venha, e, com a mesma transparência, ela aporte as dificuldades que tem de ajuste dos preços, com o preço do petróleo, com o câmbio, para que nós...

Eu estou preocupada, Senador, é com o acionista minoritário. Especialmente com aqueles trabalhadores que usaram... Eu usei uma parte, não na lei, mas usei posteriormente, do Fundo de Garantia para as ações da Petrobras. Até comentei com ela isso.

E a Petrobras fez um grande ato, uma ajuda, junto com o Ministério de Minas e Energia, porque entrou em funcionamento, está hoje no *Valor Econômico*, a AES Uruguiana, que é uma térmica, usando gás natural argentino, que foi uma construção que envolveu a Petrobras, o Ministério de Minas Energia, o governo brasileiro e o governo argentino.

Nós reconhecemos tudo isso e a transparência é muito boa, é saudável para isso, e V. Exª aqui me dá uma grande alegria nesse conjunto de trabalhos que nós temos enfrentado.

Por fim, Senador, fiquei muito feliz com sua manifestação sobre as comunidades terapêuticas. Juntos, nós fizemos um trabalho na Comissão de Assuntos Sociais, naquela subcomissão que o caro colega presidiu, para debater a questão do *crack*. Agora, o tema recrudescceu.

E as comunidades eu penso que não estão usando o nome adequado. Terapêutica remete a uma questão de saúde. Essas são casas de acolhimento, são casas para recuperar a pessoa, o ser humano, na sua condição humana, a condição de autoestima.

Eu acho que é preciso um marco regulatório para definir claramente as suas responsabilidades e funções, o que elas querem, o que elas propõem. De todos os segmentos religiosos ou laicos.

Então, já vamos discutir isso, eu espero, eu conto com o seu apoio para ajudá-los a encontrar esse caminho e facilitar. E vamos juntos ao Ministério da Justiça e à Senad, que é a Secretaria Nacional de Combate às Drogas, para que haja a liberação mensal do dinheiro, que é tão importante para as comunidades. V. Exª tem um belíssimo trabalho nessa área, e vamos continuar a trabalhar juntos.

Eu tenho o prazer de convidar o Senador Paulo Paim para fazer uso da palavra, e de passar a Presidência a V. Exª, porque depois serei a oradora.

Obrigada, Senador.

A Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu parabeno e agradeço à Senadora Ana Amélia pelo importante trabalho feito. Certamente, te-

mos uma missão de completar o esforço de todo esse conhecimento que captamos pelo Brasil inteiro nessa área da pessoa com dependência.

Tenho uma notícia, acho que V. Exª já sabe, que é aquela cobrança que a gente fazia de eles terem uma entidade única no Brasil, e eles conseguiram. Criaram uma coordenação nacional, e acho que isso vai facilitar muito os trabalhos, com certeza.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia, eu pretendo tratar, nesta minha fala, de dois temas. O primeiro é uma pauta positiva: falar um pouco, já que o céu não é de brigadeiro neste momento, devido ao próprio Congresso Nacional. A exemplo do que fez o Senador Suplicy, eu quero, nesta sexta-feira, fazer um pequeno resumo do nosso trabalho durante este ano.

Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar todos os jornalistas, produtores e funcionários daqui do Senado, dos meios de comunicação ou não. Meus cumprimentos aos meus amigos da TV Senado, do Alô Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado e das Relações Públicas.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria de externar os meus cumprimentos também à Assessoria de Comunicação da Liderança do Partido dos Trabalhadores, sob a coordenação de V. Exª, e também aos demais jornalistas e veículos que cobrem as atividades daqui do Congresso Nacional. Eles, que estão aqui no dia a dia, sabem quem é quem na Casa. Não adianta, como V. Exª falou muito bem aqui, que um oportunista de plantão procure desfazer o trabalho acumulado de homens e mulheres que dão a sua vida por causas e não por coisas, como muitos fazem na sua vida, e não só no Parlamento – não estou falando do Parlamento.

Sr. Presidente, é graças ao trabalho desses profissionais que as ações do nosso mandato chegam a milhões de lares de brasileiros. Esses profissionais fazem parte dessa história, da nossa história.

Me lembro, Sr. Presidente, que, quando eu cheguei aqui, há 26 anos –sempre fui reeleito e, para a felicidade minha, na maioria das vezes com a votação mais expressiva do Estado do Rio Grande do Sul –, eles, ainda meninos; hoje, eles de cabelos brancos, e eu, naturalmente, com cabelos mais brancos ainda.

Sr. Presidente, essa história iniciou lá na luta sindical e depois continuou na Constituinte, como Deputado Federal, junto com V. Exª. Lá nós avançamos, sim, na construção dos capítulos da cidadania, dos direitos sociais, dos direitos especificamente dos trabalhadores. Lá na Carta Magna, ao contrário do que muitos disseram – e virou quase que verdade –, que

o PT não assinou a Constituição, nós assinamos a Constituição, todos nós assinamos. Votamos contra em inúmeros pontos, claro, queríamos avançar mais, mas reconhecemos o resultado e assinamos. Então, nós ajudamos a construir esse momento.

Sr. Presidente, assim nós fomos percorrendo caminhos difíceis ao longo das nossas vidas. Chegamos ao Senado Federal em 2003. Fomos reeleitos em 2010, Sr. Presidente, com quase 4 milhões de votos de um universo de 6 milhões. Eu diria, de cada 3 gaúchos, 2 votaram em nós. E muita gente não aceita bem isso. Tive a alegria de chegar ao Senado com essa grande votação, quando uns diziam, na época, aqueles que eu chamo de oportunistas de plantão, “o Paim não se elege, porque as pesquisas mostram que ele está em quinto lugar”.

Chegamos juntos, chegamos aqui, estamos aqui, junto com a Senadora Ana Amélia – a Senadora Ana Amélia, que fez uma brilhante votação também; a Senadora Ana Amélia, que nunca foi candidata a nada. Eu fiz em torno de 4 milhões, mas ela fez em torno de 3,5 milhões de votos. Para quem nunca foi candidata, Senadora, é por pura competência mesmo que V. Ex^a traz expressiva votação.

Mas muitos diziam que eu não chegava e que V. Ex^a também não chegava. E nós chegamos, e chegamos bem, e temos respondido à população que criou essa expectativa do nosso trabalho, principalmente no meu caso, claro, eu não nego, eu tenho um lado na questão dos direitos sociais, dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e de todos os discriminados. E aqui eu vou dizer tudo que nós já mais ou menos aprovamos – não tudo, porque não dá – nesse período aqui, e, claro, que eu sou de uma Base, da Base do Presidente Lula, e da Base da Presidente Dilma.

Enfim, Sr. Presidente, nossa história está escrita para aqueles que acompanham os Anais da Casa. Alcançamos a aprovação, por exemplo, do Estatuto do Idoso, que beneficia hoje cerca de 30 milhões de pessoas. Lembro-me até hoje de que o Presidente Lula me liga uma noite e diz: “Paim, como está o Estatuto?” Respondi: “Agora, Presidente, há uma questão apenas que... Mas não é polêmica.” Disse ele: “Esse artigo tu achas que dá para resolver? Aprovamos?”. Eu disse: “Sim, Presidente.” Ele disse: “Então, vou trabalhar para aprovar e vou sancionar.” Assim aconteceu. Estava engavetado há sete anos o Estatuto do Idoso. Hoje, é lei federal e beneficia cerca de 30 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, tivemos um outro debate longo aqui sobre o Estatuto da Igualdade Racial – nossa, diziam que iria dividir o País – , também de nossa autoria. Lembro-me, mais uma vez, de que o Presidente Lula disse: “Olha, Paim, há inclusive do segmento em

que tu atuas que disse que o Estatuto não era bem o que eles queriam. O que você acha, Paim?” Disse-lhe: “Presidente, claro que não é o ideal, o que nós gostaríamos”, todos nós queremos mais, é natural. Como o Presidente gostaria de ter feito mais, como a Presidenta Dilma quer fazer mais ainda. Mas disse-me o Presidente: “Paim, então dá para sancionar?” E sancionamos. Só aprovamos porque houve apoio, aqui, da Casa Civil. Se a Casa Civil, se o Ministério da Educação não tivessem trabalhado, V. Ex^a sabe, não teria sido aprovado. Hoje, sobre o Estatuto da Igualdade Racial poderia dizer que beneficia 90 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, percorremos o País ouvindo – foram muitas e muitas viagens – a população e buscando sugestões para a construção de uma política definitiva para o salário mínimo. Falo aqui da reposição da inflação mais o PIB. Hoje é uma realidade, é lei. Fui o Relator da construção dessa proposta. Viajamos todo o País, inclusive fomos ao seu Estado, V. Ex^a nos recebeu lá. Era uma composição ampla. Inclusive, a Senadora Heloísa Helena, na época, estava junto. Depois, o nosso trabalho, junto com as Centrais Sindicais, em uma negociação com o Presidente Lula, foi consagrada. Hoje, todos reconhecem. Pode ser que ninguém mais questione a política de salário mínimo, porque sobe todo ano a inflação mais o PIB. Conforme for aquilo que combinamos na época com o Presidente Lula, em 2023 nós teremos um salário mínimo se aproximando dos US\$1 mil. Dois mil e vinte e três está ali, serão US\$1 mil e não R\$1 mil. Eles podem questionar, querer apagar a história, mais isso é coisa nossa.

Sr. Presidente, eles questionam tudo, tudo. Mas eu pergunto: temos mais de mil projetos apresentados no Congresso Nacional. Claro! São 26 anos. Eu não vou querer que quem entrou aqui ontem tenha mil projetos. Mas são mil projetos! Não projetos de resolução, não apenas sugestões. Mais de mil projetos apresentamos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, trabalho esse que foi construído pedra a pedra, tijolo por tijolo, sempre ouvindo os setores mais amplos da sociedade. Claro! Isso porque eu tenho lado na História. Eu tenho lado! Sempre ouvindo os trabalhadores, as suas entidades, ouvindo os que são discriminados. Mas nunca deixei de ouvir também os empresários.

Trabalhamos muito, incansavelmente, como estamos fazendo agora, na aprovação de textos, nem todos de minha autoria. Por exemplo, a PEC da Juventude não é de minha autoria. Mas a juventude veio ao Senado Federal e pediu: “Paim, nós queremos que você seja o pai da PEC da Juventude”. Aqui articulamos com os Senadores e, hoje, a PEC da Juventude é uma realidade.

Agradeço o carinho da juventude brasileira em relação ao trabalho que aqui fazemos.

O Aviso Prévio Proporcional agora vai ser estendido, inclusive, àqueles que foram demitidos antes da lei. Quem trabalhou aqui dia e noite para aprovação do projeto que daria, inclusive, como remuneração o direito a um salário-mínimo por ano?

Quando assim o setor mais conservador percebeu, concordou, porque o nosso projeto seria aprovado, inclusive com uma visão do próprio Supremo Tribunal Federal, que já havia anunciado outro projeto que garantia, então, uma redação maior.

Mas esse é um avanço. E eles sabem que nós somos a alavanca para assegurar o Aviso Prévio Proporcional, que hoje têm os trabalhadores. Os trabalhadores sabem, está escrito, está na História.

Se não fosse essa negociação, o nosso projeto, que daria muito mais, seria lei. Por isso nós contribuimos, porque a vida é assim. Naquela linha que falávamos desde o início, você busca o máximo e negocia o que for possível, dentro da correlação de forças.

A própria Lei dos Taxistas não é de minha autoria. Mas trabalhamos tanto e tanto aqui que muitos mandavam *e-mails* para o meu Gabinete, achando que era de minha autoria. E isso tem que ser dito. Como eu vou dizer que não é? O principal articulador dessa lei foi o atual Presidente do Congresso Nacional. Mas trabalhei tanto que mandavam para mim, como se eu tivesse sido o autor. Eu não fui o autor, mas trabalhei, sim, taxistas do Brasil, e vocês sabem. Agradeço pelas homenagens que tenho recebido, as cartas que chegam ao meu Gabinete. A todos respondo que o autor não sou eu, mas fiz o meu trabalho para que a lei fosse aprovada.

A periculosidade para os carteiros, Sr. Presidente, combinei com o Presidente Lula. Aprovei um projeto e o Lula me disse: “A redação que está, Paim, não dá, mas vamos fazer uma outra forma, eu garanto os mesmos 30%.” E hoje os carteiros ganham os 30%. O projeto surgiu daqui. Ele pediu que o Ministro das Comunicações fosse ao meu gabinete e ele foi. Lá negociamos e os carteiros têm os 30%.

Agora os 30% para os vigilantes. Uma outra história aqui, meu amigo Chico Vigilante, Deputado Distrital. Você foi o número um para mim nesse processo. Apresentei projeto, fui Relator. Diziam que não ia sair hoje e que a Presidenta Dilma não ia – e V. Ex^a ajudou na articulação – sancionar. Ela sancionou. O setor empregador não queria os 30% para os vigilantes. Os vigilantes de todo o Brasil, onde nos encontram... Vão fazer um ato em Porto Alegre, e, se V. Ex^a puder, até gostaria que lá estivesse. Vai ser um ato em nível nacional, de homenagem. Eu sei que o Deputado Mar-

co Maia, ex-Presidente da Câmara, será convidado e me convidaram também pelo trabalho que fizemos e apresentamos.

Eu poderia falar aqui do Alô Senado, por isso elogiei tanto a Casa. Quem está aqui dentro, Sr. Presidente – e me permita que eu diga isso –, acompanha o trabalho de cada um de nós. Quem está aqui sabe quem é quem, mas quem está lá fora, que só sabe fazer crítica, só cutuca, só fala mal. Eu queria só dizer para esses que só falam mal desse ou daquele Parlamentar que olhe um pouco para si e se é honesta essa fala permanente de quem trabalha.

Conforme levantamento do Alô Senado, Sr. Presidente, serviço da Secretaria de Pesquisa e Opinião, nós recebemos em torno de 8 mil mensagens do Brasil, somente nesse ano que passou, fazendo perguntas. E queriam que eu respondesse. Oito mil mensagens dirigidas para que respondesse questões voltadas ao mundo social.

Sr. Presidente, o nosso gabinete recebeu, diretamente, para respostas 3.200 ligações. Foram mais de dois mil convites para que eu fizesse palestras nos Estados. Mais de dois mil convites! Aqui e muitos no exterior. Claro que eu dou prioridade internamente e não fui ao exterior. Não fui porque dei prioridade aqui, mas não acho nada errado aqueles Parlamentares que conseguem, além de responder aqui, ir também ao exterior.

Sr. Presidente, conforme publicação Relatório da Presidência do Senado, que está sobre as mesas – para aqueles que dizem que a gente trabalha pouco, está aqui sobre as mesas esse livro grosso, aqui a nossa frente, ao seu lado, aqui na esquerda –, em matéria de pronunciamentos, este Parlamentar foi o que mais fez pronunciamento. Como é que eles dizem que a gente não trabalha? Só estou falando isso para dar um exemplo. Fui o parlamentar – está aí escrito – que mais fez pronunciamento durante todo ano de 2012, em 90% defendendo as causas sociais, defendendo o discriminado, os assalariados, os trabalhadores, os aposentados, dos pensionistas, a juventude, as mulheres, enfim, o nosso povo, a nossa gente.

Sr. Presidente, dizem que nós apresentamos 18 projetos. Mas, e quem já tem mil projetos? Esse ano foram mais 18. Querem que eu apresente o quê? Mil por ano?

A CDH, de que fui Presidente, realizou 146 audiências públicas. Isso dá aproximadamente, a cada dois dias, uma; e 99% sob a minha presidência. Toda segunda-feira, pela manhã, o Brasil acompanhava os grandes debates que lá fazíamos com a sociedade brasileira. Eu vinha todos os domingos e vou continuar vindo, de volta a Brasília, para, segunda-feira, abrir a

sessão, às 9 horas, com a cobertura aqui da TV Senado, para debater todos os temas. Todos. Não houve um setor da sociedade que tenha pedido a mim que eu não abri espaço, seja empresário, seja trabalhador, seja evangélico, seja católico, seja comunidade gay. Para todos eu abri espaço, porque isso é o Congresso Nacional, isso é a democracia.

Sr. Presidente, nesse período, no Parlamento, permita que eu diga isso, recebi o título de cidadão da maioria dos Estados brasileiros. Claro, não de todos. Mas, se dividir, a maioria recebeu título de cidadão dos Estados. Não pensem que são aqueles títulos que alguns inventam. E falo com liberdade, e quem está ouvindo sabe disto: em qualquer dos Estados, alguns articulam para que algum Deputado do partido dele ou sei lá seja indicado e fazem uma briga por isso. Espontaneamente. Na maioria dos casos, eu nem sei quem é foi o autor. Em inúmeros casos, eu nem fui receber, como é o caso do título de Cidadão de Brasília. Não deu para ir receber.

Então, Sr. Presidente, eu faço esse balanço para que as pessoas saibam um pouco da nossa história num momento deste em que fazem tanta crítica à atuação de cada um dos Parlamentares. Eu me vi na obrigação, em respeito ao povo brasileiro e gaúcho, de vir a esta tribuna.

Sr. Presidente, quero dizer que guardo com carinho todas as homenagens, as cartas emocionadas. Berenice Piana de Piana, da Associação dos Autistas, guardo as cartas que você me mandou. Aprovamos a Lei dos Autistas, que surgiu lá na Comissão de Direitos Humanos, surgiu lá das nossas mãos. E V. Ex^a foi a principal articuladora, junto ao Palácio – permita que eu diga isso, por isso foi sancionada –, da lei que beneficia os autistas de todo o País. Suas cartas, minha querida Berenice Piana de Piana, cartas emocionadas, cheias de lágrimas, que você me mandou, e hoje você lembra cada momento, às vezes por telefone, o que foi aquela história.

Sr. Presidente, falo neste momento no prêmio Dignidade no Trabalho, oferecido pela Frente Parlamentar, um dos últimos que recebi, pelo desenvolvimento e valorização do trabalho, que me foi ofertado no Dia dos Metalúrgicos.

Quero também destacar um dos últimos, a homenagem da Coordenação Federativa dos Trabalhadores do Paraná e do Fórum Sindical dos Trabalhadores, no seminário Sindicalismo Livre e Forte, em Curitiba, Paraná, as homenagens que lá recebi.

Quero aqui homenagear o DIAP. Sr. Presidente, claro, pela idade, 26 anos. O DIAP foi criado há 19 anos. Segundo o DIAP, eu sou o único parlamentar que recebeu todos os prêmios do DIAP. Não é que outros

não receberam. Não receberam porque saíram para ser Governador, para ser até Presidente da República, para ser Secretário de Estado, naquele período, e não estavam aqui. Mas, como eu entrei na Constituinte e estou aqui até hoje, recebi todos os prêmios do DIAP. Sou um dos poucos, talvez o único, um ou outro recebeu. Não teve um ano que eu não tenha recebido do DIAP o prêmio de Parlamentar Destaque – claro, não só eu, mas os 100 Cabeças do Congresso.

Sr. Presidente, falam que o Paim fala muito nos trabalhadores, aposentados, pensionistas, discriminados, negro, índio, cigano – tenho um trabalho bom com os ciganos também. Tenho o maior carinho pelos ciganos. Quero agradecer, porque recebi o prêmio Personalidade da Avicultura Gaúcha – Mérito Político Social Nacional, publicado na revista da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav).

E aqui foi até interessante – permita-me, Sr. Presidente. Então, fui receber o prêmio lá no interior do Rio Grande – prêmio do empresariado, mas um prêmio nacional. Quando fui receber o prêmio, passando, parei numa pequena cidade e fiz um pronunciamento, a convite do Partido dos Trabalhadores. O comentário no Estado não foi que eu recebi um prêmio nacional, no campo social, da avicultura gaúcha; foi que eu parei para fazer um pronunciamento, numa atividade do PT. "Absurdo! Absurdo!"

São com essas coisas que a gente fica indignado, porque acho que é falta de... Eu não quero aqui usar termos pesados, mas é uma injustiça. E não fazem apenas comigo; fazem com outros também.

O grande tema foi por que eu parei no caminho. Mas, para chegar lá, tinha que passar por ali, e fiz esse pronunciamento.

Sr. Presidente, estou indo para o final, mas vou dar o aparte.

Quero aqui, também, agradecer o prêmio Congresso em Foco, escolha de jornalistas de todo o Brasil e de internautas. Deram-me o prêmio número um – o parlamentar que mais defende os trabalhadores e a Previdência Social; também, o parlamentar da defesa do consumidor.

Colocam-nos sempre entre os cinco Senadores que mais atuam no Parlamento. Alguém pode dizer: "Mas ele está falando". Se eu não falo, eles não dão uma linha, não dizem nada. Eu tenho de falar do que eu faço, e o único lugar para que o Brasil me ouça é a tribuna do Senado, não há outra coisa – senão é só cutucada, só crítica.

Toda vez em que vem uma ligação para mim, digo: agora eles vão querer saber por que, em tal dia, eu respirei mais forte na tribuna, se estou com proble-

ma de câncer. Não estou. Não estou com problema nenhum de câncer.

No Parlamento, a tribuna é o nosso instrumento. Se eu não falar aqui o que estou fazendo, só fica a versão daqueles que sabem criticar, e que nunca fizeram nada ao longo da sua vida.

Ficamos sempre entre os cinco Senadores que mais atuaram. Obrigado a todos os jornalistas do Brasil que votaram. Obrigado, internautas.

Lembro que, no ano de 2011, por exemplo, estivemos no Congresso em Foco. Fomos o quarto colocado na categoria Melhor Senador, eleito o parlamentar que mais defende a saúde. Inclusive, esse ano, foi na categoria de consumidor, Previdência e trabalhadores. Em 2011, também fui premiado na de democracia e cidadania.

Sr. Presidente, comento esse reconhecimento, falo aqui, porque isso nos dá mais energia, mais determinação na luta permanente em defesa daqueles que mais precisam, dos mais pobres e discriminados.

Temos muitos desafios para 2013. O ano que se inicia traz uma série de perspectivas para o bom debate, para o bom combate. E não vão nos intimidar, não vão conseguir. Não vão nos intimidar.

Nós faremos boas discussões, no plenário ou nos plenários das comissões ou em audiências públicas. Temos inúmeros projetos. Estão na pauta de votação, inclusive, já do Plenário. Por exemplo, um dos projetos sobre o qual estamos fazendo um belo debate com todos os motoristas do Brasil é o Estatuto dos Motoristas. É um projeto que vai dar uma qualificada, eu diria, para esse setor tão importante, que toca o Brasil, que transporta o Brasil.

Quero cumprimentar, também, a Ministra Maria do Rosário. Sou autor, além do Estatuto do Motorista, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E V. Exª me ajudou muito. Sua esposa, inclusive, que trabalha muito nessa área, esteve conosco, dialogou conosco. Nós o aprovamos aqui no Senado, ele está na Câmara, e agora, a Ministra Maria do Rosário fez uma comissão, para ajustar com outro setor da sociedade. Creio eu que este ano nós vamos aprovar, também, definitivamente, o Estatuto das Pessoas com Deficiência. E por que isso? Porque esse Estatuto beneficia, dando o exemplo dos outros, em torno de 30 milhões de pessoas. V. Exª é um estudioso desse tema e sabe disso. Pelo que percebi da vontade da Presidenta e da própria Ministra, nós aprovaremos o Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda este ano.

É claro, Sr. Presidente, que eu tenho bandeiras por que vou brigar sempre, como o fim do voto secreto. Pelo fim do voto secreto eu vou continuar brigando. Eu não admito um voto secreto, para não dar essa

confusão que deu recentemente, agora. Quem votou como? Houve estatísticas que mostram que 31 votaram no candidato que era contra a chapa oficial, e só 18 assumiram que votaram na chapa oficial. O PT não votou na chapa oficial, e foram doze votos. Então, os nossos doze votos estão ali. Nós não ficamos como aquele que diz que é, mas não é, é mas não é.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se o voto fosse aberto, cada um teria o direito de votar e explicar por que votou. Fizemos um grande debate na Bancada, sob a sua coordenação, e foi uma questão fechada. É isso, V. Exª foi à tribuna e disse: “a Bancada do PT são todos os votos, vão votar”, e nós assumimos o nosso voto. Acho que alguém vai dizer que vai votar e pode dizer que vai votar diferente. Seria uma burrice até. Seria só um desgaste necessário, mas nós não entramos naquela faixa dos oportunistas que votam de uma forma e dizem outra. Não é do nosso feitio, nós assumimos o que fizemos. Então, o fim do voto secreto é fundamental, Sr. Presidente, no Congresso Nacional.

Temos o debate, também, da redução da jornada de trabalho. Sou o autor do projeto, junto com o Senador Inácio Arruda, lá na Câmara ainda, e que haveremos de votar, espero eu, no momento adequado. A regulamentação do direito de greve. Apresentei o projeto há vinte anos.

Enfim, Sr. Presidente, pode ter certeza, aquele que está nos ouvindo, nós vamos continuar defendendo, sim, os reajustes reais para as aposentadorias e pensões. Construímos uma política para o salário mínimo, por que não podemos construir para os aposentados? Acredito que podemos construir, bem como dobrar o nosso empenho, eu falava hoje com V. Exª ainda, em buscar uma saída para esse – até o Ministro Garibaldi, da Previdência, disse – maldito fator previdenciário. Um projeto que já aprovei aqui no Senado, com o apoio de toda a Bancada do PT. *(Ininteligível.)* “Não, mas no fator previdenciário tu votou contra a Bancada.” Bobagem! Viu como falam bobagem? Não votei, não. Pelo contrário, a Bancada toda me acompanhou. Não houve um voto contra o fim do fator previdenciário.

A Bancada toda me acompanhou. Então, eles fazem confusão. Está lá na Câmara, agora. No reajuste dos aposentados também, a Bancada do PT me acompanhou na íntegra, não houve um voto contra. Inclusive para buscar uma saída para a reposição, não houve voto... Então, eles dizem que, nesses temas: “Ah, mas aí você votou contra”. Eu não votei contra. Pelo contrário. A Bancada votou comigo, entendeu que os argumentos eram sólidos, na busca de encontrar, claro, uma saída negociada, o que, na Câmara, até o momento, não aconteceu.

Sr. Presidente, só um detalhe do fator, para encerrarmos finalmente, aproveitando a tolerância de V. Ex^a, nesta sexta-feira pela manhã: o fator previdenciário reduz quase 50% do salário do trabalhador no ato da aposentadoria, coisa que não se aplica para o Executivo, para o Legislativo – nós, aqui – e para o Judiciário.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, temos de achar uma fórmula. Para os outros todos, Sr. Presidente – V. Ex^a sabe –, pegam-se as 80 maiores contribuições de 1994 para cá, que acaba dando o princípio da integralidade e dá o direito ao cidadão. Para o trabalhador celetista – e aí a Previdência tem um superávit de R\$15 bilhões, mais ou menos –, fazem esse cálculo, mas, depois, aplicam o redutor de 50%. Não é justo, porque são, efetivamente, aqueles que mais precisam.

Por isso, tenho muita esperança de que, sob a sua Liderança, vamos encontrar um caminho.

Quero só lembrar, finalmente, Sr. Presidente – e é finalmente mesmo –, que, em 1º de maio, a maior conquista dos trabalhadores brasileiros vai completar 70 anos, que é a nossa CLT. E – todo mundo sabe – não venham com esta de flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Como eu digo, só por cima do meu cadáver. Muitos não aceitam que eu diga isso, mas eu vou continuar dizendo. Não tem nada de abrir mão aqui de direitos básicos dos trabalhadores. Queremos fazer uma grande atividade dos 70 anos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Sr. Presidente, para terminar, como eu venho falando há um bom tempo, temos de ficar de olhos bem abertos. Sempre há aqueles setores que querem diminuir os direitos dos trabalhadores. Se depender de mim, não tem essa! Não tem e não vai acontecer. Por isso, ficam alguns bravos comigo e fazem as suas articulações. É legítimo que façam as suas, mas eu virei à tribuna sempre para defender os direitos dos trabalhadores.

Quero dizer também, meus amigos, do Estatuto do Juventude. Sou relator do Estatuto da Juventude, indicado pelo Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais. Faremos uma grande audiência no Rio Grande do Sul. Vou convidar os relatores anteriores para que estejam presentes, como, por exemplo, o Randolfe, a Manuela e tantos outros, que trabalharam nesse tema. A Secretária Nacional da Juventude da Presidência da República esteve anteontem comigo e confirmou que estará presente nesta grande audiência no Rio Grande do Sul. E haverá uma grande audiência aqui, em Brasília, unindo as lideranças da juventude de todo o Brasil.

Quero dizer também àqueles que estão me ouvindo, como eu falava antes no aparte a V. Ex^a, quanto ao PL nº 122. Nós temos que construir uma redação que faça com que a comissão aprove. E vai, ainda, para a CCJ. E, por isso, eu vou me reunir com todos os setores. Não apresentarei o meu relatório...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – sem deixar de conversar com todos os setores que estão tratando desse tema, contra ou a favor.

Por fim, reitero a necessidade de o Congresso Nacional estabelecer, cada vez mais, uma postura firme e clara na sua independência. E passa pela apreciação dos vetos. Eu sei que é uma preocupação também de V. Ex^a.

De fato, não dá para entender. Isso, sim, não dá para entender. Como é que a gente vai explicar que há três mil vetos que não foram apreciados.

Permitam-me, com todo o respeito – aqueles que defendem esta tese –, mas eu vi uma tese, sobre a qual a imprensa me perguntou, e eu dei a minha opinião. Existe uma tese que vai ser apresentada, que diz o seguinte: se o veto não for apreciado em 90 dias, ele fica permanente.

Meu Deus do céu! Hoje nós somos Governo, mas poderemos não ser um dia. O que é que vai acontecer se essa tese chegar a passar – com todo o respeito àqueles que defendem a tese. Ora, a maioria simplesmente não deixa votar em 90 dias. Acabou a independência do Legislativo em matéria de legislação. A última palavra sobre o projeto de lei aprovado é do Legislativo. Vai para o Executivo, vetou, volta para cá, e nós concordamos com o veto ou não. Quem tem maioria o que é que vai fazer? Não vota, só isso. Pronto, em 90 dias o veto vira lei. Então, não dá, com todo o respeito.

Eu até entendo que quem apresentou o fez para o debate, para construir uma saída. Tenho o maior respeito pelos Senadores que defendem a tese, mas essa aí não dá, sinceramente. Eu sou da Base do Governo hoje, mas posso não ser no futuro, porque a democracia é isso. Como é que eu vou concordar que acabou. Aí não há mais nada. Vota o que quiser, vetou lá, vetou e morreu. Porque quem tem maioria simplesmente não dá quórum, não vota. Passaram 90 dias, morreu. Sinceramente, essa eu tinha que comentar que não dá.

Enfim, desse modo, entendo eu que cada um tem que cumprir o seu papel – o Executivo, o Legislativo, o Judiciário. Fortalecer a democracia, enraizar os princípios, cada vez mais fortes, da cidadania, com direitos e oportunidades iguais para todos.

Sr. Presidente, era isso, mas eu gostaria de receber um aparte da minha amiga e Senadora Ana Amélia.

A Sr^a. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, eu entendo perfeitamente o seu desabafo.

(*Soa a campainha.*)

A Sr^a. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Na verdade, esse pronunciamento é um pouco um desabafo.

Diferentemente do meu caso, já que estou estreando aqui na atividade política, V. Ex^a foi um Deputado combativo na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, um grande foco na área social. E, aqui no Senado, não tem sido diferente, V. Ex^a tem ampliado ainda. Como jornalista, acompanhei isso e tive a honra de ter sido citada por V. Ex^a, dizendo que fui a jornalista que mais cobertura deu à sua atividade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Permita-me. Não é um aparte a V. Ex^a. V. Ex^a, como jornalista, muitas vezes me dizia: “Paim, há um questionamento sobre isso. Qual é a tua posição?” V. Ex^a colocava a opinião de quem questionou e, em seguida, colocava a opinião deste Parlamentar. Eu dou este testemunho aqui da tribuna do Senado: V. Ex^a foi uma das jornalistas mais coerentes que eu conheci.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Eu acho que nós precisamos ter, na comunicação, responsabilidade com os nossos atos. Eu queria fazer apenas dois registros e entender, porque eu também sofro e acho que a política é perversa, Senador Paulo Paim. Ela é perversa, porque mistura tudo num balaio só e não separa o joio do trigo. Mas, de qualquer modo, há dois aspectos que V. Ex^a abordou e um que não abordou, mas do qual falou indiretamente. Primeiro, refiro-me à eleição do Senado. Nós tivemos posições muito claras sobre essa matéria, e posições políticas definidas. V. Ex^a, pela determinação da sua Bancada, manifestou uma atitude política de comprometimento com a orientação partidária. Qual é a... O que significa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Qual é o erro?

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Qual é o erro disso? Eu pretendia fazer uma manifestação de protesto a um sistema viciado, a um sistema de cúpula, a um sistema de voto fechado, de voto secreto, melhor dizendo, e isso também não foi entendido. O nosso Estado é um Estado de lado, como V. Ex^a disse, a exemplo de Grêmio e Inter, no futebol, no esporte. Então, entendi que o sentimento político das pessoas tinha que ser observado e levei a isso, porque o ato político era pela abstenção, mas não foi entendido. Então, eu assumi e declarei. Quero falar sobre a iniciativa que V. Ex^a teve nesta Casa, apresentando uma PEC para que todas as votações sejam realizadas pelo voto aberto e não haja mais voto secreto. Aí esse jogo seria absolutamente limpo, porque, assim como V. Ex^a declarou o

seu voto, o que lhe causou um grande peso, um custo político, eu também, pela ideia de abstenção, tive que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Pela confusão que ficou.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Pela confusão criada, também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Se o voto estivesse lá no painel, não haveria problema nenhum.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Mas V. Ex^a e eu declaramos como votamos. E aí levantou-se uma suspeita. Então, o voto aberto... Quero dizer que a PEC de sua iniciativa, a primeira, propõe realizar todas as votações, inclusive de vetos – que acho que nós poderíamos examinar –, pelo voto aberto. Não teríamos mais nenhum dilema. A sociedade teria um entendimento sobre isso. Era exatamente sobre isso. É um protesto a esse sistema de votação. E eu queria também me associar a V. Ex^a nessa questão do fator previdenciário; não só nessa matéria. Mas, Senador, não é possível. E V. Ex^a chama aos brios a Casa, pois nós temos de fazer prevalecer quando há uma negociação – e o Senador Wellington Dias, hoje um combativo Parlamentar, Líder da Bancada do seu partido. Nós fizemos uma ampla negociação com a base que dá apoio ao Governo, com a oposição, para chegar ao fim do fator previdenciário. E aí ele é vetado. Então, a Casa tem de fazer valer a decisão que tomou. Ela só resgata a credibilidade nessa hora. Da mesma forma, foi negociada aqui, com todas as Lideranças, a questão da Defensoria Pública, que V. Ex^a já abordou e eu também abordei – fomos procurados; tem que derrubar um veto desse. Foi um entendimento. Se não tivesse havido entendimento, tudo bem. A matéria nem teria sido... Mas, fruto de um entendimento, temos de fazer valer a vontade do Congresso Nacional, que é a vontade da maioria. Então, eu queria cumprimentá-lo. E entendo perfeitamente, porque a política é perversa, e nós temos de enfrentar esse desafio. Eu não estou reclamando; pelo contrário, pois me é muito prazeroso o exercício do mandato, mas nem sempre é compreendido na medida exata do que nós estamos fazendo aqui para cumprir exatamente, com rigor, aqueles compromissos que assumimos junto aos nossos eleitores. Cumprimento-o, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pelo aparte, Senadora Ana Amélia. E V. Ex^a sabe que essa solenidade entre nós – eu digo os três Senadores gaúchos – é muito grande. Eu disse, em uma oportunidade, e repito agora. Qualquer pessoa que disser, em qualquer lugar, que um Senador gaúcho falou de forma, digamos, deselegante até em relação a outro, essa pessoa está mentindo. Eu tenho certeza

da posição de V. Ex^a, como tenho da minha, como tenho da do Senador Pedro Simon.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senador Paulo Paim, permita-me só aqui, neste instante, na Presidência dos trabalhos, mas também como companheiro de Bancada de V. Ex^a, primeiro, dizer que o Brasil realmente tem uma coisa que muitas vezes nos angustia – acho que a fala da Senadora Ana Amélia retrata bem isso –, mas que vale a pena, que é essa liberdade, às vezes deturpada, às vezes desviada, às vezes que caminha para a irresponsabilidade, caminha muitas vezes para a completa falta de coerência. Mas é o preço da democracia, é o preço da liberdade.

Eu acho que qualquer brasileiro, de qualquer lugar, reconhece e sabe a importância do trabalho de V. Ex^a. E como alguém que testemunha isso – aí já na casa dos 30 anos – não posso deixar de dizer: V. Ex^a é, seguramente, e já entrou para a História como um dos mais atuantes Parlamentares do Congresso Nacional; da Câmara, quando Deputado Federal, e do Senado. Tenho certeza, é hoje orgulho para a ampla maioria do povo gaúcho e do povo brasileiro. Não posso deixar de dizer, especialmente da classe trabalhadora e dos aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, eu não poderia deixar de dizer isso. V. Ex^a é um orgulho, também, do nosso partido.

Quero dizer que assumo aqui a responsabilidade como Líder de fazer os seguintes esclarecimentos. O nosso partido defende, e tenho orgulho de dizer, fizemos isso, tinha muitas posições divergentes dentro da nossa Bancada; os 12 Parlamentares na data da votação. Tínhamos divergências. Buscamos diálogo com o PMDB. Qual é a tese?

Senadora Ana Amélia, veja só um dado que pouca gente sabe. Quando a gente fala em democracia no mundo e perguntamos, lembramos Estados Unidos. Aliás, os mesmos órgãos da imprensa que batem muito no Congresso Nacional, que batem muito nas estruturas democráticas do Brasil dão capas, muitas vezes, para os que representam os poderes nos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos da América vivem o bipartidarismo. Vão assistir Lincoln. É um filme que mostra muito. A libertação dos escravos das Américas, uma das mais importantes decisões da História para o mundo, inclusive influenciando outras regiões do mundo, foi feita com corrupção. É o que o filme Lincoln mostra

em um registro histórico. Foi feito com compra de voto no Parlamento. Veja que situação!

No parlamento americano, o partido que tem a maioria tem 100% da Mesa. Lá não tem proporcionalidade como tem no Brasil. Cem por cento da Mesa do Senado Federal ou da Câmara Baixa dos Estados Unidos, 100% da Mesa são do partido majoritário. As comissões técnicas, todas as comissões técnicas, 100% da composição, em um único partido. O partido adversário, o partido que não a maioria, não tem essa participação.

Eu, como brasileiro, tenho orgulho do critério da proporcionalidade adotado pelo Brasil e por alguns países democráticos do mundo: Irlanda, França, enfim. Eu sou líder e lidero um bloco com 24 parlamentares; o Senador Eunício, um bloco com 29 parlamentares; o Senador Gim Argello, de 12 parlamentares. Somando esses três blocos, nós teríamos dois terços deste Parlamento. Poderíamos, por essa maioria, ter 100% desses blocos na Mesa. Não! Aqui votamos no PSDB para ter assento na Mesa; aqui votamos para o DEM ter assento na Mesa; partidos de oposição. E, assim, nas Comissões. O PSOL, um partido pequeno, pelo critério que tenho muito orgulho de defender, da representação da minoria, ter participação nas Comissões, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes desta Casa. Então, foi esse critério que norteou.

Eu acho que hoje nós estamos aqui. Amanhã a composição será outra, porque a sociedade muda; a composição dos partidos muda. Eu sustento que este Parlamento precisa cumprir o critério da proporcionalidade. E foi isso que pesou na nossa decisão.

E agradeço a V. Ex^a e a todos os membros da Bancada que compreenderam isso, seguindo a orientação. Da mesma forma que respeito as posições, por razões diversas, externadas por outros que respeitam a proporcionalidade, mas que tinham argumentos para a tomada de determinadas decisões.

Então, eu não poderia deixar de dizer aqui ao povo gaúcho e às outras pessoas: V. Ex^a faz algo também que é importante, que foi o cumprimento de um debate democrático que fizemos, e ajudei nessa coordenação, para a tomada de uma decisão. Portanto, eu queria aqui, em nome, posso dizer aqui com certeza, pelo menos da ampla maioria do povo brasileiro, é um orgulho ter V. Ex^a no Parlamento brasileiro, no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente... *(Fora do microfone.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...pela sua fala, não há motivo nenhum para eu alongar o meu pronunciamento. V. Ex^a faz um esclarecimento claro ao

povo brasileiro, inclusive ao nosso Partido. Setores do nosso Partido não estavam entendendo bem o que estava acontecendo; setores do nosso Partido, que têm um entendimento. Mediante a sua fala, não fica mais nenhuma dúvida sobre todo o debate que aqui fizemos.

Só posso cumprimentar V. Ex^a. Que bom que, numa sexta-feira, pela manhã, véspera de carnaval, estes três Senadores, com este debate, com o discurso de V. Ex^a, tenho certeza, e o da Senadora Ana Amélia, enriquecem a democracia brasileira, e quem ganha com isso é toda a nossa gente.

Viva a democracia!

Obrigado, Presidente Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo, passo a palavra, com o maior prazer, à Senadora Ana Amélia, e convido o Senador Paulo Paim para assumir a presidência dos trabalhos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caros Presidentes Wellington Dias e Paulo Paim, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nossos zelosos servidores desta Casa, de fato, entramos em um debate interessante sobre o nosso papel, a nossa responsabilidade e o compromisso que, diligente e diligentemente, temos que ter em relação ao cumprimento daquilo que a população espera de políticos comprometidos com o interesse da população, com o interesse do setor produtivo, com o interesse de quem trabalha. Mas nós precisamos também demonstrar, para que a instituição, o Poder Legislativo, o Senado Federal, tenham o respeito da população. Então, nós temos que fazer um *mea culpa* e fazer o dever de casa.

Senador Paim, nós temos a consciência tranquila de que estamos fazendo isso com o nosso esforço e, se não fazemos melhor, não é por falta de empenho e dedicação. Talvez, por falta de capacidade. Mas não por falta de compromisso e de empenho pessoal de cada um de nós. Eu espero que a sociedade valorize e tenha por esta Casa a credibilidade que ela precisa ter para que possamos assegurar uma democracia equilibrada e uma democracia respeitada. Foi tão difícil conquistá-la. Precisamos preservá-la a todo custo.

Senador Paim, nós ontem estivemos presentes em uma cerimônia ecumênica na Catedral de Brasília, e eu queria fazer um registro da iniciativa da Presidente Dilma Rousseff, que propôs a realização desse ato ontem. Um ato muito bonito, comovente, que reuniu todas as Igrejas. E a beleza do ato ecumênico é exatamente o conagração universal das crenças, da fé de cada um na sua própria religião.

Foi um ato simples, de reverência à memória de 238 jovens, nossos conterrâneos gaúchos, que morre-

ram na fatídica madrugada de domingo, 27 de janeiro, deste recém-iniciado 2013.

A Presidente Dilma, antes disso, naquela mesma data que vai ficar inesquecível na memória de todos nós, não apenas dos santamarienses, mas dos gaúchos de todos os cantos e de todos os brasileiros – e também foi uma tragédia que sensibilizou o mundo –, interrompeu um compromisso internacional no Chile, para levar a sua equipe, especialmente o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e mobilizar as Forças Armadas no socorro às vítimas.

E eu queria, então, como uma Senadora independente aqui e como gaúcha – e V. Ex^a partilha desse sentimento –, dizer que esse foi um gesto de grandeza, de absoluto comprometimento com uma necessidade emergencial, de solidariedade humana, de gestão, em todos os aspectos. Então, a Presidente Dilma, nesse ato, revelou a grandeza de uma estadista que tem sentimentos, que tem sensibilidade e que está preocupada com aquela dor que tantas famílias tiveram com a perda dos seus filhos, dos seus amigos, dos parentes.

E, ontem, ela renovou esse gesto de solidariedade ao tomar a iniciativa de propor esse ato ecumênico, em que tivemos a oportunidade de estar, inclusive o Senador Wellington, o Senador Jorge Viana, representando o Senado Federal.

Então, eu queria dizer que essa tragédia de Santa Maria tem que nos pautar para que ela não fique no tempo e a gente acabe depois tendo que rever ou reanimar a necessidade de um compromisso para resolver os problemas.

Hoje começa o carnaval, Senador Paim, e o Brasil tem grande orgulho desta que é a maior festa popular a céu aberto, não só do nosso imenso Brasil, mas é a maior festa popular a céu aberto de todo o Planeta, que encanta o mundo pela sua diversidade, pelo seu colorido, pela sua alegria, pela criatividade do que acontece no Sambódromo no Rio de Janeiro ou no alegre carnaval da Bahia, de Pernambuco, das Regiões do Nordeste, de São Paulo, do meu Rio Grande do Sul, de Santa Catarina.

O Rio Grande ficará neste carnaval mais triste pelo que aconteceu, em solidariedade às vítimas da tragédia, mas o Brasil inteiro, neste período, respira carnaval.

E, olha, Senador Paim, no carnaval passado, 192 pessoas morreram nas nossas rodovias, uma tragédia muito parecida com o que aconteceu na madrugada do 27 de janeiro, lá, em Santa Maria, na boate Kiss. Claro que é uma morte diferente, mas a morte é a mesma: as pessoas perdem a vida e deixam o nosso convívio. E podemos evitar isso? Claro que podemos. Poderia ter sido evitada a morte de 238 jovens? Poderia, se

tivessem as condições de segurança prevalecidas naquele momento.

No ano passado, além das 192 mortes por acidentes nas nossas rodovias, foram quase 3.499 acidentes com 2.207 feridos em apenas cinco dias, Senador Paulo Paim. São números trágicos e alarmantes e que nos remetem à necessidade de um redobrado cuidado. Nós temos que ter uma responsabilidade; não adianta pedir maior fiscalização se nós, individualmente, não assumirmos a responsabilidade pelos nossos atos, em todos eles.

As autoridades policiais dizem que a maioria dos acidentes nas estradas ocorre durante a ultrapassagem, seja em lugares onde é proibido ou mesmo quando o motorista calcula mal o tempo e ultrapassa outro veículo sem ter total segurança. É preciso lembrar que a Polícia Rodoviária Federal já começou a intensificar a fiscalização, na madrugada desta sexta-feira.

Até a meia-noite da quarta-feira de cinzas, mais de dez mil agentes vão trabalhar para monitorar o trânsito e fazer o teste do bafômetro, agora com uma Lei Seca muito mais rigorosa. E a recomendação é esta para todos: evitem a combinação perigosa de álcool e direção. Esse gesto reduz as chances das vítimas fatais no trânsito.

Quem for apanhado cometendo a infração terá que pagar uma multa de R\$1.915,00, a habilitação será suspensa por mais um ano e o infrator ainda será impedido de seguir viagem.

Então, atrapalha tudo, além de pesar no seu bolso. Isto é prevenção. Mas é muito fácil evitar que isso aconteça: basta que o motorista respeite a lei, basta que o motorista tenha responsabilidade para preservar a sua vida, a vida da sua família, dos seus amigos e a vida de terceiros que ele nem conhece.

As autoridades recomendam também evitar o tráfego pelo acostamento. No ano passado, quase 7 mil veículos foram multados por conta disso, Senador Paim. O valor da multa para esse tipo de infração é de R\$574,00. Neste carnaval, a Polícia Rodoviária Federal pretende intensificar a fiscalização com o apoio da Polícia Militar e também das agências de trânsito de todo o País.

Nove rodovias são apontadas como as mais perigosas e com os maiores históricos de acidentes durante o período do carnaval: BR-101, BR-222, BR-116, BR-376, BR-040, BR-381, BR-050, BR-153 e BR-290. Os trechos com maior histórico de acidentes estão nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina e Paraná, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feito em parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Os quilômetros de 20 a 30 da BR-290, lá no nosso Rio Grande do Sul,

próximo a Santo Antônio da Patrulha, Município que fica a 80km de Porto Alegre, capital do nosso Estado, apresentaram, segundo o estudo, grandes chances de ocorrência de acidentes, exatamente porque também ali é o trajeto e o caminho para a praia.

Portanto, para que a festa de carnaval não se transforme em tragédia, a Polícia Rodoviária Federal fez uma cartilha de boas práticas no trânsito.

A primeira sugestão é manter uma distância segura do veículo que vai à frente. No carnaval passado, o tipo de colisão mais frequente foi exatamente a batida na traseira do outro veículo, com um total de 1.200 ocorrências, ou seja, 34% do total dos acidentes.

Forçar a ultrapassagem ou ultrapassar em faixa contínua, pontes e curvas são as principais causas de colisões frontais, aquelas que, em geral, provocam os acidentes mais graves. Mesmo representando apenas 3% das ocorrências, são os acidentes que mais mataram em 2012: 86 mortos, ou seja, 45% do total dos acidentes ocorridos no carnaval de 2012.

A atenção aos pedestres precisa ser redobrada, especialmente em áreas urbanas. Embora os atropelamentos respondam por apenas 2% das ocorrências, 12% dos casos resultaram em morte no Carnaval de 2012.

Dirigir à noite também não é recomendado, pois 53% dos acidentes fatais ocorreram à noite, no Carnaval de 2012. Durante o dia, a média é de 1 morte para cada 20 acidentes; à noite, a média aumenta de 1 morte para cada 15 acidentes.

Outra atenção deve ser dada ao clima. Os motoristas devem prestar muita atenção a isso. Apesar do tempo bom no Nordeste e em parte da região Sul do País, o Instituto Nacional de Meteorologia, o INMET, o tempo será chuvoso em vários Estados. Assim, a recomendação da Polícia Rodoviária Federal é que, durante a chuva ou com o asfalto molhado, o motorista deve aumentar a distância em relação ao veículo que trafega a sua frente. Assim, é possível evitar freadas bruscas, que, nessas condições, elevam o risco de derrapagens e aquaplanagens.

As borrachas das palhetas do limpador de para-brisa precisam estar em bom estado de conservação, para que a chuva afete o menos possível a dirigibilidade do veículo, a segurança do veículo. A recomendação é que as palhetas sejam trocadas pelo menos uma vez por ano. Os faróis devem estar sempre acesos. Em caso de chuva forte, o motorista deve procurar um lugar seguro e, assim que possível, parar o carro.

Nunca pare sobre a pista e evite parar no acostamento! Essas são recomendações importantes para evitar que novas tragédias ocorram no Carnaval de 2012.

Portanto mais do que o fiscal, do que a barreira, do que o radar é a consciência de cada um no risco que cada um pode cometer se não respeitar o Código de Trânsito, não respeitar a velocidade limite para aquela via, não respeitar a sinalização. Não dirigir embriagado ou sob efeitos de drogas, a Lei Seca está mais rigorosa e é preciso redobrar o cuidado.

É muito melhor fazer um Carnaval seguro, observando todas essas regras, Senador Paim, ter uma festa, ao invés de um velório de um ente querido ou um velório de toda a família. Então, vamos ter um Carnaval seguro, um Carnaval de muito cuidado.

Antes de terminar este meu pronunciamento, Senador Paim, eu queria fazer um registro do que aconteceu, ontem, lá em Capão da Canoa, na Promotoria de Justiça daquela cidade de praia do nosso litoral norte, por iniciativa da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, presidida pelo promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo.

Lá, ontem à tarde, o MP do Rio Grande, e V. Ex^a, tenho convicção, como o Senador Pedro Simon, está ao lado do MP, reuniu-se para protestar contra a PEC 37, que limita os poderes de investigação do Ministério Público.

Já manifestei publicamente minha posição clara. Sou viúva de um procurador de Justiça e tenho pela instituição um respeito muito grande. Já manifestei inclusive ao Procurador Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, numa cerimônia em que o Ministério Público se reuniu para criar uma comissão de acompanhamento das obras da Copa do Mundo, a minha oposição à PEC 37. Ela é um desserviço à democracia e a essa instituição que tanto tem servido ao nosso País.

Fiquei também confortada, porque ontem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, emitiu um posicionamento oficial e formal contrário à PEC 37. Eu penso que a CNBB, junto com a OAB e outras instituições que têm trabalhado muito pela seriedade, pelo rigor no combate à corrupção, tem trilhado o caminho, junto com lideranças do Congresso Nacional, para impedir que a PEC 37 seja aprovada.

Para que o telespectador entenda, essa PEC retira do Ministério Público a possibilidade de investigação em casos de denúncia, limitando essa competência apenas às polícias, à Polícia Federal, às polícias dos Estados e às Polícias Militares. Hoje, o Ministério Público tem e deve manter essa prerrogativa, como forma de dar maiores garantias à própria sociedade brasileira.

Então eu penso que é necessária essa manifestação e sei que V. Ex^a também a está apoiando.

Ontem aqui também, Senador, eu falei um pouco sobre a questão da invasão dos produtos asiáticos. Eu queria ressaltar que absolutamente, e por entender que

o consumidor se beneficia de preços baixos de produtos ofertados com menor preço, não é proibir a entrada de produtos asiáticos para cá, os tênis, materiais plásticos – vamos falar bem claro: muita quinquilharia chega –, mas a minha preocupação é, e é a sua preocupação também, que essa invasão desses produtos acabe impactando sobre o nível de emprego e o nível de existência das nossas empresas, especialmente as pequenas e médias, e o nosso Rio Grande é um Estado em que a pequena e a média empresa têm uma força extraordinária, assim como em Santa Catarina e Paraná também. Então, essa invasão me preocupa porque, no caso dos calçados – e V. Ex^a, ali, no Vale dos Sinos, conhece bem –, nós perdemos uns três mil empregos pelos tênis que vêm da Ásia.

Agora, não dá para proibir a entrada do tênis da Ásia porque ele chega muito mais barato do que o nosso. Portanto, temos que criar, Senador Paim, e esta é a minha posição, as condições para que as nossas empresas tenham condições competitivas de produção, como a redução de carga tributária, agora a desoneração da folha e também as condições logísticas, pois os nossos custos são muito elevados. É criar as condições para que, quando um órgão de normas técnicas exigir...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...sobre um determinado produto a observância de algum critério, primeiro, que ele use o mesmo critério de exigência para um produto importado, porque é desleal trazer o produto de fora sem aplicar as mesmas regras e as normas técnicas. Falo sobre lençóis térmicos e sobre vários outros produtos. Temos que ter a segurança garantida para evitar problemas ao consumidor brasileiro, mas temos que aplicar regra para a produção nacional e para a produção que vem de fora. Então, esse é o primeiro passo.

Segundo, para a produção nacional, criar condições. O BNDES deveria criar linhas para ajudar a pequena e a média empresa a ter acesso ao cumprimento dessa legislação mais rigorosa. Acho que é um caminho mais inteligente, o Governo estaria estimulando uma consolidação dessas empresas em vários setores. Então, quero deixar claro que este é o meu ponto de vista: eu defendo a liberdade...

(Interrupção de som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...globalização. Tudo isso, digamos, faz parte do processo, dessa nossa convivência globalizada, dessa nossa mobilidade. Eu, daqui a pouco, vou à Feira dos Importados porque lá vou encontrar um pratinho de sobremesa mais barato do que em uma loja. Não sei de onde é, mas tudo é importado.

Agora, será que as nossas fábricas, lá de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul, não terão condições de oferecer um produto também mais barato? Aquele produto chega, são os nossos vinhos, são uma série de produtos que enfrentam uma barreira de uma competição desleal.

Então, a minha defesa é que nós temos que criar políticas para dar às empresas, especialmente pequenas e médias, as condições de competir com os estrangeiros, porque nós temos juros mais altos, custos maiores. E também a questão da logística deficiente e muito cara – estradas esburacadas, pedágios, e todos os aspectos que entram na composição de preço e que acabam tornando o produto aqui, comparativamente a um produto asiático, bem mais caro do que o deles.

Então, criar as condições de competitividade, se não nós estaremos cometendo uma injustiça fechando emprego. Setor de autopeças é o mais claro disso. Foram fechados 14 mil empregos, Senador Paulo Paim, 14 mil empregos em 8 anos. Vem tudo de fora, tudo de fora; e olha que temos muitos automóveis no Brasil. Então, é preciso que esses setores tenham um tratamento diferenciado, e não privilegiado, um tratamento adequado, para que possam continuar trabalhando, gerando emprego, renda em nosso País.

Obrigado, Senador.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Wellington Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a sabe que nós concordamos com o seu pronunciamento, que trata de questões voltadas, inclusive, ao emprego, e dizer também, me permita, nesse momento, no dia 6, agora, de março, quando vai acontecer a Marcha Brasília do Movimento Social, claro que eles vão falar de 40 horas, de Fator Previdenciário, de Aposentados, mas vão falar também da linha do discurso de V. Ex^a, que é o crescimento sustentável, fazendo com que se fortaleça o mercado interno, que é a grande fonte geradora de emprego.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011** (nº 4.835/2009, na Casa de origem, do Deputado Valtenir Pereira), que *acrescenta disposi-*

tivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011**, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências”, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.*

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o **Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011**, aprovado nos termos do substitutivo, retorna à Câmara dos Deputados; o **Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011**, prejudicado, vai ao Arquivo; e o **Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011**, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012** (nº 1.923/2011, na Casa de origem, do Deputado João Bittar), que *denomina Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 80, de 2012**, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para permitir a aprovação de mais de uma proposição que tramitem em conjunto, com indicação da proposição que será considerada precedente, inclusive pelo critério da maior abrangência.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2012** (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.718, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador José Pimentel), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria consta da pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram encaminhados ao Congresso Nacional os seguintes ofícios:

- **Ofício TRT7.GP nº 073/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;
- **Ofício TRT GP/SA Nº 003/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;
- **Ofício TRT-DG Nº 11/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;
- **Ofício TRT/GP/N. 42/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;
- **Ofício nº 24/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- **Ofício TRF2-OFI-2013/01963**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

- **Ofício DG nº 43/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
- **Ofício nº 048/2013-GP**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- **Ofício GDG/SCOF nº 02/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- **Ofício TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 02/2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

São os seguintes expedientes:

Of. TRT7. GP nº 73/2013

Fortaleza, 29 de janeiro de 2013

Em cumprimento ao disposto no artigo 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminhamos, em anexo, a cópia do DOU com a publicação do Ato nº 20 desta Presidência, que divulga o Relatório de Gestão Fiscal, anexos I, V, VI e VII, deste Regional, referente ao 3º quadrimestre de 2012.

Na oportunidade, apresentamos o nosso respeito e admiração. – **Maria Roseli Mendes Alencar**, Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Nº 20, terça-feira, 29 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

141



b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício Circular nº 16/SEAF/SOF/MP-SU/CON-STN-MF.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FISCALIZADAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			
0100 - Recursos Ordinários	4.711	309	4.402
Recursos Não Submetidos à Classificação por Fonte de Recursos	27	27	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.738	336	4.402
TOTAL (III) = (I + II)	4.738	336	4.402

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 23/jan/2013, hora da emissão: 09h e 10m.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO VI - (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	-	12	297	4.402	4.402	-

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO

ATO Nº 10, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexos I, V, VI e VII, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012, para divulgação e conhecimento público.

Desa. MARIA ROSELI MENDES ALENCAR

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Despesas Executadas últimos 12 meses Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	240.101	12	240.113
Pessoal Ativo	173.059	12	173.071
Pessoal Inativo e Pensionistas	67.042	-	67.042
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	67.369	-	67.369
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.107	-	6.107
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	61.262	-	61.262
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	172.732	12	172.744
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.333.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,027998%	0,000002%	0,028000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,076928%			474.394
LIMITE PRUDENCIAL (§ 3º único, art. 22 da LRF) - 0,073082%			450.865

Fonte: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOQ/TRT 7ª Região - 17/jan/13 - 11h 07min

Notas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt7.jus.br/assessoria/diaria.html>, pelo código 90012013012900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



142

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, terça-feira, 29 de janeiro de 2013

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com auxílio natalidade - 3190.08.05 - R\$ 13.551,18 e funeral - 3190.08.01 e 03 de R\$ 50.528,14, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão TCU nº 894/2012.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 445.048,06 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.344.270,94, totalizando R\$ 3.789.319,00 de despesa empenhada;

4) Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa empenhada/liquidada R\$ 412.124,05;

5) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 1.200.693,06 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 4.155.686,94 totalizando R\$ 5.356.380,00 de despesa empenhada;

6) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR

Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSE TEIXEIRA NETO

Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA

Secretário de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")	R\$ Mil		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			
Fonte 00 - Recursos Ordinários	39.352	22.124	17.228
Fonte 51 - Contr. Social s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	6.106	6.106	-
Fonte 53 - Contr. p/ Financiamento da Seguridade Social	8.116	8.116	-
Fonte 81 - Recursos de Convênios	1.684	259	3.425
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	57.258	36.605	20.653
TOTAL (III) = (I + II)	96.610	58.729	37.881

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 17/jan/2013 - 11h 07min

Nota: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: 2) Nas colunas "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Obrigações Financeiras" estão incluídos R\$ 4.914,68 como Recursos Não vinculados.

Fonte 00 - Recursos Ordinários referentes a Cauções recebidas em garantia

Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR

Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSE TEIXEIRA NETO

Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA

Secretário de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")	R\$ mil			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR			
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)				
00 - Recursos Ordinários	1.168	229	20.722	13.481
51 - Contr. Social s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	6.106	-	-	-
53 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	8.116	-	-	-
81 - Recursos de Convênios	25	9	225	2.015
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	15.415	238	20.947	15.946
TOTAL (III) = (I + II)	30.689	267	41.669	29.427

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 17/jan/2013 - 11h 07min

Nota: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR

Desembargadora Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código 00012013012900142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 20, terça-feira, 29 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

143



NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSE TEIXEIRA NETO

Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA

Secretário de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RF - Anexo VII	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	R\$ Mil
Despesa Total com Pessoal - DTP		172.744		0,028000%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF - <=)		474.594		0,076928%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF - <=)		450.865		0,073082%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		15.496		20.653

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.
MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

OSÉ TEIXEIRA NETO
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
Secretário de Controle Interno

9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 12, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto nos arts. 25 e 26 do Regimento Interno, e do conteúdo no Memorando nº 4/2013/SERCONT-SECOF-TRT-PR, RESOLVE determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro/2012 a dezembro/2012, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 25, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	R\$ Mil
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (9)	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	588.094	6.640	594.734
Pessoal Ativo	479.193	6.163	485.356
Pessoal Inativo e Pensionistas	108.901	537	109.438
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	140.431	6.640	147.071
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	580	0	580
Despesas de Decurso Judicial	0	0	0
Despesas de Execução Anterior	39.135	6.640	45.775
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	100.716	0	100.716
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	447.663	0	447.663
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			818.623.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	0,077563%	0,000000%	0,077563%
CVT= [(IVx100)/DTP]			714.853
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,118275%			879.110
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,118973%			879.110

FONTE: SIAFI e Sistema/SecoF-TRT 9ª Região - 07/jan/2013 - 10:00

Notas:

(1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas: inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(2) Os gastos com auxílio natalidade e férias, classificados como Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da separação deste RGF, conforme Acórdão TCU nº 894/2012.

(3) Despesas com Previdência da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.727.866,65.

(4) Despesas com Previdência da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 618.857,51.

5) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 10.745.102,22.
6) No mês de dezembro de 2012 houve cancelamento de RP não processados referente a despesas com pessoal, referente ao orçamento de empenho anterior 2011/09/2806, no valor de R\$ 7.501,17.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RGF - ANEXO V (LRF, Art. 35, inciso III, alínea "a")	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)	R\$ Mil
0156000000		0	0	0	0
0169000000		0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		0	0	0	0
0100000000		23.724	738	22.986	22.986
0150000000		287	0	287	287
0181000000		11.298	335	10.963	10.963
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		25.307	1.073	24.234	24.234
TOTAL (III) = (I + II)		25.307	1.073	24.234	24.234
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		0	0	0	0

Fonte: SIAFI e Sistema/SecoF-TRT 9ª Região - 07/jan/2013 - 10:00

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 35, inciso III, alínea "b")		RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		R\$ Mil
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
0156000000		0	0	0	0		0	0
0169000000		0	0	0	0		0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		0	0	0	0			
0150000000		139	399	2.298	19.688		37.986	0
0181000000		0	0	0	0		387	0
0181000000		0	335	0	10.952		10.261	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		139	934	2.298	30.640		34.734	0
TOTAL (III) = (I + II)		139	934	2.298	30.640		34.734	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		0	0	0	0		0	0

Fonte: SIAFI e Sistema/SecoF-TRT 9ª Região - 07/jan/2013 - 10:00

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Ofício TRT GP/SA nº 3/2013

Belém, 30 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Órgão relativo ao período de janeiro a dezembro de 2012, publicado no **Diário Oficial da União** de 30-1-2013, Seção I, páginas 132 e 133.

Respeitosamente, – **Odete de Almeida Alves**,
Desembargadora Presidente.

ATO Nº 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, incisos I, a) e III e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Portaria STN nº 407/2011;

Resolve:

Tornar Público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º quadrimestre de 2012, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo I), o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, (Anexo V), o Demonstrativo dos Restos a Pagar (Anexo VI) e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (Anexo VII).

Publique-se e registre-se. – Odete de Almeida Alves, Desembargadora Presidente.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)			
UNIAO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2012			
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	384.897	2	384.899
Pessoal Ativo	257.553	1	257.554
Pessoal Inativo e Pensionistas	127.344	1	127.345
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	146.680	0	146.680
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	16	0	16
Despesas de Exercícios Anteriores	27.953	0	27.953
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	118.711	0	118.711
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	238.217	2	238.219
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,038613%	0,000060%	0,038673%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,101388%		825.496
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,096319%		594.222
FONTE: SIAFI - COAUD/RT8ª REGIÃO - Em 25/01/2013 - 11:00h			
Notas:			
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.			
2) Os gastos com auxílio-natalidade e auxílio-funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste Relatório de Gestão Fiscal, conforme Acórdão nº 894/2012, do Tribunal de Contas da União-Plenário.			
3) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):			
a) Despesas Liquidadas: R\$ 2.040.081,88			
b) Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não houve registro.			
4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):			
a) Despesas Liquidadas: R\$ 2.003.887,67			
b) Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não houve registro.			
5) Despesas com Precatórios da Administração Indireta:			
a) Despesas Liquidadas: R\$ 7.303.514,82			

ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora Presidente

REGINA UCHOA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador da Coordenadoria de Execução Financeira e Orçamentária

IZANIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2
---	---

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
FONTE 0169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	14	14	-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	14	14	-
FONTE 0100 – RECURSOS ORDINÁRIOS	29.933	20.271	9.662
FONTE 0150 – RECURSOS ORDINÁRIOS	116	-	116
FONTE 0181 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.437	-	1.437
FONTE 00 – RECURSOS ORDINÁRIOS ²	167	167	-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	31.653	20.438	11.215
TOTAL (III) = (I + II)	31.667	20.452	11.215
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	14	14	-
FONTE: SIAFI e COAUD/TRTS ³ REGIÃO			

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: O recurso na Fonte "00 – Recursos Ordinários", no valor de R\$-167.323,95, refere-se a 'Depósitos e Cauções'.

ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora Presidente

REGINA UCHOA DE AZEVEDO

Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO

Coordenador da Coordenadoria de Execução Financeira e Orçamentária

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO

Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
FONTE 0169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR			14			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	14	-	-	-
FONTE 0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.231	-	3.037	11.215	9.662	-
FONTE 0150 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	-	-	115	-
FONTE 0181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	-	722	1.437	-
...						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	17.231	-	3.037	11.937	11.215	-
TOTAL (III) = (I + II)	17.231	-	3.051	11.937	11.215	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	14	-	-	-

FONTE: SIAFI e COAUD/TRTSª REGIÃO.

FONTE: SIAFI e COAUD/TRT8ª REGIÃO.

Nota 1 : A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2 : A diferença apurada - no valor de R\$ 722.796,04 - decorre EXCLUSIVAMENTE de despesas empenhadas por conta de Recursos de Convênios, Fonte 0181, firmados com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nota 3 : Os recursos financeiros, necessários para suprir a diferença apontada na Nota 2, foram devidamente solicitados por meio dos Ofícios TRT 8ª.SA.BB nº 001/2013 e Ofício TRT 8ª.SA.CEF nº 001/2013.

ODETE DE ALMEIDA ALVES
 Desembargadora-Presidente

REGINA UCHOA DE AZEVEDO

Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO
 Coordenador da Coordenadoria de Execução Financeira e Orçamentária

IZANILDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
 Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII			R\$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	238.219		0,038613%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	625.496		0,101388%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	594.222		0,096319%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	11.937		11.213

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Nota 1: A diferença apurada – no valor de R\$ 722.796,04 – decorre EXCLUSIVAMENTE de despesas empenhadas por conta de Recursos de Convênios, Fonte 0181, firmados com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nota 2: Os recursos financeiros, necessários para suprir a diferença apontada na Nota 1, foram devidamente solicitados por meio dos Ofícios TRT 8ª SA.BB nº 001/2013 e Ofício TRT 8ª SA.CEF nº 001/2013.

ODETE DE ALMEIDA ALVES
Desembargadora-Presidente

REGINA UCHOA DE AZEVEDO

Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa, em substituição

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador da Coordenadoria de Execução Financeira e Orçamentária

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno



132

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	102	102	
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Serv	-	-	425	18	18	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	425	120	120	
00 - Recursos Ordinários	-	-	20.013	14.716	18.115	
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	147	1.551	2.321	
50 - Recursos Não Finance. Diretam. Arrecadados	-	-	-	450	577	
51 - Contrib Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	
53 - Contrib. p/ Financ. da Seguridade Social	-	-	-	-	-	
78 - Fundo de Finc. das Telecomunicações	-	-	-	3.971	828	
81 - Recursos de Convênios	-	-	-	2.872	1.721	
88 - Remuneração das Disp do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	20.160	23.560	23.562	
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	20.585	23.681	23.682	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	-	-	425	120	120	

FONTE: SVC/TRT3

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES

Desembargadora Federal do Trabalho

Presidente do TRT da 5ª Região

TARCISIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS

Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

Diretor da S.O.F.

ANA LOURDES SILVA PINHO

Diretora do Órgão de Controle Interno

6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 17, DE 25 DE JANEIRO DE 2013
(Publicada no DOU de 28-1-2013)

ANEXO(*)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ mil(*)

Destinação de Recursos	Restos a Pagar				Disponibilidade de Caixa Líquida	Empenhos não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		(Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0108 - Contribuição Pessoal para o Plano de Seguridade Social do Servidor			180		180	
Total dos Recursos Vinculados (I)			180		180	
0109 - Recursos Ordinários			1.392	9.112	17.062	
0109 - Recursos de Convênio				3.217	3.217	
0109 - Recursos Ordinários			970		970	
Total dos Recursos Não Vinculados (II)			2.362	12.429	15.919	
Total (III) = (I + II)			2.542	12.429	16.099	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			180		180	

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 29/01/2013, 14h e 45m

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o passivo atuarial.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
Presidente do Tribunal

JOÃO ANDRÉ PEGADO
Diretor-Geral - Substituto

FLAVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

PAULO EDUARDO SILVA DE ABREU
Diretor Substituto da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 28-1-2013, Seção 1, pág. 125, com incorreção no original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria.html>, pelo código 00012013013000132

8ª REGIÃO

ATO Nº 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, incisos I, alínea "b" e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e Portaria STN nº 407/2011, resolve: TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º quadrimestre de 2012, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo I), Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (Anexo V), Demonstrativo dos Restos a Pagar (Anexo VI) e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (Anexo VII). Publique-se e registre-se.

ODETE DE ALMEIDA ALVES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Específica (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (B)	Total
(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	364.897	2	364.899
Pessoal Ativo	257.553	1	257.554
Pessoal Inativo e Provisórias	127.344	1	127.345
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	146.680	0	146.680
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	27.953	0	27.953
Inativos e Provisórias com Recursos Vinculados	118.711	0	118.711
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	218.217	2	218.219
APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	-	-	616.932.249
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,038613%	0,000000%	0,038613%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,101383%	0,101383%	-	625.496
<=	-	-	-
LIMITE PRUDENCIAL (§ 1º do art. 22 da LRF) - <5%	0,096319%	-	594.127

Fonte: SIAFI - COAUD/TRT 8ª REGIÃO - Em 25/01/2013 - 11:00h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

133



a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste Relatório de Gestão Fiscal, conforme Acórdão nº 894/2012, do Tribunal de Contas da União - Plenário.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):

a) Despesas liquidadas: R\$2.040.081,88;

b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não houve registro.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):

a) Despesas liquidadas: R\$2.003.887,67

b) Despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados: não houve registro.

5) Despesas com Precatório da Administração Indireta:

a) Despesas liquidadas: R\$7.303.514,82

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FISCALIZADAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a)-(b)
FONTE 0100 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	14	14	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	14	14	-
FONTE 9100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.531	20.271	9.662
FONTE 9150 - RECURSOS ORDINÁRIOS	116	-	116
FONTE 9181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.437	-	1.437
FONTE 91 - RECURSOS ORDINÁRIOS	167	167	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	31.651	20.438	11.213
TOTAL (III) = (I)+(II)	31.665	20.452	11.213
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	14	14	-

Fonte: SIAFI e COAUD/TRT 8ª REGIÃO

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com Passivo Atuarial.

Nota: O recurso na Fonte "00 - Recurso Ordinário", no valor de R\$167.323,95, refere-se a Depósitos e Cauções.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CADA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não pagos		Empenhados e Não liquidados			
	De Exercícios Anteriores	De Exercícios	De Exercícios Anteriores	De Exercícios		
FONTE 9100 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	-	-	14	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	14	-	-	-
FONTE 9100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.231	-	3.037	11.215	9.662	-
FONTE 9150 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	-	-	116	-
FONTE 9181 - FONTE DE RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	-	722	1.437	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	17.231	-	3.037	11.937	11.215	-
TOTAL (III)=(I)+(II)	17.231	-	3.051	11.937	11.215	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	14	-	-	-

Fonte: SIAFI e COAUD/TRT 8ª REGIÃO

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: A diferença apurada - no valor de R\$722.796,04 - decorre EXCLUSIVAMENTE de despesas empenhadas por conta de Recursos de Convênios, Fonte 0181, firmados com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nota 3: Os recursos financeiros, necessários para suprir a diferença apontada na Nota 2, foram devidamente solicitados por meios dos Ofícios TRT8-SA.BB nº001/2013 e TRT8-SA.CEF nº001/2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	238.219	8,026137%
Limite Máximo Despesa I, II e III, art. 20 da LRF - <= %	825.096	8,161388%
Limite Prudencial (I único, art. 22 da LRF) - <= %	294.221	8,066219%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013013000133

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	11.937	11.215

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Nota 1: A diferença apurada - no valor de R\$722.796,04 - decorre EXCLUSIVAMENTE de despesas empenhadas por conta de Recursos de Convênios, Fonte 0181, firmados com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nota 2: Os recursos financeiros, necessários para suprir a diferença apontada na Nota 1, foram devidamente solicitados por meios dos Ofícios TRT8-SA.BB nº001/2013 e TRT8-SA.CEF nº001/2013.

Belém, 28 de janeiro de 2013

ODETE DE ALMEIDA ALVES

Desembargadora Presidente

REGINA UCHOA DE AZEVEDO

Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO

Coordenador da Coordenação de Execução Financeira e Orçamentária

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO

Coordenadora da Coordenação de Auditoria e Controle Interno

10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2013

O Desembargador Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o conteúdo no Processo Administrativo nº 539/2013, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012.

Des. ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesa Executada (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	363.068	415	363.540
Pessoal Ativo	271.525	415	271.961
Pessoal Inativo e Pensionistas	91.542	37	91.579
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(I) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	104.423	39	104.462
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	30.347	39	30.387
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	74.076	0	74.076
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL (III) = (I) + (II)	258.645	413	259.078
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	-	-	9.693.349
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III) / (IV) x 100	0,041924%	0,000070%	0,041995%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	200,104329%	-	643.640
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,099113%	-	611.458

FONTE: SIAFI GERENCIAL - NUCAN/SEOR/TRT 10ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com auxílio natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração do RGF, conforme acórdão 894/2012 do TCU.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):despesa liquidada R\$ 9.441 mil.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):despesa liquidada R\$ 2.309 mil.

5) Despesa de Precatórios da Administração indireta:despesa liquidada R\$ 1.163 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 7.392 mil.

6) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 39.351 correspondem a contribuição patronal para o RPPS e R\$ 155 mil a contribuições previdenciárias ao INSS.

7) Não existe saldo na conta 19514.02.00 - Outros cancelamentos de RP, no Grupo de Despesa I, no período de janeiro a dezembro/2012.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício TRT-DG nº 11/2013

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2013

Assunto: Encaminhamento do RGF – 3º Quadrimestre de 2012

Senhor Senador,

Em atendimento à mensagem CFIN/CSJT nº 2/2013, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012.

Na oportunidade, apresento a V. Ex^a minhas manifestações de consideração e apreço. – **José Márcio da Silva Almeida**, Diretor-Geral.

RGF - ANEXO I (LRF, art. 35, inciso I, alínea "a")

RS 101

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1279550	154	1279704
Pessoal Ativo	820.498	82	820.580
Pessoal Inativo e Pensionistas	459.052	72	459.124
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	461647	0	461647
Incentivos por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	528		528
Decorrentes de Decisão Judicial	267		267
Despesas de Exercícios Anteriores	64.765		64.765
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	396.087		396.087
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	817903	154	818057

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100	0,132576%	0,000025%	0,132601%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%">	0,327940%		2.023.171
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%">	0,311543%		1.922.013

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON SOB TRT 1ª Região - 23 JAN 2013 - 14h

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com auxílio natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 do TCU.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 42.837.204,59.

4) Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 18.081.485,11 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.942,10.

5) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 64.377.871,68.

6) No período de janeiro a dezembro 2012, não foi contabilizado saldo na conta 195140200 - Outros cancelamentos de RP, salvo na ação 0625.

Desembargadora Maria de Lourdes Salhaberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Maria Augusta Simas Vieira
Diretora Substituta da Secretaria de Planejamento, Finanças e Contabilidade

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2012 A DEZEMBRO 2012

RGE - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	41.880	24.311	17.569
Fonte 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	7.128	645	6.483
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	285	37	248
Fonte 81 - Recursos de Convênios	151	-	151
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	49.893	25.044	24.850
TOTAL (III) = (I + II)	49.893	25.044	24.850
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*			

FONTE: SIAFI e DCON/SEF

Nota: *A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Jose Marcelo da Silva Almeida
Diretor-Geral

Sergio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Maria Augusta Simas Vieira
Diretora Substituta da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/JUL2012 A DEZ/DEBRO/2012

RGE - ANEXO VI - RF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		

Nota: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Desembargadora Maria de Lourdes Sallesberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Maria da Silva Almeida
Diretor-Geral

Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Marcos Augusto Simas Vieira
Diretora Substituta da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	818.057	0,132601	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - %	2.023.171	0,327940	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - %	1.922.013	0,311543	
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	24.850	24.850	

FONTE: SIAP e DICON-SOF

Maria de Lourdes Sallaberry
Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Márcio da Silva Almeida
José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

Sérgio Honorato dos Santos
Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Maria Augusta Simas Vieira
Maria Augusta Simas Vieira
Diretor da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade



128

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 48 - Anexo VII			R\$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.094.479.396,75	0,17027%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,275007%>	1.096.566.709,75	0,275007%	
Limite Prudencial (único, art. 22 da LRF) - <0,311543%>	1.611.738.174,48	0,311543%	
RESTOS A PAGAR			
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
União Total	126.413.315,98	156.616.932,70	

FONTE: SIAFI 2012 - Elaboração: SUCION-TDPT

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Desempenhados e Vinculados

ALBA VALÉRIA MARTINS VINUEZA FREIRE
Secretária de Contabilidade Financeira

LIDIA MARIA BORGES DE MOURA
Secretária de Contabilidade Social

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 21, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIA DE LOURDES SALLABERRY

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012
RGF-ANEXO I (LRF, art.55, Inciso I, Alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LÍQUIDA-DAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1279550	154	1279704
Pessoal Ativo	820.498	82	820.580
Pessoal Inativo e Pensionistas	459.052	72	459.124
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art.15, §1º da LRF)	0	0	0
(I) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	461647	0	461647
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	528	0	528
Decorrentes de Decisão Judicial	267	0	267
Despesas de Exercícios Anteriores	64.765	0	64.765
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	396.087	0	396.087
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	817.903	154	818.057
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.233.349
2% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V)=(III/IV) x 100	0,132376%	0,000025%	0,132601 %
LIMITE MÁXIMO (inc. II e III, art.20 da LRF) - <0,327940%>			2.023.171
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - <0,311543%>			1.922.013

FONTE: SIAFI - DICOM/CON/SOF/TRJ 1ª Região - 23/JAN/2013 - 14h

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.
- 2) Os gastos com auxílio natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 do TCU.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):despesa liquidada R\$ 42.537.204,59;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trj1.jus.br/transparente.html>, pelo código 00012013013000128

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 18.684.483,11 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.942,10.

5) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 643.77.871,68.

6) No período de janeiro a dezembro/2012, não foi contabilizado saldo na conta 195140200 - Outras cancelamentos de RP, salvo na ação.0625.

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/ 2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, Alínea "a") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)			
Fonte 00 - Recursos Ordinários	41.380	24.111	17.269
Fonte 27 - Custas e Emolumentos - PJ	1.318	643	675
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	285	87	198
Fonte 81 - Recursos de Convênios	351		351
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	49.893	25.044	24.850
TOTAL (III) = (I + II)	49.893	25.044	24.850

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI E CCON/SOF

Nota: 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/ 2012

LRF, art. 55, Inciso III, Alínea "b", Anexo VI R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR		DISP. DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROC. DO EXERC.)	EMP. NÃO LIQUID. CANCEL. INSCR. POR INSUF. FIN. NANCIEIRA
	LÍQUIDOS E NÃO PAGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)				
Fonte 00 - Rec. Ord.	12.977	3.670	1.535	17.549
Fonte 27 - Custas e Emolumentos - PJ	86	124	435	6.732
Fonte 50 - Recursos Não-Fin.Dir.Arrecad.		87		198
Fonte 81 - Recursos de Convênios			351	351
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	12.163	3.882	1.769	24.850
TOTAL (III) = (I + II)	12.163	3.882	1.769	24.850

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI E CCON/SOF

Nota: 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 Anexo VII R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	818.057	0,132601%
Limite máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF) - <0,327940%>	2.023.171	
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - <0,311543%>	1.922.013	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

129



DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO)
Valor Total	24.850	24.850

Fontes: SIAFI e CCON/SOF.
Desembargadora Maria de Lourdes Salaberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região
José Márcio da Silva Almeida
Diretor Geral
Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Maria de Lourdes Pires Bittencourt
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

2ª REGIÃO

ATO Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar os quadros demonstrativos: "Despesa com Pessoal", "Disponibilidade de Caixa", "Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de janeiro a dezembro de 2012.

Desª MARIA DORALICE NOVAES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO I - LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Mil		
	Despesas Executadas (últimos 12 meses)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
	Liquidadas (a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.453.730	0.646	1.464.376
Pessoal Ativo	1.037.417	9.112	1.046.529
Pessoal Inativo e Pensionistas	416.313	1.534	417.847
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	445.901	3.715	449.616
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	31		31
Decorrentes de Decisão Judicial	65.056	3.626	68.722
Despesas de Exercícios Anteriores	180.774	89	180.863
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.007.829	6.931	1.014.760

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	R\$ Mil		
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,163361%	0,001123%	0,164484%
LIMITE MÁXIMO (incisos II, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		2.752.520
LIMITE PRUDENCIAL (4º único, art. 22 da LRF)	0,346861%		2.119.952

FONTE: SIAFI - CCON/SOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/jan/2013 - 12h00m

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar, não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações externas (Destacados) a seguir indicadas:
- a) Precatórios da Administração Direta, classificados no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 3.048 (em milhares);
- b) Sentenças de Pequeno Valor, classificados no item 33190.91.06, no montante de R\$ 1.667 (em milhares); e
- c) Precatórios da Administração Indireta, classificados no item de despesa 33190.91.07, no montante de R\$ 3.287 (em milhares).
- 3) Os gastos com Auxílio Natalidade e Funeral, no montante de R\$ 558 (em milhares), foram excluídos da apuração deste RGE, conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO V - LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
FONTE 169 - Contribuição Patr. para o Plano de Seg. Soc. Serv.	3.366	3.277	89
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.366	3.277	89
FONTE 100 - Recursos Ordinários	37.909	6.614	31.195
FONTE 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	7.289	1.874	5.415
FONTE 150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	2.410		2.410
FONTE 181 - Recursos de Convênios	46.850	915	45.935
FONTE 190 - Recursos Diversos	5	5	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	94.363	9.408	84.955
TOTAL (III) = (I + II)	97.729	12.685	85.044
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (Nota 1)	3.366	3.277	89

FONTE: SIAFI - CCON/SOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/jan/2013 - 12h00m

Notas:

- 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;
- 2) No total das Obrigações Financeiras não foi considerado o valor de R\$ 4.478 (em milhares), referente aos Valores Diferidos demonstrados no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;
- 3) Estão computados na Fonte 100 os recursos referentes a Depósitos e Cauções, no total de R\$ 725 (em milhares).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt2.jus.br/portal/portal.asp>
pelocódigo 00012013013000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Of./TRT/GP/ nº 42/2013

Campo Grande, 29 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – janeiro a dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto

de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2012.

Colho o ensejo para manifestar votos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Francisco das Chagas Lima Filho**, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.555	-	142.555
Pessoal Ativo	129.459	-	129.459
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.096	-	13.096
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	23.864	-	23.864
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10	-	10
Despesas de Exercícios Anteriores	14.986	-	14.986
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.868	-	8.868
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	118.691	-	118.691
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,019239%	0,000000%	0,019239%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036802%			227.044
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034962%			215.692

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 148.613,83.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 119.747,54.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	6.226	1.329	4.897
Fonte 50 - Recursos Não- Financeiros Diretamente Arrecadados	125	-	125
Fonte 81 - Recursos de Convênios	75	2	73
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.426	1.331	5.095
TOTAL (III) = (I + II)	6.426	1.331	5.095
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-

FONTE: SIAFI, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	-	837	492	4.897	4.897	-
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	125	125	-
Fonte 81 - Recursos de Convênios	2	-	-	73	73	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2	837	492	5.095	5.095	-
TOTAL (III) = (I + II)	2	837	492	5.095	5.095	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, SGP/TRT 24ª REGIÃO

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012


LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	118.691	0,019239
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	227.044	0,036802
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	215.692	0,034962

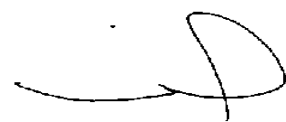
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.095	5.095

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):


 Alencar Minoru Izumi
 Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças


 Edna Maria Massulo Elias
 Diretora do Serviço de Controle Interno - Substituta


 Francisco das Chagas Lima Filho
 Desembargador Presidente

Ofício nº 24/2013

São Paulo, 28 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração. – **Newton De Lucca**, Desembargador Federal Presidente do TRF da 3ª Região.

RESOLUÇÃO

Nº 465, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Presidente do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, no uso de suas atribuições regimentais, *ad referendum*,

Considerando o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e art. 1º da Resolução nº 184, de 12-1-2012, do Conselho da Justiça Federal,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. – Newton de Lucca, Presidente.

ANEXO I
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.322.548,93	1.293,84	1.323.842,77
Pessoal Ativo	1.156.931,87	1.179,90	1.158.111,77
Pessoal Inativo e Pensionistas	165.617,06	113,94	165.731,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	156.507,89	132,48	156.640,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	467,46	0,00	467,46
Decorrentes de Decisão Judicial	449,92	0,00	449,92
Despesas de Exercícios Anteriores	5.427,54	120,98	5.548,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	150.162,97	11,50	150.174,47
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.166.041,04	1.161,35	1.167.202,40

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,18900600%	0,00018825%	0,18919425%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,356130%		2.197.084,74
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,338324%		2.087.233,58

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Conforme Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.


ANDREA BUGANO PASSANEZI
 Diretora da Subsecretaria de Controle Interno


MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
 Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças


AMELINO RABELO CUSTÓDIO
 Diretor-Geral

ANEXO II
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 - Recursos ordinários	101.729,62	32.456,32	69.273,30
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	8.881,11	430,60	8.450,51
150 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados	572,32	-	572,32
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	1.556,40	1.556,40	-
154 - Contr. dos empr. e dos trab. p/seg. social	191,76	-	191,76
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	144,78	143,81	0,97
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.sec.serv	180,30	169,78	10,52
178 - Fundo fiscalização das telecomunicações	680,92	-	680,92
190 - Recursos diversos	1.164,51	-	1.164,51
300 - Recursos ordinários	7.369,90	62,87	7.307,03
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	122.471,63	34.819,78	87.651,84
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	94,19	1.287,43	(1.193,24)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	94,19	1.287,43	(1.193,24)
TOTAL (III) = (I + II)	122.565,82	36.107,20	86.458,62 (*)
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (**)			

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas:

(*) O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresenta superavit de R\$ 520.516,00, composto dos seguintes registros: taxa de arrecadação de concurso de juízes de 2010 (fonte 0150), no valor de R\$ 572.320,00, subtraído o valor de R\$ 51.803,54 constante das contas de controle da equação 147.

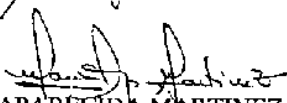
(**) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

A apuração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Anexo II, encontra-se de acordo com a metodologia indicada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho da Justiça Federal.



ANDREA BUGANO PASSANEZI

Diretora da Subsecretaria de Controle Interno



MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças



AMELINO RABELO CUSTÓDIO

Diretor-Geral

ANEXO III
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

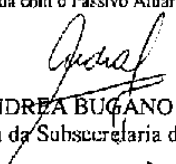
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	1.711,79	2.499,72	28.244,80	69.296,31	69.273,30	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	58,95	29,41	342,24	8.450,52	8.450,51	
150 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	-	-	-	-	572,32	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas			1.556,40		-	
154 - Contr.dos emp. e trab. para seguridade social				191,76	191,76	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor		143,81			0,97	
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv	-	1,08	168,70	11,50	10,52	
178 - Fundo fiscalização das telecomunicações				680,92	680,92	
190 - Recursos diversos					1.164,51	
300 - Recursos ordinários	0,06		62,81	7.207,09	7.207,03	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.770,80	2.674,02	30.374,95	85.938,10	87.651,84	
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos					(1.193,24)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)					(1.193,24)	
TOTAL (III) = (I + II)	1.770,80	2.674,02	30.374,95	85.938,10	86.458,62(*)	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (**)						

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas:

(*) O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresenta superávit de R\$ 520.516,00, composto dos seguintes registros: taxa de arrecadação de concurso de juízes de 2010 (fonte 0150), no valor de R\$ 572.320,00, subtraído o valor de R\$ 51.803,54 constante das contas de controle da equação 147.

(**) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno


MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças


AMELINO RABELO CUSTÓDIO
Diretor-Geral

Ofício nº TRF2-OFI-2013/01963

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2013

Assunto: Demonstrativo – Balanço

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Fe-

deral da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, publicado no DOU-1 em 30-1-2013, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 12-8-2011.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Desembargadora Federal **Maria Helena Cisne**, Presidente.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	954490,11	6079,08	960569,19
Pessoal Ativo	802.637	2.610	805.246
Pessoal Inativo e Pensionistas	151.853	3.469	155.323
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	147728,48	3514,41	151242,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	72		72
Decorrentes de Decisão Judicial	146		146
Despesas de Exercícios Anteriores	2.307	3.491	5.798
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.204	24	145.227
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	806761,63	2564,67	809326,3

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,130770%	0,000416%	0,131185%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,257251%		1.587.067
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,244388%		1.507.714

FONTE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os gastos com Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral foram excluídos da Despesa com Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas, em face da determinação do Acórdão nº 894/2012-TCU-Plenário, e em face dos esclarecimentos trazidos pelo Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MP, de 02/07/2012.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 - Recursos ordinários	57.605	2.216	55.389
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	5.065	8	5.057
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	2.386	0	2.386
154 - Contribuição dos emp. e dos trab./seg social	74		74
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	20		20
169 - Contrib. patronal p/plano de segurid.soc.serv.	3		3
178 - Fundo de fiscalização das telecomunicações	4.367		4.367
190 - Recursos diversos	1.554		1.554
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	71.074	2.224	68.850
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	1.274	4.331	(3.057)
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.274	4.331	(3.057)
TOTAL (III) = (I + II)	72.348	6.556	65.792

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE:

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	1.226	990	11.923	43.466	55.389	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	144	10	2.695	2.071	5.057	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	0		2.386		2.386	
154 - Contribuição dos emp. e dos trab. /seg social				74	74	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor				20	20	
169 - Contrib. patronal p/plano de segurid.soc.serv.				3	3	
178 - Fundo de fiscalização das telecomunicações				4.367	4.367	
					1.554	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.370	1.000	17.004	50.001	68.850	-
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos					(3.057)	

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor Geral

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

115



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO /2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	198.367.331,50	0,032134
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080726%	498.025.615,31	0,080726
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0766897%	473.124.334,55	0,076690
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	12.361.618,00	20.364.904,57

FONTE: SIAFI 2012/ CELULAS

NOTA

1) Limite Legal da JMU = 0,0807260% e 0,076689 de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 26/2006.

Ate Esq. ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-PresidenteMOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-GeralMARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento
Em exercícioVALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE JANEIRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1ª e 2ª Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dessa MARIA HELENA CISNE

ANEXOS

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 2ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 35, inciso I, alínea "a")		DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
DESPESA COM PESSOAL		R\$ Mil	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			(c) = (a) + (b)
Pessoal Ativo		954.490,11	60.79,08
Pessoal Inativo e Pensionistas		802.637	2.610
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (8.1º do art. 18 da LRF)		151.853	3.469
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (8.1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		147.728,48	3514,41
Despesas de Exercícios Anteriores		72	72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		146	146
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		806.761,63	2.564,87
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,1307705%	0,000416%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,257251%		0,131185%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,244388%		1,587.067
PONTE:			1.507.714
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			



116

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 53 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 55, inciso II da Lei 4.320/64.

Os gastos com Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral foram excluídos da Despesa com Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas, em face da determinação do Acórdão nº 894/2012-TCU-Plenário, e em face dos esclarecimentos trazidos pelo Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02/07/2012.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
100 - Recursos ordinários	57.605	2.216	55.389
127 - Custas e empenhamentos - Poder Judiciário	3.065	8	3.057
151 - Contribuição ao lucro das pessoas jurídicas	2.386	0	2.386
154 - Contribuição dos empregados e dos trabalhadores sociais	74		74
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	20		20
169 - Contrib. patronal plano de segur. soc. serv.	4.367		4.367
178 - Fundo de fiscalização das telecomunicações	1.554		1.554
190 - Recursos diversos			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	71.074	2.224	68.850
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	1.274	4.331	(3.057)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	1.274	4.331	(3.057)
TOTAL (III) = (I + II)	72.348	6.556	65.792
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
FONTE:			
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.			

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	De Exercício	Empenhados e Não Liquidados De Exercícios Anteriores	De Exercício		
100 - Recursos ordinários	1.226	990	11.924	43.466	55.389	
127 - Custas e empenhamentos - Poder Judiciário	144	110	2.693	2.021	5.057	



Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

117

181 - Contrib social s/o lucro das pessoas juridicas	0		12.386		12.386	
182 - Contribuição dos emp e dos trab /seg social				74	74	
183 - Contribuição plano equidade social servidor				20	20	
189 - Contrib. patronal, plano de segurd soc serv				3	3	
178 - Fundo de fiscalização das telecomunicações				4.367	4.367	
					1.554	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.370	1.090	17.004	50.001	68.850	-
Recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos					(3.057)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	(3.057)	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.370	1.090	17.004	50.001	65.793	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES'						
FONTE:						
Nota: *A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						
MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA						
Diretora da Secretaria de Controle Interno						
MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO						
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças						
JADERSON CORREA DOS PASSOS						
Diretor Geral						

3ª REGIÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 465, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum" CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 135 de 1970:

Art. 1º Aprova o Relatório da Comissão Especial de Inquérito, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 184, de 12/1/2012, do Conselho da Justiça Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NEWTON DE LUCCA

ANEXO 1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso 1, alinea "a") RS M7

DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	1.322.548,93	1.293,84	1.323.842,77
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.156.931,87	1.179,90	1.158.111,77
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	165.617,06	115,94	165.731,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	156.507,89	132,48	156.640,37
Decorrentes de Decisão Judicial	467,46	0,00	467,46
Despesas de Exercícios Anteriores	449,92	0,00	449,92
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.427,54	120,98	5.548,52
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	150.162,97	11,50	150.174,47
	1.166.041,04	1.161,35	1.167.202,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013013000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício DG nº 43/2013

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Senhor Presidente,

Tendo em vista o contido no art. 118 da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminho a Vossa Exce-lência cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, publicado na Seção I do Diário Oficial da União de 28-1-2013. – Atenciosa-mente, **Maria Helena Mallmann**, Presidente.



122

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 19, segunda-feira, 28 de janeiro de 2013

0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-
0151 - Recursos de Convênios	-	-	-	-
0160 - Recursos Diversos	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	405	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Antec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disposib. Do Teseou Nacional	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	-	405	-	-
TOTAL (III) e (I) + (II)	-	405	-	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: SIAP e COTIC/SOFTSE

Notas: 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

2- A disponibilidade de caixa inventada, na fonte 169, refere-se à inscrição indevida em recursos diferidos, a ser regularizada após baixa automática pela CCONT/STN

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO VI (LRF art. 55, inciso III, alínea "b") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EXPENSA NÃO LIQUIDADAS (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	R\$ Milhões
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)				
	Do Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercícios Anteriores	Do Exercício			
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal do Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	-	-	-	-	-	(5)	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	(5)	-
0100 - Recursos Ordinários	-	149	-	120	8.200	8.304	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	93	93	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-
0181 - Recursos de Convênios	-	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	405	405
0388 - Remuneração das Disposib. Do Teseou Nacional	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	149	-	120	8.293	8.803	-
TOTAL (II) e (I) + (I)	-	149	-	120	8.293	8.797	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	(75)	-

NOTA: 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF art. 48 - Anexo VII		DESPESA COM PESSOAL		VALOR		RS SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP				66.029		0,010501	
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				154.476		0,034545	
Limite Previdencial (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)				41.857		0,033318	
		RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Apurado nos Demonstrativos Respostivos				8.797		8.797	
FONTE: SIAP e COTIC/SOFTSE							

DESEMBARGADOR JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUCAS
Presidente do TREOSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor-Geral, em substituiçãoJORGE HENRIQUE DE ALMEIDA
Condenador de Controle Interno e Auditoria, em substituiçãoGLAUBER RANIERE ALVES
Secretário de Administração e Orçamento, em substituição

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 501, DE 25 DE JANEIRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2010, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo Eletronico TRT 4ª nº 0001033-43/2010-5.04.0000.

MARIA HELENA MALLMANN

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")		DESPESA COM PESSOAL		RS ANO	
		Despesa Executada (Últimos 12 meses)			
		Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		986.838	3.409	990.247	
Pessoal Ativo		655.267	1.605	656.872	
Pessoal Inativo e Pensionistas		331.571	1.802	333.373	
Outras despesas de pessoal decorrentes de consumo de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		332.613	1.785	334.398	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-	-	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013012800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 19, segunda-feira, 28 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

123



Decorrentes de Decisão Judicial	11.518		11.518
Despesas de Exercícios Anteriores	31.984		31.984
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	288.511	1.785	290.296
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) + (II)	634.835	1.785	636.447
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/V) * 100	0,106142%	0,000263%	0,106405%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%			1.475.310
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,227179%			1.401.544

FONTE: SIAFI - C/CON/TRT4 - 2ª Região-23/JAN/2013 - 14h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os gastos com auxílio-natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 do TCU.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 6.312.896,15.

4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 3.502.632,87.

5) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 10.401.014,62.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PA- GAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CAN- CELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSU- FICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0169000000 - CONTRIB.PATRONAL PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	-	-	-	1.785	1.785	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULA- DOS (I)	-	-	-	1.785	1.785	-
0100000000 - RECURSOS ORDINA- RIOS	-	-	540	15.352	15.352	-
0127000000 - CUSTAS E EMOLUMEN- TOS - PODER JUDICIÁRIO	-	-	20	1.660	1.660	-
0181000000 - RECURSOS DE CONVÊ- NIOS	-	-	-	6.035	6.034	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VIN- CULADOS (II)	-	1	560	23.047	23.046	-
TOTAL (III) = (I) + (II)	-	1	560	24.832	24.831	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI - C/CON/TRT4

Nota: 1ª Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2ª Em 2013 houve cancelamento de RP não processados no valor de R\$ 1.132,51 na fonte 0181.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
0169000000 - CONTRIB. PATRONAL PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	1.785			1.785
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.785			1.785
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.023		671	15.352
0127000000 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	1.680		20	1.660
0181000000 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.035		1	6.034
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23.738		692	23.046
TOTAL (III) = (I) + (II)	25.523		692	24.831

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FONTE: SIAFI - C/CON/TRT4

Nota: 1ª Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2ª Em Obrigações Financeiras há R\$1.132,51 na fonte 0181, valor referente à retenção de ISSQN - RP Processado.

3ª Em Disponibilidade de Caixa Bruta e em Obrigações Financeiras há R\$ 130.981,63, na fonte 0100, valor referente à caução em dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal (garantia nas contratações).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	636.447	0,106142
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%	1.475.310	0,239136
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,227179%	1.401.544	0,227179
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Divida Consolidada Líquida		% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas		% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013012800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



124

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 19, segunda-feira, 28 de janeiro de 2013

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas Operações de Crédito por Antecipação da Receita Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	24.832	24.831

FONTE: SIAP - COFIN - CONTRITA

MARIA HELENA MALLMANN
PRESIDENTESANDRO SCHIAVON
ORDENADOR DE DESPESASROBERTO DA GAMA MOR
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SUBSTITUTOTANIA MARA DE ARAUJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

Declara extinta a especialidade Transporte, da Área Administrativa, da carreira judiciária de Técnico Judiciário, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em sessão administrativa realizada no dia 18 de dezembro de 2012, considerando a competência regimental prevista no Art. 22, inciso III, alínea "u" do Regimento Interno do Tribunal, sob a Presidência do Excentíssimo Senhor Desembargador Presidente André Genn de Assunção Barros, com a presença de Sua Excelência, a Desembargadora Vice-Presidente Maria Helena Guedes Soares de P-

nho, Mael, Corregedora Giane Barbosa de Araújo, a Desembargadora Inedea Melo Correia de Araújo, o Desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, o Desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, a Desembargadora Valéria Gondim Sampaio, o Desembargador Ivan Valença Alves, o Desembargador Valdir José Silva de Carvalho, o Desembargador Acácio Jilino Kozen Caldeira, a Desembargadora Dinah Figueiredo Bernardo, a Desembargadora Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino, a Desembargadora Nise Pedrinho Lima de Sousa, o Desembargador Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura e a Desembargadora Maria do Socorro Silva Emerenciano, e do Excentíssimo Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, Dr. Fábio André de Farias, CONSIDERANDO os argumentos da SRH e DG contidos no Proj. TRT 12.630/2012, resolve:

Art. 1º A Especialidade Transporte, da Área Administrativa, da carreira judiciária de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal é declarada em processo de extinção. Parágrafo único - Os cargos serão a Área de Atividade e/ou Especialidade alteradas à medida em que ocorrer sua vacância, até a completa extinção da referida Especialidade. Art. 2º Será objeto de execução indireta neste Tribunal as atividades de Transporte. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Des. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
Presidente do Tribunal

PORTARIA Nº 17, DE 25 DE JANEIRO DE 2013

O EXMO. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2012, na forma constante dos anexos.
Publicar-se e dê-se ciência.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 017/2013
RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (I)	DESPESAS EXECUTADAS (JAN. A DEZ/2012)	
		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	TOTAL (I + II + III)
		NÃO PROCESSADOS (II)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	499.071	1.898	500.969
Pessoal Ativo	388.425	530	388.955
Pessoal Inativo e Pensionistas	110.646	530	111.176
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	131.448	898	132.346
Indenizações por Demissão e Incrementos à Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Justiça Judicial	0	0	0
Despesas de Execução Antecipada	21.357	898	22.255
Inscrição e Encargamento com Recurso Vinculado	110.091	0	110.091
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	367.623	190	367.813
AFIRMAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			518.933,2-9
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL - IV = (III) ÷ (IV) * 100	0,679699	0,000037	0,679736
LIMITE MÁXIMO estabelecido em III, art. 20 da LRF e § 1º do art. 55 da Lei 4.320/64			91,364
LIMITE PREVIDENCIAL estabelecido em III, art. 22 da LRF e § 1º do art. 55 da Lei 4.320/64			204,451

FONTE: SIAP e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/OTR 6ª REGIÃO - 23.01.2012, 10h e 30m.

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

2. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 65 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 75 da Lei 4.320/64;

3. Foram pagos, R\$ 2.710.920,18 e R\$ 1.822.540,12 referentes a Provisões da Administração Direta e Serviços Judiciários do Poder Judiciário, respectivamente, na LC 71/02.

4. No período foi pago o valor de R\$ 327.994,91 a título de Provisões da Administração Indireta (Despesas).

5. No período de janeiro a dezembro de 2012 não houve cancelamento de Restos a Pagar não processados no Grupo de Despesa 1.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS

Presidente do Tribunal

JOSÉ ANDRÉ PEGADO

Diretor Geral - Substituto

PLÁGIO RIBEIRO MENDES DE OLIVEIRA

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

PAULO EDUARDO SILVA DE ABREU

Diretor Substituto da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Ofício nº 48/2013 – GP

Campinas, 30 de janeiro de 2013

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Senador,

Ao tempo em que apresento meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao artigo 118 da Lei nº 12.465/2011 de 12-8-2011, a anexa cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao

período de janeiro a dezembro/2012, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 de hoje – 30-1-2013 – fls. 139/140, e que está sendo disponibilizado também na *internet*, no *site* deste Regional: <http://portal.trt15.jus.br>.

Cordialmente, – **Fernando da Silva Borges**,
Desembargador Vice-Presidente Administrativo no
exercício da Presidência do Tribunal.

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7022

139



15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

PGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	931.393	3.157	936.550
Pessoal Ativo	754.885	3.039	759.924
Pessoal Inativo e Pensionistas	176.510	118	176.628
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	187.234	3.179	190.413
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	64.998	3.179	68.177
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	122.236	0	122.236
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	744.161	1.978	746.139
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) * 100	0,120623%	0,000321%	0,120943%
LÍMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,219360%		1.353.305
LÍMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,208392%		1.285.640

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região
24/jan/2013 15h:10min

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:



a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Os gastos com auxílio natalidade e funeral, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste Relatório de Gestão Fiscal, conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.

3. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 11.724 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 256 mil.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 7.342 mil.

4. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário não foi incluído o valor de R\$ 2.648 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO a DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")				R\$ Mil
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)	
156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social Servidor	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0
100 - Recursos Ordinários	24.161	112	24.049	
127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	5.477	1.330	4.147	
150 - Recursos Não-Financeiros, Diretamente Arrecadados	322	0	322	
181 - Recursos de Convênios	95.391	0	95.391	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	125.351	1.442	123.909	
TOTAL (III) = (I + II)	125.351	1.442	123.909	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0	0	0	

24/jan/2013 15h:10min

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção I

ISSN 1677-7042

139



NOTA: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO a DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III, alínea "b")

R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
156-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	0	0
169-Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0
100 - Recursos Ordinários	108	4	4.916	19.133	24.049	0
127 - Custas e Emolumentos-Poder Judiciário	0	1.330	647	3.500	4.147	0
150 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	0	0	0	0	322	0
181-Recursos de Convênios	0	0	1.375	90.681	95.391	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	108	1.334	6.938	113.314	123.909	0
TOTAL (III) = (I + II)	108	1.334	6.938	113.314	123.909	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1	0	0	0	0	0	0

24/jan/2013 15h:10min

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região

NOTA: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO a DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	746.139	0,120943
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	1.353.305	0,219360
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	1.285.640	0,208392

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	-



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0	-
Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	0	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas	0	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADA	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADA
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	130.242	131.600

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORCHETTI

Ordenadora de Despesas com Pessoal

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORCHETTI

Diretora-Geral Substituta

MARCO ANTONIO FERNANDES

Responsável Controle Interno

FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS CÔOPER

Desembargador Presidente do Tribunal

Ofício GDG/SCOF nº 2/2013

São Paulo, 30 de janeiro de 2013

Senhor Senador,

Em cumprimento aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância ao disposto no artigo 5º da Lei nº 10.028/2000, encaminhamos a Vossa Excelência os anexos Quadros Demonstrativos "Despesa com Pessoal", "Disponibilidade de Caixa", "Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", em relação à Receita Corrente Líquida,

que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de janeiro a dezembro de 2012.

Esclarecemos que os referidos Demonstrativos foram publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 129 e 130, em 30 de janeiro de 2013, conforme cópias anexas, e, igualmente, estão sendo enviados, nesta data, ao C. Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e elevado apreço. —**Denize Mota**, Diretora Geral da Administração – Substituta



Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

129

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO)
Valor Total	24.850	24.850

Fontes: SIAFI e CCON/SCOF
Desembargadora Maria de Lourdes Salaberry
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região
José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral
Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Maria de Lourdes Pires Bittencourt
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

2ª REGIÃO

ATO Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar os quadros demonstrativos: "Despesa com Pessoal", "Disponibilidade de Caixa", "Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de janeiro a dezembro de 2012.

Desª MARIA DORALICE NOVAES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Mil		
	Despesas Executadas (últimos 12 meses)	Total	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.453.730	10.646	1.464.376
Pessoal Ativo	1.037.417	9.112	1.046.529
Pessoal Inativo e Pensionistas	416.313	1.534	417.847
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	445.901	3.715	449.616
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	31		31
Despesas de Exercícios Anteriores	65.096	3.626	68.722
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	380.774	89	380.863
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.007.829	6.931	1.014.760
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			6.16.933.349
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - OTP sobre a RCL (V) = III c / IV x 100			0,16482%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		2.352.530
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 da LRF)	0,346861%		2.139.902

FONTE: SIAFI - CCON/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/jan/2013 - 12h00m

- Notas:
- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;
 - 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações externas (Destacados) a seguir indicadas:
 - a) Precatórios da Administração Direta, classificadas no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 3.048 (em milhares);
 - b) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R\$ 1.667 (em milhares); e
 - c) Precatórios da Administração Indireta, classificados no item de despesa 33190.91.07, no montante de R\$ 3.287 (em milhares);
 - 3) Os gastos com Auxílio Natalidade e Funeral, no montante de R\$ 558 (em milhares), foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ Mil		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
FONTE 169 - Contribuição Pat. para o Plano de Seg. Soc. Serv.	3.366	3.277	89
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.366	3.277	89
FONTE 100 - Recursos Ordinários	37.809	6.614	31.195
FONTE 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	7.289	1.874	5.415
FONTE 150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	2.410		2.410
FONTE 181 - Recursos de Convênios	46.850	915	45.935
FONTE 190 - Recursos Diversos	5	5	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	94.363	9.408	84.955
TOTAL (III) = (I) + (II)	97.729	12.685	85.044
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (Nota 1)			
FONTE: SIAFI - CCON/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/jan/2013 - 12h00m	3.366	3.277	89

- Notas:
- 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Anual.
 - 2) No total das Obrigações Financeiras não foi considerado o valor de R\$ 4.478 (em milhares), referente aos Valores Diferidos demonstrados no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial.
 - 3) Estão computados na Fonte 100 os recursos referentes a Depósitos e Cauções, no total de R\$ 125 (em milhares).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt2.jus.br/autenticidade.html>, pelo código: 00012013013000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



130

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "e")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e De Exercícios Anteriores	Não Pagos De Exercício	Empenhados e De Exercícios Anteriores	Não Liquidados De Exercício		
FONTE 169 - Contribuição Patr. para o Plano de Seg. Soc. Serv.			3.277	89	89	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			3.277	89	89	
FONTE 100 - Recursos Ordinários	126	5.728	529	26.879	31.195	
FONTE 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		1.798	77	5.253	5.415	
FONTE 150 - Recursos Não Financeiros-Diretamente Arrecadados					2.410	
FONTE 181 - Recursos de Convênios		638	277	26.133	45.935	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	126	8.164	883	58.265	84.955	
TOTAL (III) = (I + II)	126	8.164	4.160	58.354	85.044	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (Nota 1)

FONTE: SIAFI - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/jan/2013 - 12h00m

Notas:

- 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2) Valores extraídos (SIAFI) convertidos em milhar.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	R\$ Mil
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.014.760		0,164485
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %	2.752.529		0,365117
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %	2.139.902		0,346861

Valor Total

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 34, III, parágrafo único da LRF):

MARIA DORALICE NOVAES Desembargadora Presidente do TRT 2ª Região NIVALDO CATANIA Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira	DENIZE MOTA Diretora Geral da Administração - Substituta ALEXANDRE LUI LATORRE Diretor da Secretaria de Controle Interno - Substituto
--	--

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 3º quadrimestre de 2012, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. DEOCLECIA AMORELLI DIAS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (último 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.051.460	13.884	1.065.344
Pessoal Ativo	742.525	12.520	755.045
Pessoal Inativo e Pensionistas	308.935	564	309.499
Outras despesas de pessoal: documentos de contratação (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
Despesas não contempladas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	314.796	12.596	327.392
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	37.420	12.596	50.016
Restos a Pagar e Pensionistas com Recursos Vinculados	277.179	0	277.179
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III=I-II)	738.664	488	739.152

RECÍDUA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) x 100

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= % 0,334678%

LIMITE PRUDENCIAL (cf. inciso, art. 22 da LRF) - <= % 0,379945%

FONTE: SIAFI 2012/2013 - SRCA/DSAOC/ TRT3 - 22/jan/2013 - 13h e 26m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são

também consideradas executada. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$801.608,85 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$141.023,15.

3) Despesas com Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$9.339.725,97 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 550.274,05.

4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$141.331,12 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados de R\$139.028,88.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
LRF Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
FONTE 0156 -	-	2	(2)
FONTE 0169 -	422	336	86
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	422	336	86
FONTE 0108 -	38.211	3.600	34.611
FONTE 0127 -	5.712	384	5.328
FONTE 0150 -	784	-	784
FONTE 0151 -	9	-	9
FONTE 0181 -	520	19	501
FONTE 0198 -	4	-	4
FONTE 0309 -	44	-	44
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	45.284	1.407	43.877
TOTAL (III) = (I + II)	45.706	1.743	43.963

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	422	336	86
--	-----	-----	----

FONTE: SIAFI 2012/2013 - SRCA/DSAOC/ TRT3

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Nota 2: No valor das Disponibilidades de Caixa Bruto e das Obrigações Financeiras da fonte 0100, está incluído o valor de R\$14 em milhares, ref. conta 21.14100.00 - Depósitos e Cauções, em razão de garantia contratual oferecida pela empresa Setys Serviços Gerais Ltda.

Ofício TRT 18ª GP/DG/SOF nº 2/2013

Goiânia, 30 de janeiro de 2012

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre-

tre de 2012, período janeiro/2012 a dezembro/2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 30 de janeiro de 2013, páginas 140, 141 e 142, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente, – **Elza Cândida da Silveira**, Desembargadora-Presidente.



140

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0	

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	120.252	121.986

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar.

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORCHETTI
Ordenadora de Despesas com Pessoal

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORCHETTI
Diretora-Geral, Substituta

MARCO ANTONIO FERNANDES
Responsável Controle Interno

FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER
Desembargador Presidente do Tribunal

18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2013

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2012, período janeiro/2012 a dezembro/2012, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Boletim Interno Eletrônico.

Desa. ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGE - ANEXO I (LRF, art. 52, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	226.494	69	226.563
Pessoal Ativo	198.310	69	198.379
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.184	0	28.184
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.856	0	32.856
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	10.706	0	10.706
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	22.150	0	22.150
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	193.638	69	193.707

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTE sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,031387%	0,000011%	0,031398%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <3%>	0,049680%		306.492
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1%>	0,017196%		391.682

FONTE: SIAFI - SOF/TRT 18ª - 24/jan/2013 - 16h e 23m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar, não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- c) Os gastos com auxílio-natalidade e funeral, classificados como Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGE, conforme Acórdão nº 894/2012 do TCU;
- d) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada 320;
- e) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada 164;
- f) Do total de 16.729, referente a despesas de exercícios anteriores, 23 foi realizada com recursos vinculados, restando não computados 16.706.

ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA
Desembargadora-Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças



142

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.609	1.676

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo do Restos a Pagar.

ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA
Desembargadora-Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 97, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº 12.463 de 12 de Agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012) e o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL		Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
		Liquidadas* (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
		Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		123958	210
Pessoal Ativo		111.934	5
Seniores Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			
Seniores Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo			
Pessoal Inativo e Pensionistas		12.024	205
Seniores Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			
Seniores Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF)		17705	3
Incentivos por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores		7.973	3
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		9.732	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		106.253	207
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)		616.933.369	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) x IV / 100		0,017223%	0,000034%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF - <=)		282.738	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF - <=)		0,035839%	22.101

Fonte: SIAFI 2012 - SCAN/SOF - TRT 19ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tj.go.br/transparencia.html>, pelo código 00012013013000142

Despesas com precatório da administração direta executada por meio da descentralização externa de crédito (destaque): Despesas liquidadas R\$ 154.212,07. Despesas com Recessões de Pequeno Valor (RPV) executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa liquidada R\$ 2.475.654,45. Despesa liquidada de Precatório de Administração indireta R\$ 60.820.586,05.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÃO FINANCEIRA (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS			
0100-Recursos Ordinários	8.067	2.201	5.866
0181-Transferência convênio União e Entidades	5.748		5.748
0150-Depósito de RENDIM. ORÇAM.	100		100
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	13.915	2.201	11.714
TOTAL III = II	13.915	2.201	11.714
REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			

FONTE: SIAFI/2012 - SCAN/SOF - TRT 19ª Região

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

a)A fonte 0181 - Refere-se a convênios.

b)A fonte 0150 - É decorrente de inscrição no concurso para Juizes substitutos deste Tribunal.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

ANEXO VII (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				EMPENHO NÃO LIQUIDADO (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHO NÃO LIQUIDADO POR INSCRIÇÃO FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos	Empenhados e Não Liquidados	De exercícios Anteriores	Do exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS						
0100-Recursos Ordinários	20	18	223	5.866	5.866	
0181-Transferência convênio União e Entidades				5.748	5.748	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As matérias serão publicadas no Diário do Senado Federal de 9 de fevereiro corrente.

Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa:

- o Deputado Arnaldo Jardim, como membro titular, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 599, de 2012, conforme o **Ofício nº 16, de 2013**, do Líder do PPS na Câmara dos Deputados;
- o Deputado Stepan Nercessian, como membro titular, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 602, de 2012, conforme o **Ofício nº 15, de 2013**, do Líder do PPS na Câmara dos Deputados;
- o Deputado Humberto Souto, como membro titular, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 603, de 2013, conforme o **Ofício nº 13, de 2013**, do Líder do PPS na Câmara dos Deputados; e
- o Deputado Arnaldo Jardim, como membro titular, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 605, de 2013, conforme o **Ofício nº 17, de 2013**, do Líder do PPS na Câmara dos Deputados.

Os Ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados da matéria.

São os seguintes os Ofícios:

Of./LID/nº 16/2013

Brasília, 7 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP, em substituição ao meu nome, para integrar como titular a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 599/12, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações

relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação – ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR.

Of./LID/nº 15/2013

Brasília, 7 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Stepan Nercessian – PPS/RJ em substituição ao meu nome, para integrar como titular a Comissão Mista destinada a proferir parecer a MP nº 602/13, que “Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAN e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR.

Of./LID/nº 13/2013

Brasília, 7 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Humberto Souto – PPS/MG, em substituição ao meu nome, para integrar como titular a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 603/13, que “Altera a Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR.

Of./LID/nº 17/2013

Brasília, 7 de fevereiro de 2013

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP, em substituição ao meu nome, para integrar como titular a Comissão Mista destinada a

proferir parecer a MP nº 605/13, que “Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

– **Nº 1, de 18 de janeiro de 2013**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em resposta ao Requerimento nº 1.036, de 2012, de informações, de autoria do Senador Mário Couto.

– **Nº 73, de 5 de fevereiro de 2013**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 520, de 2011, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, todos nós sabemos que, a partir de hoje, inicia o Carnaval, e eu deixo também uma frase do Carnaval, agradecendo à Imperadores do Samba, que no carnaval passado me fez uma bela homenagem – perdemos por um décimo, um décimo, um ponto, um décimo; fizemos 99,9, digamos, e o outro fez 100 –, com o título “Senador Paim, o leão que faz o bem sem importar a quem”. Eu agradeço muito à Imperadores do Samba, espero que ela consiga esse um décimo para ser campeã esse ano.

Assim nós encerramos, sob a proteção de Deus, os nossos trabalhos. Até segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA


Artigos 13, 43, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	ANO	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
1 - M	2013	Cristovam Buarque	13	04.02.2013 a 15.02.2013	Atividade Parlamentar
2 - M	2013	Sodré Santoro	43, I	13.12.2012 a 20.12.2012	Licença Saúde
3 - M	2013	Luiz Henrique	43, I	28.01.2013 a 06.02.2013	Licença Saúde
4 - M	2013	Mário Couto	13	04.02.2013	Atividade Parlamentar
5 - M	2013	Zeze Perrella	13	05.02.2013 a 07.02.2013	Atividade Parlamentar
6 - M	2013	Mário Couto	13	05.02.2013 a 07.02.2013	Atividade Parlamentar
7 - M	2013	João Capiberibe	13	05.02.2013	Atividade Parlamentar
8 - M	2013	Aécio Neves	13	05.02.2013	Atividade Parlamentar
9 - M	2013	Ciro Nogueira	13	05.02.2013	Atividade Parlamentar
10 - M	2013	Eduardo Lopes	13	06.02.2013 a 07.02.2013	Atividade Parlamentar
11 - M	2013	Ricardo Ferraço	13	06.02.2013 a 07.02.2013	Atividade Parlamentar
12 - M	2013	José Agripino	43, II	06.02.2013 a 07.02.2013	Licença Particular
13 - M	2013	Casildo Maldaner	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
14 - M	2013	Armando Monteiro	13	06.02.2013	Atividade Parlamentar
15 - M	2013	Sérgio Petecão	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
16 - M	2013	Pedro Simon	43, I	04.02.2013 a 14.02.2013	Licença Saúde
17 - M	2013	Sérgio Petecão	43, II	19.02.2013 a 26.02.2013	Licença Particular
18 - M	2013	Aécio Neves	13	06.02.2013	Atividade Parlamentar
19 - M	2013	Wilder Moraes	13	06.02.2013	Atividade Parlamentar
20 - M	2013	Wilder Moraes	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
21 - M	2013	Eduardo Braga	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
22 - M	2013	Eduardo Amorim	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
23 - M	2013	Benedito de Lira	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
24 - M	2013	Ana Rita	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
25 - M	2013	Clésio Andrade	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
26 - M	2013	Jarbas Vasconcelos	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
27 - M	2013	Cícero Lucena	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar
28 - M	2013	Lidice da Mata	13	07.02.2013	Atividade Parlamentar

TERMO DE REUNIÃO

Convocada 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 582**, adotada em 20 de setembro de 2012, que *"Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências"* para o dia dezoito do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, com a presença dos Senadores Waller Pinheiro, José Pimentel, Ângela Portela, Flexa Ribeiro e Marco Antônio Costa e dos Deputados Vanderlei Siraque, Pedro Eugênio, Eduardo Cunha e Arnaldo Jardim, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Sala das Comissões Mistas, 18 de dezembro de 2012.



Senador Walter Pinheiro
Presidente da Comissão

TERMO DE REUNIÃO

Convocada 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 582**, adotada em 20 de setembro de 2012, que *"Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências"* para o dia dezenove do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, com a presença do Senador Eduardo Amorim e dos Deputados Vanderlei Siraque, Pedro Eugênio, Mendonça Filho e Bernardo Santana de Vasconcellos, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Sala das Comissões Mistas, 19 de dezembro de 2012.

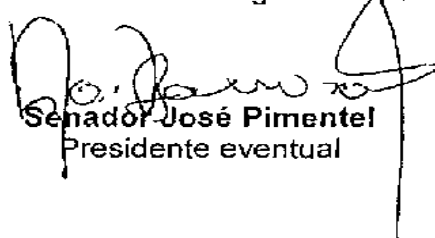


Senador Walter Pinheiro
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 582, DE 2012, ADOTADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS DOS SETORES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS; PERMITE DEPRECIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA; INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES; ALTERA A LEI Nº 12.598, DE 22 DE MARÇO DE 2012, QUANTO À ABRANGÊNCIA DO REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA; ALTERA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS NA COMERCIALIZAÇÃO DA LARANJA; REDUZ O IMPOSTO DE RENDA DEVIDO PELO PRESTADOR AUTÔNOMO DE TRANSPORTE DE CARGA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e doze, na Sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória 582, de 2012, com a presença das Senadoras Lídice da Mata, Ana Amélia, Ângela Portela e Ana Rita; dos Senadores José Pimentel, Francisco Dornelles, Paulo Davim, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Aníbal Diniz, Gim Argello, Romero Jucá, Sérgio Souza, Eduardo Lopes, Paulo Bauer e Flexa Ribeiro; da Deputada Rosane Ferreira; e dos Deputados Vanderlei Siraque, Pedro Eugênio, Leandro Vilela, Marcelo Castro, Arthur Lira, Lincoln Portela, Givaldo Carimbão, Stepan Nercessian, Eduardo Cunha, Ronaldo Benedet, Marcos Montes, Jerônimo Goergen, Glauber Braga, Ângelo Agnolin e Nelson Markezelli. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas, pelo qual são indicados os nomes do Senador Walter Pinheiro e do Deputado Vanderlei Siraque para assumir, respectivamente, a Presidência e a Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Vanderlei Siraque, Vice-Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Marcelo Castro como Relator e o Senador Francisco Dornelles como Relator Revisor. É lido requerimento do Deputado Eduardo Sciarra, solicitando a retirada da Emenda nº 80, de sua autoria. Fazem uso da palavra o Deputado Marcelo Castro, o Senador Francisco Dornelles e o Deputado Leandro Vilela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador José Pimentel
Presidente eventual

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES
MP nº 582/2012 (1ª Reunião) **17/10/2012**

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 582.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – 582 agora. Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2012, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade do Senado Federal.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Quem será o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – E a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Por acordo de Liderança, está sendo indicado Presidente desta Comissão o Senador Walter Pinheiro; Vice-Presidente desta Comissão, o Deputado Vanderlei Siraque; como Relator da matéria, que cabe à Câmara Federal, o Deputado Marcelo Castro; e como Revisor da matéria o...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Como Relator revisor quem?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – E como Revisor da matéria o Deputado Francisco, desculpa – foi a convivência muito tempo lá na Câmara –, nosso Presidente e Senador Francisco Dornelles.

Portanto, eu proponho a eleição, por aclamação, do Senador Walter Pinheiro, Presidente, e do Deputado Vanderlei Siraque como Vice-Presidente. *(Pausa.)*

Aprovado por aclamação e por unanimidade.

Convido o Deputado Vanderlei Siraque para presidir os trabalhos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Walter é o Presidente. Walter é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – Mas o Vice-Presidente está presente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Vanderlei, toma posse lá, Vanderlei.

Marcelo, Marcelo, a relatoria é sua, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, Bloco/PT – CE) – Mas ele não está aqui.

Eu já declarei empossado o Presidente, o Vice e agora convido o Vice-Presidente para conduzir os trabalhos.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Eufão, vamos lá, vai.

Bom dia a todos os Senadores e Deputados desta Comissão Mista.

Então, agora assumindo a Presidência, na qualidade de Vice-Presidente, eu indico como Relator o Deputado Marcelo Castro, do PMDB, que convido para a Mesa, e como Revisor o Senador Francisco Dornelles, do PP, que convido para a Mesa também.

Ah, sim. Há, sobre a mesa, requerimento de retirada de emenda: “Sr. Presidente, requiero a V. Exª a retirada da Emenda nº 80, de minha autoria, à Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012. Eduardo Sciarra, Deputado Federal do PSD do Paraná.”

Passo a palavra agora ao Relator, Deputado Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Quero cumprimentar o Presidente Vanderlei Siraque, as Srªs e os Srs. Senadores, as Srªs e os Srs. Deputados, dizer que esta Medida Provisória nº 582 faz parte do Programa Brasil Maior e que continua com essa política de desoneração e de incentivo às várias atividades da economia, evidentemente, a promover um maior dinamismo da economia, maiores empregos, maior competitividade do nosso País. São vários setores que são tratados nessa medida provisória, principalmente alguns setores em que a desoneração da folha de pagamentos, passando para o faturamento das empresas, e diminuição do PIS/Cofins de algumas atividades, como o setor de fertilizantes, comercialização de laranja, equipamentos para as Forças Armadas. Então, uma medida provisória, digamos assim, como se dizia outrora, do bem. Uma medida provisória que vem promover o desenvolvimento do nosso País.

Nós vamos, então, posteriormente, de acordo com a Presidência e como Relator revisor, marcar as audiências públicas com aqueles setores que a devemos ouvir, e procurar ver alguns outros setores que possam participar também desta medida provisória tão importante para o nosso País.

É o que eu gostaria de dizer no momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Siraque, PT – SP) – Obrigado, Deputado Marcelo Castro.

Senador Francisco Dornelles, deseja a palavra?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Marcelo Castro e com elas concordo plenamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Siraque, PT – SP) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Antes de encerrar, só quero dizer que já apresentei uma emenda à Medida Provisória nº 582, para que os benefícios sejam estendidos a toda a indústria de produtos químicos do País. No setor químico, vai beneficiar

a indústria de fertilizantes, mas entendo que deve beneficiar toda a indústria química do Brasil.

Então, na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, estamos apresentando uma emenda, tendo em vista o déficit na balança comercial do setor químico, petroquímico e plástico no Brasil, que, no ano de 2011, foi de US\$26,5 bilhões. Então, penso que o incentivo deve ser estendido a toda a indústria química.

Portanto, peço ao Relator que analise com carinho, inclusive que possamos realizar audiências públicas, ouvindo setores da indústria, dos trabalhadores, do Governo e todos os interessados.

Nada mais...

O SR. LEANDRO VILELA (PMDB – GO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Siraque. PT – SP) – Pois não, Deputado Leandro Vilela, do PMDB de Goiás.

O SR. LEANDRO VILELA (PMDB – GO) – Quero também cumprimentar V. Ex^a, o nosso eminente Relator revisor, Senador Dornelles, e também, já atropelando e pedindo ao Relator que possa analisar com muita atenção e zelo uma emenda do Deputado Alceu Moreira, que coloca também como isenção para a pecuária brasileira, a indústria de ração, sal mineral, para bovinocultura, ovinocultura, equinocultura, para que esses também possam ter e participar desse programa que é extremamente importante, e a pecuária brasileira que atravessa momentos difíceis há um bom tempo e merece essa atenção do nosso Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Siraque. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vilela.

Então, pelo jeito, vamos ter bastante debate nesta Comissão Mista que vai analisar a MP 582.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 582, DE 2012, ADOTADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS DOS SETORES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS; PERMITE DEPRECIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA; INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES; ALTERA A LEI Nº 12.598, DE 22 DE MARÇO DE 2012, QUANTO À ABRANGÊNCIA DO REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA; ALTERA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS NA COMERCIALIZAÇÃO DA LARANJA; REDUZ O IMPOSTO DE RENDA DEVIDO PELO PRESTADOR AUTÔNOMO DE TRANSPORTE DE CARGA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e treze minutos do dia treze de dezembro de dois mil e doze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Walter Pinheiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 582, de 2012, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, José Pimentel, Lídice da Mata, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro; e dos Deputados Vanderlei Siraque, Pedro Eugênio, Marcelo Castro, Newton Lima, Eduardo Cunha e Nelson Marquizezelli. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada a apresentação do relatório. O Presidente, Senador Walter Pinheiro, passa a palavra ao Deputado Marcelo Castro, para que apresente seu relatório. É lido o relatório,

que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória e das emendas apresentadas, pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 582, de 2012, e pela aprovação total ou parcial das Emendas nºs 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 39, 40, 42, 61, 63, 67, 75, 76, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 111, 123, 130, 134, 145, 146, 153, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. Usam da palavra o Deputado Nelson Markezelli, o Senador José Pimentel, o Deputado Eduardo Cunha e o Deputado Vanderlei Siraque. O Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao pedido do Senador José Pimentel e dos Deputados Nelson Markezelli e Vanderlei Siraque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Walter Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Walter Pinheiro
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES
MP 582 (2ª Reunião) 13/12/2012

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro, PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória (MP) nº 582, de 2012, e a emitir parecer sobre essa MP.

Se o pessoal ajudar aqui ao lado, isso facilita um pouquinho o nosso trabalho, diminuindo o barulho.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório.

Há número regimental para abertura da reunião, mas não para deliberação.

Nesse sentido, passo a palavra ao Relator, Deputado Marcelo Castro, para proferir o seu relatório.

Tem a palavra o Relator.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Deputados, Sr.s e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 582, de 2012, altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

Sr. Presidente, proponho que eu vá diretamente ao voto do Relator, se não houver objeção.

(Pausa.)

Passo ao voto do Relator.

Da admissibilidade e pressupostos de relevância e urgência

De acordo com o art. 62 da Constituição Federal, "em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las ao Congresso Nacional". O §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, por sua vez, que, "no dia da publicação da Medida Provisória no *Diário Oficial da União*, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato". Assim, a admissibilidade de medida provisória depende da observância dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Visando cumprir o disposto na supracitada Resolução, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 582, de 2012, por intermédio da Mensagem nº 421, de 2012, indicando as razões para a sua adoção. De outro lado, a Exposição de Motivos Interministerial nº 153/2012 – MF, MME e MD, justifica as alterações promovidas pela Medida Provisória em relação à relevância e urgência do ato.

Segundo o texto, as alterações realizadas pela norma se impõem pela necessidade de criar condições propícias à retomada de investimentos produtivos e à eliminação dos gargalos que obstam a competitividade e produtividade do setor diante de um cenário de retração da atividade industrial doméstica.

Dessa forma, entendemos que as razões descritas na Exposição de Motivos, aliadas aos benefícios decorrentes da implantação das propostas apresentadas, são suficientes para justificar a edição da Medida Provisória em análise. A urgência explica-se pela conjuntura internacional adversa, devendo o Governo Federal agir, com rigor e rapidez, no sentido de incentivar a produção e garantir o nível de emprego. A relevância da matéria é inquestionável, pois setores importantes do ponto de vista econômico e social são beneficiados pelas medidas adotadas.

Dessa forma, foram cumpridas todas as condições listadas na Constituição Federal e na Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, quanto à edição e ao encaminhamento da matéria. Somos, portanto, pela admissibilidade da presente Medida Provisória.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Da análise da MP não se depreende qualquer vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade ou má técnica legislativa. A proposição atende às normas constitucionais relativas às competências legislativas da União (art. 24, I) e às atribuições do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, I). Além disso, a MP não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Também não encontramos vícios de constitucionalidade ou juridicidade que nos impeçam de apreciar as emendas apresentadas. Apesar de algumas delas possuírem imperfeições de técnica legislativa, não verificamos falhas flagrantes que obstem a apreciação do mérito das mesmas. Cabe salientar, entretanto, que as emendas apontadas no Anexo a este Parecer, caso destacadas para votação nesta Comissão Mista ou nos plenários das Casas do Congresso Nacional, demandarão pequenos reparos na redação final do texto para adequá-los a técnica legislativa mais apurada.

Em virtude do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 582, de 2012, bem como das emendas relacionadas acima.

Da adequação financeira e orçamentária.

A análise de adequação financeira orçamentária da MP 582, de 2012, deve seguir as disposições da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. De acordo com o §1º do seu art. 5º, “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), no caput do art. 89, determina que somente será aprovado o projeto de lei ou editada a Medida Provisória que institua ou altere tributo quando acompanhados da correspondente estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por sua vez, estabelece três condições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. A proposição deve estar acompanhada da demonstração do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, deve ser compatível com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e deve atender a, pelo menos, um dos dois critérios a seguir descritos:

- demonstração pelo proponente que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO; ou
- inclusão na proposta de medidas de compensação, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo ou majoração ou criação de tributo. Nesse caso, o benefício só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias.

A Exposição de Motivos da Medida Provisória apresenta a seguinte estimativa de renúncia de receita para as alterações que promove:

- inclusão de setores econômicos no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta (arts. 1º a 3º): R\$1,7 bilhão para o ano de 2013 e R\$1,90 bilhão para o ano de 2014;
- concessão do benefício de depreciação acelerada para bens de capital (art. 4º): R\$1,37 bilhão para cada ano de 2013 e 2014;

- instituição do Regime Especial de Incentivo à Indústria de Fertilizantes (Reif) (arts. 5º a 11): R\$172 milhões para o ano de 2013 e R\$191 milhões para o ano de 2014;
- definição do limite de dedução no Imposto de Renda devido das doações ao Pronon e ao Pronas/PCD (art. 13): R\$1,22 bilhão para o ano de 2013 e R\$1,34 bilhão para o ano de 2014;
- redução do percentual para definição da base de cálculo do IRPF para rendimentos da prestação de serviços de transporte de cargas (art. 18): R\$ 1,21 bilhão para o ano de 2013 e R\$1,34 bilhão para o ano de 2014; e

- prorrogação do prazo de validade da redução a zero das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre massas alimentícias (art. 19): R\$629 milhões apenas para o ano de 2013.

Segundo a citada Exposição de Motivos, as renúncias citadas para o ano de 2013 e de 2014 serão consideradas na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias para os referidos anos.

Não vislumbramos, dessa forma, incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira na norma em análise. Tampouco verificamos incompatibilidades ou inadequações financeiras ou orçamentárias que nos impeçam de analisar o mérito das emendas apresentadas.

Assim, nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, somos pela adequação orçamentária e financeira da MP nº 582, de 2012, e das emendas a ela apresentadas.

Do mérito.

A nosso ver, a Medida Provisória nº 582/2012 aprimora a legislação tributária e, portanto, merece a aprovação desta Comissão.

De fato, a conjuntura econômica exige medidas adicionais de incentivo ao aumento da capacidade produtiva do País. Nesse sentido, é muito bem-vinda a criação do Reif, regime tributário que auxiliará na construção de plantas de produção de fertilizantes, com as quais eliminaremos um gargalo na oferta de insumos para a agroindústria nacional.

Da mesma forma, os aprimoramentos do Reif – Regime Tributário da Indústria da Defesa são necessários para atingir os objetivos de modernização das nossas Forças Armadas.

A depreciação acelerada para aquisição de máquinas, aparelhos e instrumentos, por sua vez, incentivará as empresas a anteciparem seus investimentos, aproveitando a capacidade ociosa hoje observada na indústria de bens de capital.

Do ponto de vista setorial, acreditamos que seja salutar a redução da carga tributária para os setores que passarão a contribuir com base na receita bruta, em vez da folha de pagamento. São empresas que estão passando por dificuldades devido à retração da atividade econômica e à concorrência externa. Com a substituição da base de incidência da contribuição previdenciária, elas passarão a ter um fôlego financeiro e poderão, inclusive, aumentar a contratação de mão de obra, haja vista a redução dos encargos sobre a folha de pagamentos.

Ocorre situação parecida com os transportadores autônomos de carga, que terão a base de cobrança do imposto de renda significativamente reduzida, ajudando-os a fazer frente à elevação de custos da sua atividade.

Na mesma linha, o suco de laranja, grande item da nossa pauta de exportações, terá melhores condições de concorrer no mercado internacional com a nova legislação de PIS e Cofins sobre o produto, evitando a funígera exportação de tributos.

Pela ótica do consumidor, a alíquota zero de PIS e Cofins para massas alimentícias deve ser mantida até 2013, pois esses produtos são itens muito importantes na cesta de consumo das famílias mais carentes. Voltar a tributar tais mercadorias, neste momento, poderia até mesmo dificultar o atingimento das metas de inflação para o próximo ano. Por fim, exige o estabelecimento de limites para o aproveitamento dos benefícios fiscais referentes aos programas de atenção oncológica – Pronon, e de atenção à saúde da pessoa com deficiência – Pronas/ PCD, sob pena de essas importantes iniciativas na área de saúde ficarem com lacunas na sua regulamentação, o que impediria o usufruto do benefício.

Por tudo isso, entendemos meritória a Medida Provisória nº 582, pelo que propomos sua aprovação.

Consideramos, entretanto, que há algumas mudanças a serem feitas no texto da MP a fim de aprimorá-lo. Nessa análise, avaliamos, também, as relevantes sugestões oferecidas por meus ilustres Pares desta Casa e do Senado Federal, colhidas nas 155 emendas propostas e em oportunas discussões realizadas sobre o tema.

Assim, como resultado desse debate, optamos pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão anexo, cujas alterações realizadas são descritas a seguir.

Estamos acatando, total ou parcialmente, as Emendas de nº 1, 7, 10, 14, 15, 33, 39, 40, 42, 61, 67, 75, 76, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 111, 123, 134 e 153. Elas incluem produtos e setores no regime de substituição da contribuição sobre folha de pagamentos pela contribuição sobre receita bruta.

Entendemos que o pleito pela inclusão desses setores no novo regime de tributação merece acolhimento, haja vista serem setores importantes para o desenvolvimento social e econômico do país, sobretudo nesse momento em que enfrentamos uma conjuntura difícil. A redução do pagamento da contribuição previdenciária poderá dar-lhes fôlego financeiro até que a atividade econômica reaja com mais força.

Registre-se, ainda, que, além dos setores constantes das emendas, o PLV inclui as empresas de prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária no regime de pagamento da contribuição pela receita bruta, à alíquota de 2%. Embora existam outras atividades econômicas também reivindicando a inclusão no regime mencionado, entendemos que não houve o debate suficiente para que fornássemos pleno convencimento de que as mudanças pleiteadas aprimorariam a tributação vigente. Assim, entendemos que a discussão sobre o mérito dessas propostas deva continuar. Por isso, não as incorporamos ao PLV. De outro lado, sabe-se que a política de desoneração da folha de pagamentos está sendo implantada gradativamente, e outras proposições visando adicionar novos setores ao regime ainda serão apresentadas no Parlamento.

Nessa oportunidade, após a devida avaliação da matéria, essas atividades poderão ser incluídas na forma de contribuição pretendida.

Decidimos, também, acolher a Emenda nº 26, que contém pleito no sentido do retorno das cooperativas de transporte de passageiros ao recolhimento com base na folha de pagamentos. Se o regime foi concebido para beneficiar o setor nele incluído, não faz sentido manter o contribuinte no mesmo quando houver prejuízo na mudança de base tributável.

As Emendas nº 63 e 145 foram aceitas no PLV. O transporte internacional de mercadorias assemelha-se a uma exportação, afinal quando se paga pelo frete da mercadoria à empresa brasileira poupam-se divisas que seriam remetidas ao exterior. Havendo atualmente previsão de exclusão das exportações da base de cálculo da contribuição sobre a receita bruta, nada mais razoável que estendê-la ao transporte internacional de cargas.

Estamos aprovando as Emendas nº 37 e 146, que aprimoram o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da infraestrutura da Indústria de Fertilizantes – REIF. De fato, as alterações tornarão o referido regime mais eficaz no atingimento dos seus objetivos.

Também estamos acolhendo as Emendas nº 3 e 130, que elevam os limites para a opção pelo Lucro Presumido. A apuração dos tributos por intermédio desse regime reduz significativamente os custos administrativos das pequenas e médias empresas. Como o limite está congelado desde 2002, entendemos que ele deva sofrer o reajuste proposto pelo PLV.

Quanto às demais emendas, concluímos pela sua rejeição. Muito embora tratem de matérias de inegável relevância, não foi possível aprofundar os debates sobre os impactos da sua aprovação, motivo pelo qual consideramos prematura a sua inclusão no PLV ora apresentado.

Por fim, o PLV propõe a exclusão de exigências previstas no art. 9º, §2º, inciso III, da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que determina a utilização de critérios de julgamento de técnica e preço no caso de contratação integrada do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). A alteração proposta permite a melhor adequação do critério de julgamento da licitação à natureza do objeto licitado. Acrescente-se ainda que tal modificação é coerente com as alternativas existentes nas Leis Federais de nº 8.987, de 3 de fevereiro de 1995, e a de nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004.

Em suma, são essas as alterações que consideramos necessárias ao aprimoramento do texto da medida provisória.

Do voto.

Pelos motivos acima expostos, voto pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 582, de 2011; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória e das emendas apresentadas; pela adequação da compatibilidade financeira e orçamentária da medida provisória e das emendas apresentadas. No mérito, pela aprovação dessa medida provisória e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 1, 3, 7, 14, 15, 26, 33, 37, 39, 40, 42, 61, 63, 67, 75, 76, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 111, 123, 130, 134, 145, 146, 153, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo; e pela rejeição das demais emendas.

Comissão Mista, 13 de dezembro de 2012

Deputado Marcelo Castro, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Pois não, Deputado Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Primeiramente, cumprimentá-lo e cumprimentar a Mesa pelo trabalho; agradecer, desde já, a aceitação do destaque que solicitei à Emenda nº 149, do Deputado Arnaldo Jardim. Não resta dúvida nenhuma de que é importantíssima para o País.

Cumprimentando o Relator, peço vista para que possa examinar a medida provisória com mais detalhe, se assim o senhor me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Claro! V. Ex^a, regimentalmente – e ainda que regimentalmente não estivesse amparado –, não poderia ter esse direito negado.

Portanto, vistas concedidas...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Vistas coletivas, conforme solicitado pelo Senador José Pimentel.

Portanto, Deputado Marcelo Castro, diante do cenário de falta de quórum para deliberação e já que nós teremos as vistas coletivas solicitadas conjuntamente por diversos parlamentares, quero, uma vez anunciado e lido o parecer de V. Ex^a, convocar uma outra reunião desta Comissão para a próxima terça-feira, dia 18, às 14h, tendo em vista inclusive o problema do deslocamento. Nós, do Senado, vamos ter até sessão na segunda... Se pudéssemos fazer na segunda... Todavia, como não há sessão deliberativa na Câmara na segunda, seria difícil a manutenção do quórum. Então, na terça-feira, às 14h, para que nós possamos apreciar o relatório do nobre Deputado Marcelo Castro.

Há ainda algum parlamentar que deseje usar da palavra? (*Pausa.*)

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não; penso que pode se deixar mesmo para as 14h. Agora eu acho que, na semana que vem, a terça-feira será um pouco tumultuada. Esse é o meu receio, mas da nossa parte não há...

Eu queria só pedir, Sr. Presidente, é que o entendimento da Presidenta do Congresso ontem acerca das questões de ordem sobre o trâmite. Não é caso desta Comissão, que não me parece que vai haver problema, mas é importante a gente já configurar o entendimento de como se dá o processo de votação, pela posição de destaques, tamanho, posições de líderes.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – V. Ex^a tenha a certeza de que procurarei cumprir rigorosamente aquilo que foi deliberado pelo Congresso. V. Ex^a conhece, inclusive, minha postura acerca dessas questões. Portanto, tenha a certeza e a segurança de que nós já aplicaremos. E, talvez, esta seja a primeira Comissão que vai poder... Seria até bom para a gente inaugurar um novo rito processual para essa Medida Provisória.

Com a palavra o Deputado Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Eu sei que não está em discussão o relatório, até porque foi pedido vista, mas só para que possa constar, inclusive, da ata, acho que é importante – eu já vi o relatório – dizer que nós estamos incluindo, por exemplo, incentivo, na pág. 71, inciso XIII, para empresa jornalística de radiodifusão sonora e de sons.

Muito bem, acho que são importantes os meios de comunicação. Agora, é importante que a gente possa estender, por exemplo, à indústria química brasileira, que teve um déficit na balança comercial no ano passado de 26,5 bilhões. Este ano vai chegar a 28 bilhões o déficit da balança comercial e, até 2020, se continuar nessa toada, vai chegar a 50 bilhões de déficit.

Então, acho que é importante que possamos ter competitividade nessa indústria química.

Outra questão é sobre a indústria de defesa mesmo. Não somente para aparelhar as Forças Armadas, mas porque é uma indústria competitiva no mercado internacional, na indústria de defesa brasileira, inclusive no setor de munições, que entra na indústria química.

Outra emenda também que não acatada, que, a meu ver, é de grande importância, é sobre as empresas de engenharia, arquitetura, que fazem projetos para a construção civil. Hoje, no Brasil, contratam-se empresas internacionais, gera-se emprego lá fora, enquanto que os nossos prestadores de serviços aqui, no Brasil, estão ficando de fora, pagando.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Emenda nº 0149...

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Do Arnaldo Jardim.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Do Arnaldo Jardim. Ajuda na formação de mão de obra no Brasil. Isso é fundamental.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – No Brasil. E não existe construção civil sem que sejam feitos antes os projetos.

Então, a concorrência está sendo desleal com empresas de arquitetura e engenharia internacionais. Portanto, isso é algo que precisamos discutir. Agora, incluir empresas jornalísticas eu acho que já é... Eu acho que deveriam ser excluídas, porque são importantes, inclusive, para a democracia; é importante haver liberdade de imprensa, mas, incentivo fiscal, não vejo razão. Com incentivo ou sem incentivo, não sei se vai diminuir ou se vai crescer, até porque é uma concessão.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Se for profissional, tudo bem. Engenharia, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Só complementar que eu recebi um pedido do Vice-Líder do Governo, que não está aqui na Comissão, Deputado Hugo Leal, que pediu ao Relator atenção em relação à Emenda dele, nº 79. Se se pudesse estudar ainda a possibilidade de acolher... É o que ele está pedindo.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Do que trata?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Centro de formação de condutores para a aquisição de veículos automotores destinados exclusivamente à aprendizagem. Reciclagem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Redução do IPI, não é?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – É. IPI.

Esse é mais complexo. Realmente, reconheço que o é, mas estou transmitindo o apelo do Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Apelo feito, vistas concedidas.

Portanto, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Na próxima terça-feira, às 14 horas, reunião ordinária da Comissão.

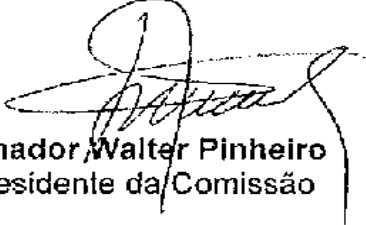
Só para lembrar, Deputado Eduardo Cunha, com essa medida de hoje, inclusive do pedido de vista, a gente já começa a cumprir a deliberação ou pelo menos a decisão.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 582, DE 2012, ADOTADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS DOS SETORES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS; PERMITE DEPRECIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA; INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES; ALTERA A LEI Nº 12.598, DE 22 DE MARÇO DE 2012, QUANTO À ABRANGÊNCIA DO REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA; ALTERA A INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS NA COMERCIALIZAÇÃO DA LARANJA; REDUZ O IMPOSTO DE RENDA DEVIDO PELO PRESTADOR AUTÔNOMO DE TRANSPORTE DE CARGA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Walter Pinheiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 582, de 2012, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Vital do Rego, Walter Pinheiro, José Pimentel, Aníbal Diniz, Ângela Portela, Ana Rita, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e João Vicente Claudino; e dos Deputados Vanderlei Siraque, Pedro Eugênio, Newton Lima, Eduardo Cunha, Marcelo Castro, Jerônimo Goergen, Antônio Balhmann, Rosane Ferreira e Nelson Marquizezelli. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à discussão e votação do relatório. O Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Marcelo Castro, que lê complementação de voto proferido na última reunião. Usa da palavra para discutir a matéria o Vice-Presidente, Deputado Vanderlei Siraque. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da primeira e segunda reuniões, as quais são aprovadas. O Presidente retira da pauta a apreciação dos requerimentos de

destaque nºs 1 e 2, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, e nº 4, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, por estarem ausentes os autores dos requerimentos. O requerimento de destaque nº 3 é retirado pelos autores, Deputados Vanderlei Siraque e Nelson Marquezelli. O Presidente coloca em votação o requerimento de destaque nº 5, de autoria do Deputado Vanderlei Siraque. O Relator manifesta-se pelo não acolhimento do requerimento. O Deputado Nelson Marquezelli usa da palavra. O requerimento de destaque nº 5 é rejeitado. O Presidente passa à votação do parecer, o qual é aprovado por unanimidade, passando a constituir parecer da Comissão, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das emendas apresentadas; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória e pela aprovação total ou parcial das emendas nºs 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 42, 61, 67, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 130, 134, 146, 149, 153 e 154, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. Usam da palavra o Senador Francisco Dornelles, o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Walter Pinheiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador Walter Pinheiro
Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata. Em decorrência da ausência ainda de quórum por parte do Senado da República, vamos pular essa parte. Portanto, para a aprovação das Atas da 1ª e da 2ª Reuniões, aguardaremos a chegada do quórum para a votação. Temos quórum para a abertura, para a leitura, mas não para a deliberação.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

A Presidência comunica que, em 13 de dezembro, foi lido o relatório pelo Deputado Marcelo Castro, ocasião em que foi concedida vista.

Nesse sentido, para que o Relator possa proceder à leitura do seu relatório, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Castro, Relator da Medida Provisória nº 582.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Quero cumprimentar a todos e dar o meu bom dia. Quero cumprimentar o nosso Presidente Walter Pinheiro.

Vou passar à leitura da complementação de voto.

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda e

institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga e dá outras providências.

Em 13 de dezembro de 2012, apresentamos parecer favorável à aprovação da Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, nos termos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) que submetemos, naquela data, à consideração dos membros desta Comissão Mista. Na referida reunião, foi concedida vista coletiva para análise das propostas integrantes do PLV.

Nesse período, o Governo editou a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012, que tratou, dentre outros assuntos, da substituição da tributação sobre folha de pagamento pela incidência sobre receita bruta.

Como houve alterações na Lei nº 12.546/2011, também tratada na Medida Provisória ora em debate, serão necessários alguns ajustes de técnica legislativa no PLV apresentado nesta Comissão Mista. Esses ajustes envolvem a renumeração de incisos e parágrafos dos artigos da referida lei. Ademais, com a edição da Medida Provisória nº 601/2012, a Lei nº 12.546, de 2011, passou a ter dois Anexos, devendo as menções do PLV ao "Anexo" da referida lei serem alterados para "Anexo I".

Além disso, a Medida Provisória nº 601, de 2012, suprimiu alguns códigos de mercadorias do Regime de Cobrança da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. Nessas circunstâncias, torna-se necessário proceder à exclusão desses mesmos códigos do PLV. Afinal, o próprio setor entendeu que seria menos oneroso recolher a Contribuição com base na folha de pagamentos.

Também serão suprimidos do PLV os códigos constantes do seu Anexo II, quando já incorporados à Medida Provisória nº 601, de 2012. Registre-se que tal supressão beneficiará os contribuintes uma vez que a noventena será contada da data de edição da referida Medida Provisória e não, da data da publicação da lei objeto de conversão da Medida Provisória nº 582, de 2012.

Por fim, estamos acatando ponderações recebidas nos debates que se seguiram à apresentação do citado parecer, havendo, inclusive, modificações no PLV decorrentes da aprovação de outras emendas parlamentares.

Por tudo isso, decidimos pela complementação do parecer anteriormente apresentado nos seguintes termos.

Alterações no art. 1º do PLV relativas ao art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011.

Estamos excluindo a nova redação proposta no PLV para o inciso III do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011. O intuito era retirar as sociedades cooperativas do regime de tributação sobre a receita bruta, mas tal objetivo será alcançado de forma mais abrangente acrescentando-se um novo §7º ao art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, com a seguinte redação, já adaptada à técnica legislativa:

§7º Excetuam-se da metodologia adotada para contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 3 da Lei 8.212, de 24 de

julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades nos incisos IV, V, VIII, IX e X do caput deste artigo.

No art. 8º da Lei nº 12.546/2011 será inserido dispositivo semelhante, como se verá à frente.

Estamos excluindo do PLV também o inciso V do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, que trata de empresas do setor da construção civil, uma vez que a Medida Provisória nº 601/2012 as incluiu no regime de cobrança da contribuição sobre receita bruta.

Para o setor da construção civil, nós tínhamos apresentado um parecer prévio, mas o Governo resolveu editar uma medida provisória, que já está em vigor. Por isso, nós estamos retirando do nosso parecer.

Além disso, os remanescentes incisos do art. 7º, constantes do PLV, terão que ser reenumerados a partir do inciso V, para preservar exatamente o inciso IV do art. 7º, que passou a tratar do setor de construção civil depois da publicação da Medida Provisória nº 601.

Além da renumeração, estamos acrescentando um novo inciso no PLV, pois resolvemos aprovar a Emenda nº 149, de modo a incluir no regime de cobrança da contribuição pela receita bruta empresas que atuam em serviços de engenharia e arquitetura e atividades técnicas a elas relacionadas, setor que tem forte interação com a construção civil. Portanto, será incluído um novo inciso no art. 7º da Lei 12.546/2011, com a seguinte redação: "XI – as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no grupo 711 do CNAE 2.0."

Essas são as modificações no art. 1º do PLV, no que diz respeito ao §7º da Lei 12.546/2011.

Relativas ao art. 8º da Lei 12.546/2011.

A Medida Provisória 601/2012 inseriu dois novos incisos (XI e XII) no §3º do art. 8º da Lei 12.546/2011. Portanto, os incisos deste mesmo §3º, constantes do PLV, serão reenumerados a partir do inciso XIII.

Por oportuno, no inciso VIII, já reenumerado, que trata dos serviços relacionados à defesa nacional, o código 1.2001.39.12 da Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) foi indevidamente repetido, tal como nas emendas que deram suporte ao acolhimento do pleito, duplicidade que ora corrigimos.

Além disso, a referida medida provisória utilizou-se do §5º do art. 8º da Lei 12.546/2011 para estabelecer a retenção na fonte da contribuição para serviços prestados por meio de cessão de mão de obra. Dessa forma, o §5º do art. 8º constante do PLV deve ser reenumerado para §6º, sendo que aproveitamos para sanar um lapso de remissão no referido dispositivo, passando a ter a seguinte redação, já adaptada à técnica legislativa:

§6º Consideram-se empresas jornalísticas, para fins do inciso XV do §3º, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário por qualquer plataforma, inclusive em portais de conteúdo da 'internet'.

Em relação ao transporte rodoviário de cargas, estamos propondo uma nova redação para o inciso do §3º do art. 8º da Lei 12.546/2011, que trata do assunto, de modo a incluir as subclasses dos códigos CNAE relativas a esse setor.

A nova redação, após a renumeração dos incisos anteriormente descritos, passa a ser a seguinte: "XVI – de transporte rodoviário de cargas enquadradas nas subclasses 4930-2/01, 4930-2/02, 4930-2/03 e 4930-2/04 da CNAE 2.0."

Além disso, a referência à exclusão do transporte de veículos 0km do regime de cobrança sobre a receita bruta passa a constar de um novo §7º do art. 8º da Lei 12.546/2011, com a seguinte redação:

§7º O disposto no inciso XVI do §3º deste artigo não se aplica às empresas de transporte rodoviário de veículos 0 km (zero quilômetro), que continuarão sob o regime de tributação anterior.

Como mencionado anteriormente, para contemplar as sociedades cooperativas no sentido de excluí-las do regime de cobrança da contribuição patronal com base na receita bruta, será acrescentado um novo §8º ao art. 8º da Lei 12.546/2011, com a seguinte redação, já adaptada à renumeração de incisos do §3º do referido artigo:

§8º Excelem-se da metodologia adotada para a contribuição sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as sociedades cooperativas que desenvolvam as atividades dos incisos XV e XVI do §3º deste artigo ou que fabriquem os produtos classificados nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.06, 03.07 e 1211.90.90, constantes do Anexo I desta Lei.

Essas são as modificações do art. 1º do PLV, no que tange ao art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Relativas ao art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Medida Provisória nº 601 passou a permitir a exclusão das receitas de prestação de serviço de transporte internacional de cargas, da base de cálculos da contribuição previdenciária, medida que constava do parecer apresentado nesta Comissão Mista. Dessa forma, suprimimos do PLV a nova redação para o inciso I do caput do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, uma vez que já se encontra em vigor tal exclusão da base de cálculo. Isso nós temos incluída na medida do relatório inicial e veio na medida provisória do Governo. Então, tivemos que excluir.

Estamos propondo também um aperfeiçoamento na redação do inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, para fazer menção expressa ao serviço que consta do §3º do art. 8º, de modo a não deixar dúvidas de que eles serão considerados no cálculo proporcional da contribuição previdenciária. O referido inciso passa a ter a seguinte redação:

II – O disposto no art. 22 da Lei nº 8.202, de 1991, reduzindo-se o valor das contribuições dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas ao serviço de que tratam o caput do art. 7º e o §3º do art. 8º à fabricação de produtos de que trata o caput do art. 8º e a receita bruta total.

Essas são as modificações no art. 1º do PLV, referentes ao art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, com o que passamos aos demais artigos do texto anteriormente apresentado.

Alterações nos arts. 6º e 11 do PLV.

Outra modificação diz respeito ao Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Fertilizantes (Reif), na forma de um ajuste do §2º do art. 6º do PLV, que passa a ter a seguinte redação:

§2º Competem ao Ministério das Minas e Energia e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a definição dos projetos que se enquadram nas disposições do caput e do §1º e a aprovação de projeto apresentado pela pessoa jurídica apresentada, conforme regulamento.

Sobre a mesma matéria, propomos uma alteração no inciso I do §1º do art. 11 do PLV, que passa a ter a seguinte redação: "I – manutenção das características originais do projeto."

Com isso, mantemos o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como um dos responsáveis pelo Reif, até porque o setor agrícola será o seu principal beneficiário, evitando, no entanto, excesso de burocracia, na gestão do referido regime tributário.

Alteração na redação do código constante do Anexo I do PLV.

A Medida Provisória nº 601, de 2012, excluiu do regime de tributação sobre a receita bruta dos fabricantes de produtos, classificados no código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 3006.30.11 e 3006.30.19.

Dessa forma, a posição 30.06, constante do Anexo I do PLV, passa a ter a seguinte redação: "30.06 (exceto os códigos 3006.30.11 e 3006.30.19.)"

Exclusões de código no Anexo I do PLV:

A Medida Provisória nº 601, de 2012, excluiu do regime de tributação sobre a receita bruta os fabricantes de produtos classificados nos códigos 7207.11.10; 7208.52.00; 7208.54.00; 7214.10.90; 7214.99.10; 7228.30.00; 7228.50.00; 8471.30; 9022.14.13 e 9022.30.00.

Pelos motivos anteriormente expostos, tais códigos serão excluídos do Anexo I do PLV, de forma a garantir a aplicação do regime de tributação menos oneroso a esses contribuintes.

Como V. Ex^{as} podem ver, a maior parte aqui desse voto complementar é só adequação do meu PLV, que já estava feito, à Medida Provisória nº 601, que o Governo veio, posteriormente, incluindo alguns setores que já estavam no PLV.

Como a Medida Provisória entra em vigência na data da publicação, e o nosso parecer ainda vai ser aprovado, então, é mais econômico deixar já vigorando a Medida Provisória.

Exclusões de código no Anexo II do PLV.

A Medida Provisória nº 601, de 2012, incluiu no regime de tributação sobre a receita bruta os fabricantes dos produtos classificados nos seguintes códigos: 69.07, 69.08 e 8526.91 00. Essa inclusão já constava do nosso parecer, e, como mencionado, tais códigos serão excluídos do Anexo II do PLV, com o objetivo de se antecipar a aplicação do novo regime de tributação, menos oneroso para esses contribuintes.

Inclusões de código do Anexo II do PLV.

Estamos propondo a inclusão do Anexo II do PLV dos seguintes códigos: 9619.00.00 e 0807.1

O primeiro código, constante da Emenda nº 154, trata de produtos de higiene pessoal, muito importantes para a saúde da população brasileira, cuja

inclusão no regime de cobrança da contribuição sobre a receita bruta deixou, indevidamente, de constar do PLV originalmente apresentado.

O segundo código refere-se a melões e melancias, frutas que têm grande parte de sua produção destinada ao mercado externo, motivo pelo qual a adoção do referido regime tornará mais competitivos os produtos nacionais.

São essas as reformulações ora propostas e, com isso, estamos acatando, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1, 3, 7, 10, 14, 15, 26, 33, 37, 42, 61, 67, 85, 91, 92, 101, 106, 110, 130, 134, 146, 149, 153 e 154, na forma do Projeto de Lei de Conversão e rejeitando as demais emendas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Feita a leitura, eu só queria retomar, antes de abrir a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares, já que alcançamos o quórum tanto na Câmara quanto no Senado, eu queria só proceder aqui... *(Pausa.)* Não tem quórum, não? Então a informação de já termos quórum no Senado não procede.

Vamos abrir a palavra ao Deputado Siraque.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Bom dia, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Presidente Walter Pinheiro.

Quero cumprimentar o Deputado Marcelo Castro pelo relatório. Muito bem acatadas as emendas relativas ao transporte rodoviário de cargas – isso é importante, pois são os transportadores da riqueza nacional – e também da indústria de defesa, setor importante, estratégico. Inclusive, o Brasil tem que se preparar para ser um exportador desses produtos.

Em especial, também, as empresas de projetos, engenharia e arquitetura – emenda, se não me engano, do Deputado Arnaldo Jardim trata disso – são de fundamental importância para melhorar a competitividade do País, porque são as empresas que fazem os projetos de todo o setor de infraestrutura nacional. Infelizmente existe uma concorrência desleal entre as empresas brasileiras e as empresas estrangeiras. Por exemplo, para o Teatro de Dança de São Paulo, foi contratada uma empresa da Suíça. O Governo do Distrito Federal, pensando Brasília 2030, contratou uma empresa de Cingapura, como se não houvesse empresas qualificadas em nosso País.

Também essas empresas de projetos e arquitetura, no geral, são formadas por profissionais liberais, entre uma e quatro pessoas. Na verdade, não são nem empregados; são sócios dessas empresas. Elas recolhem, estão recolhendo, para o INSS, todos os anos, R\$1,2 bilhão. Com essa emenda, cairia para cerca de R\$500 milhões, havendo uma economia de R\$700 milhões para essas empresas que chegam a faturar, no Brasil, cerca de R\$21,5 bilhões todos os anos.

Só que as empresas brasileiras têm cobrado dos projetos cerca de 1,5% em relação ao valor da obra, enquanto as empresas estrangeiras têm cobrado cerca de 9% – chega a 9%, como foi o caso do Teatro de Dança de São Paulo. O que acontece? A maioria das empresas de projetos são contratadas pelos Governos dos Municípios, ou dos Estados, ou pelo Governo Federal, a União. Agora, quando se contratam empresas de fora não são elas que, na verdade, estão executando os projetos. Elas são contratadas e depois fazem subcontratos com as empresas nacionais. Contrata-se fora, o recurso vai para fora e elas fazem subcontratos precários. Quem acaba fazendo, em parte, são as empresas nacionais, mas de forma subordinada às empresas estrangeiras. Aqui não tem xenofobia, nada disso, mas a questão de defesa da competitividade desse setor estratégico nacional.

Sem projetos, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Inclusive, o Brasil é um país carente de infraestrutura e não consegue, às vezes, executar aquilo que é necessário por falta de projetos adequados. Então, é muito bom o acatamento dessa emenda, Deputado Marcelo Castro.

Agora vamos para outro setor, que é o setor químico, petroquímico e plástico do Brasil. É um setor estratégico, fundamental para o desenvolvimento nacional, para o crescimento do PIB. Como a nossa Presidenta muito bem falou, nós não queremos um “pibinho”; nós queremos um “pibão”. Mas para isso nós vamos ter que garantir a competitividade de toda a indústria nacional e, entre ela, a cadeia produtiva do setor químico, petroquímico e plástico, para o qual nós precisamos de um regime especial. E aí eu fiz uma emenda. A Emenda 29, infelizmente, não foi acatada, mas talvez uma nova medida provisória da nossa Presidenta Dilma...

Outro dia, no encontro dos prefeitos e prefeitas eleitos, o Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, já anunciou que está defendendo, inclusive, regime especial para a indústria química, petroquímica e de plástico do Brasil. Esse fato é muito importante. E por quê? Porque esse setor é fundamental, Deputado Newton Lima, que é um dos grandes defensores também aqui da competitividade da indústria brasileira.

Há dez anos, o déficit da balança comercial do setor químico, petroquímico e plástico no Brasil era de US\$1,5 bilhão. Em 2011, pulou para US\$26,5 bilhões o déficit da nossa balança comercial, e, em 2012, ainda não saiu o resultado – pelo menos, ainda não consegui ver –, mas, se não me engano, já chega a US\$30 bilhões. Até 2020, poderá chegar a US\$50 bilhões, se não fizermos nada com este setor químico, petroquímico e plástico.

Agora, por que isso acontece? A indústria química tem como base a NaF aqui no Brasil, enquanto, nos Estados Unidos, no México, é o gás, só que o gás, no Brasil, custa em torno de dez a doze dólares por um milhão de BTU, que é a unidade desse setor, enquanto que, nos Estados Unidos e no México, é de três dólares o milhão de BTU, em decorrência de novas descobertas do processamento do gás de xisto, o *shale gas*.

Penso que é um setor estratégico. A emenda não foi acolhida. Pedimos o destaque. Entretanto, pedimos às Sr^{as} e aos Srs. Deputados, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, para que possam olhar com carinho essa cadeia produtiva do setor químico, petroquímico e plástico, que é estratégico para o desenvolvimento nacional. É de fundamental importância. Se desejarmos um país forte, é necessária uma indústria química, petroquímica e de plástico bastante competitiva e desenvolvida.

Então, parabeno o Relator, Deputado Marcelo Castro, mas só fica esse destaque em relação a minha emenda. Peço para que possamos continuar discutindo a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Bem, já atingindo o quorum, vamos só submeter ao Plenário a apreciação das duas atas. Portanto, proponho a dispensa da leitura das atas das sessões da 1ª e da 2ª Reuniões.

Então, queria submeter ao Plenário esse apoio da dispensa de leitura.

As Srs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a dispensa da leitura.

Ao mesmo tempo, em votação as atas das sessões da 1ª e da 2ª Reuniões.

As Srs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Queria passar a palavra ao Relator, para que ele pudesse responder aos destaques e imediatamente, como não há mais Parlamentar inscrito, vamos proceder ao encaminhamento para a votação do Relator Marcelo Castro.

Não havendo quem queira discutir a matéria, vou encerrar a discussão.

Está encerrada a discussão da matéria.

Vamos passar ao processo de apreciação da matéria.

Portanto, o Sr. Relator, se puder dar um parecer em relação aos destaques apresentados pelo Deputado Siraque, para que possamos proceder à apreciação da matéria. Foram apresentados destaques a essa matéria pelo Deputado Onofre, Vice-Líder do PSD, que está ausente. O Deputado Nelson Marquezelli e o Deputado Siraque apresentaram destaque à Emenda nº 149. Portanto, já acatado esse pleito, retirado o destaque.

O Requerimento nº 4 é do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que está ausente.

Portanto, em apreciação o Requerimento nº 5, do Deputado Siraque.

Vamos ao parecer do nobre Relator sobre essa questão, para que nós possamos proceder à votação da matéria.

O Relator ainda está analisando o destaque.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Só para explicar sobre o regime especial da indústria química.

Sr. Relator, é o sobre a Emenda nº 29. Nós temos o regime especial da indústria de fertilizantes, com que nós concordamos, só que nós queremos estender os benefícios para a indústria química pelos motivos que eu já mencionei.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Tem apoio da Câmara dos Deputados. Nós estamos apoiando essa inclusão.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Eu quero explicar para a Comissão Mista por que eu não acolhi a Emenda nº 29, de autoria do nobre Deputado Vanderlei Siraque. Ele cria um novo programa, como o Reif, criado para a indústria de fertilizantes. Então, cria um novo programa para a indústria química. Isso seria uma medida provisória dentro da Medida Provisória, seria motivo para

outra medida provisória. É um capítulo extenso, que inclui 16 capítulos da Tipi, e cada capítulo desses tem vários produtos. Então, é uma coisa muito abrangente e que fugia completamente aos ajustes que temos de fazer em uma medida provisória.

Acho que isso é um motivo a ser negociado com o Governo com calma, com tempo, convencendo-o a editar uma medida provisória sobre a indústria química brasileira. E não acatarmos em uma emenda que vai desvirtuar... Quero dizer, não é desvirtuar, mas que vai ampliar extraordinariamente todo o sentido da Medida Provisória nº 582. Então, não entramos no mérito. É meritória a emenda de S. Ex^a, mas estenderia, ampliaria demais a abrangência da Medida Provisória nº 582. Então, foi só por esse motivo que nós não acatamos essa Emenda. Acharmos que deve ser objeto de uma ampla discussão dentro do Governo para, se o Governo concordar, editar uma medida provisória tratando da indústria química e não ser simplesmente colocada como emenda, o Relator aprovar e levar isso para o Governo analisar e discutir, depois de feito aqui. Foi por isso que eu não a acatei.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Eu queria perguntar ao Deputado Siraque se, diante dessa ponderação feita pelo Relator, mantém o requerimento.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Eu vou mantê-lo, porque nada impede. De fato, nós estamos esperando mesmo que seja feita nova medida provisória com um regime especial da indústria química. É necessário, é fundamental. Mas eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Então, vamos à votação do Requerimento.

Deputado Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Eu peço a palavra.

Realmente, o Relator, o Deputado Marcelo, tem de cuidar, é obrigação dele como Relator cuidar da integridade da Medida Provisória.

Mas o Deputado Siraque trouxe a esta Casa uma preocupação de exportação, de fabricação, de colocação, de divisas. O País está caminhando, rapidamente, para uma crise importantíssima na nossa balança.

Uma das razões por que apoio o Deputado Siraque nessa colocação é dessa forma: a Casa tem autonomia, a Casa pode, dentro daquilo que está... uma uniformidade dentro daquilo que é importante para o País. Desde que não fira a Constituição e nem o Regimento da Casa, os Parlamentares, tanto Senadores como Deputados, podem crescer, dentro de uma medida provisória, aquilo que é análogo ao que foi proposto.

Sei que o Governo pode apresentar outra medida provisória – alertado por esta Casa vai fazer isso. Mas nós não poderíamos perder esta oportunidade de discutir esta emenda e, se houver a visão dos Senadores e Deputados, incluí-la na medida provisória. Nós temos ainda o Plenário para o Governo poder, através da sua Liderança, apreciar ou não sua aprovação. Mas uma comissão restrita, defendendo a medida provisória, pode incluir isso, que é vital para a economia do Brasil. É vital.

Foi bem colocado pelo Deputado Siraque: os números... Acho que nós não podemos perder essa oportunidade! A oportunidade da aprovação é importante, Sr. Presidente Walter!

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Muito obrigado. Vamos proceder à votação do requerimento.

Em votação o requerimento de destaque feito pelo Deputado Siraque.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

Vamos proceder à votação do relatório apresentado pelo Deputado Marcelo Castro, já lido e de conhecimento da Comissão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação do relatório lido pelo Deputado Marcelo Castro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, aprovado o relatório, a matéria agora vai para o Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Antes de encerrarmos os trabalhos...

Darei a palavra.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o acompanhamento taquigráfico desta reunião.

Com a palavra, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a pela maneira competente, séria, objetiva como V. Ex^a conduziu os trabalhos desta Comissão e cumprimentar também o Deputado Marcelo Castro pelo seu parecer.

Ele enfocou e examinou profundamente todas as matérias apresentadas. Quero fazer um destaque, Senador Flexa Ribeiro, quanto à colocação do Deputado Marcelo Freire sobre o lucro presumido. Ele praticamente corrige o valor do lucro presumido para R\$70 mil, o que é extremamente importante para desburocratizar... R\$70 milhões. É muito importante para desburocratizar os aspectos tributários de uma empresa, e a desoneração da folha tem os seguintes aspectos positivos: é um benefício para as empresas sem onerar Estados e Município; não tem efeito sobre a importação e sobre a balança comercial porque só pega as empresas domiciliadas no Brasil e justamente aquelas que empregam muita mão de obra.

De modo que quero cumprimentar o Deputado Marcelo Castro pelo seu parecer, realmente competente, inteligente, coerente com toda a sua história e com o conhecimento profundo que S. Ex^a tem das matérias nesta Casa.

Senador Walter Pinheiro, meus cumprimentos a V. Ex^a mais uma vez e parabéns a esta Comissão por ter aprovado esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Senador Flexa Ribeiro, para que possamos encerrar esta reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, quero parabenizá-lo pela condução da Comissão Mista da Medida Provisória 582 e também ao Relator, Deputado Marcelo Castro.

Quero concordar, Senador Dornelles, com V. Ex^a, e parabenizar a extensão, o aumento do teto para lucro presumido de 48 para R\$70 milhões. Deputado Marcelo Castro, acho que qualquer ação do Congresso no sentido de desonerar as empresas brasileiras e desburocratizá-las vem no sentido de ajudar o Brasil a retomar o caminho do desenvolvimento, porque nós estamos indo por um caminho que não é muito bom. Queira Deus que estejamos errados nessa análise. Mas esse é um caminho correto. Acho que temos de desonerar.

Só discordo, Presidente Walter Pinheiro, porque o Deputado Marcelo pediu aí que o Governo encaminhasse uma nova Medida Provisória. Nós, do Legislativo, não podemos pedir para o Governo legislar por nós.

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Perdão!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Assim fica demais.

A gente reclama do Governo, porque o Governo não nos deixa trabalhar, porque a ação de legislar é do Congresso, colocando medidas provisórias aqui, e agora nós vamos pedir para o Governo encaminhar medida provisória! Aí nós estamos atirando no nosso pé.

Então, era essa a ressalva que eu gostaria de deixar registrada, Deputado Marcelo, e parabenizá-lo pelo seu relatório. Que possa ser retirado dos Anais esse pedido do Deputado Marcelo para que o Governo mande mais medida provisória para o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Deus não vai julgar V. Ex^a não, Senador Flexa, mas Deus deve dar um pouquinho de luz a V. Ex^a, como já tem feito até aqui, um pouquinho a mais do que já deu, e aí V. Ex^a inclusive não só compreendeu a partir disso como V. Ex^a contribuiu para que nós fechássemos esse relatório da Medida Provisória, o que mostra o acerto do Governo. Porque se o Governo não tivesse mandado a Medida Provisória com esse tema, dificilmente teríamos esse tema aqui apreciado.

Com a palavra o Relator Marcelo Castro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não vou responder V. Ex^a (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB – PI) – Inicialmente eu quero agradecer a todos; às palavras elogiosas do Senador Dornelles. Dizer ao nosso Senador Flexa Ribeiro, que eu me penitencio: o uso do cachimbo é que deixa a boca torta. Nós já estamos tão acostumados de o Governo legislar em medida provisória, que eu deveria ter dito ao Deputado Siraque que ele deveria apresentar um projeto de lei na Câmara para a gente discutir com calma, dada a abrangência e amplitude dessa proposta que ele está fazendo. Como tudo aqui vem por meio medida provisória, eu, automaticamente cometi essa incorreção, à qual eu me penitencio e peço perdão.

Não mais, dizer aos presentes que nós fizemos um esforço para não fugir do espírito da Medida Provisória. Então, eu posso afirmar aqui, com segurança, Senador Walter Pinheiro, Presidente da nossa Comissão, que nesse PLV nosso, aqui, não há nenhum jabuti, nós apenas tornamos mais consequente, tornamos mais abrangente o espírito da Medida Provisória.

Então, se era desonerado o setor do transporte rodoviário, nós desoneramos também o setor metroviário, o setor ferroviário. Tudo dentro do mesmo espírito, da mesma lógica de tornar mais competitiva, de simplificar, de desonerar, de desburocratizar, de facilitar a vida de quem trabalha, de quem produz e gera riqueza neste País.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o nosso Governo da Presidenta Dilma que, em boa hora, senão já um pouco tardiamente, está desonerando os setores mais dinâmicos de nossa economia: os setores da indústria e serviços, facilitando a vida daqueles que colocam o País nessa posição tão boa no cenário internacional.

Dito isso, agradeço a todos a aprovação e as deferências feitas aqui ao meu relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Com a palavra o Deputado Siraque, para que possamos encerrar a reunião.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Quero parabenizar o Deputado Marcelo Castro.

Não vamos reclamar por aquilo que não foi aprovado; vamos elogiar aquilo que foi aprovado. Foi um grande relatório.

Também penso que a nossa Presidenta Dilma mandou essa Medida Provisória no momento importante para a competitividade da indústria nacional. Então, o que foi acatado está de forma adequada, e nós estamos muito felizes.

Por que eu não apresentei o projeto de lei, Senador Flexa Ribeiro? Eu entendo que nós temos de dialogar se, de fato, nós desejamos que tenha... É algo que, de fato, merece uma medida provisória. Acho que é um caso de urgência mesmo. Atende aos requisitos de uma medida provisória o regime especial da indústria química, petroquímica e plástica.

Quanto ao projeto de lei, nós sabemos que, infelizmente, projeto de iniciativa dos Deputados e Senadores demora muito tempo para a apreciação. Então, é importante o diálogo com a Fazenda, é importante o diálogo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o Senado e com a Câmara, com o setor dos trabalhadores e com os setores empresariais.

Nesse sentido, penso que deve ser mesmo uma medida provisória, mas sem prejuízo, inclusive, de nós assinarmos juntos um projeto de lei para apreciação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. PT – BA) – Obrigado, Deputado Siraque.

Lembro ao Deputado que a emenda já é um projeto de lei. V. Ex^a fez exatamente uma emenda, portanto, usou da sua prerrogativa de Parlamentar.

Nada mais havendo a tratar, aprovado o texto do Relator Marcelo Castro, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PPL - João Costa** (S)
Bloco-PR - João Ribeiro**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-20 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Sodré Santoro.	PTB/RR

PSD - 2

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	26
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (63,69)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (67)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (81)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,66)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (35,61)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,65)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (76) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,31,77,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 13</p> <p>Líder Gim - PTB (56,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,71) Eduardo Amorim (17,47,48,79) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,71)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,79)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13,52,62)</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18,75)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
63. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o Of. GLPMDB nº 010/2013.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
66. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme Of. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cicero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
 2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
 3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
 4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).
 6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
 7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
 10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSE, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (34,35,46,47)	6. Cristovam Buarque (PDT) (8)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (29)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (17,22)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (11,12,18,19)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Moraes (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (45,29)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) (48)
Antonio Russo (PR) (26,27,28,53)	3. Blairo Maggi (PR) (38,39,51,52)
João Ribeiro (PR) (6)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21)

PSD PSOL (24)

Marco Antônio Costa (PSD) (23,25,43,44)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).

5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²³⁾	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(6,17,23,30)
Paulo Davim (PV) ^(2,23)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,30)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,4,23)	3. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30)
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²³⁾	4. Lobão Filho (PMDB) ^(23,30)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²³⁾	5. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23)	6. Roberto Requião (PMDB) ^(10,23,30)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,25,30)	7. Benedito de Lira (PP) ^(23,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(9,11,13)
Cyro Miranda (PSDB) ^(7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,5)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁴⁾
VAGO ^(28,29,32)	3. Antonio Russo (PR) ^(19,20,33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽²⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO ^(6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
7. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (23)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (5,9)
Jorge Viana (PT) (7)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,50,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (6)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (38)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) (1,4,16,20,26,39,51)
Eunício Oliveira (PMDB) (2,15,39,51)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,51)
Pedro Simon (PMDB) (39,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (13,16,39,51,52,53,63,64)
Romero Jucá (PMDB) (39,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,39,51)
Vital do Rêgo (PMDB) (20,39,51)	5. Lobão Filho (PMDB) (39)
Luiz Henrique (PMDB) (27,39)	6. Waldemir Moka (PMDB) (39)
Francisco Dornelles (PP) (39)	7. Benedito de Lira (PP) (39)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (8)
José Agripino (DEM) (17,43)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,43,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (59,38)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10,45,65)
Gim (PTB) (62)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,45)
Magno Malta (PR)	3. VAGO (19,21,34,35,66,67)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (47,48)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (40,41,42)	1. VAGO (29,30,31,37,40,41,42,57,58,68)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (38)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (49)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (24,13)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (43)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (43,46,2,19)
Pedro Simon (PMDB) (26,27,29,40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (43,46,56)
Ricardo Ferraço (PMDB) (25,43,6,12)	3. Luiz Henrique (PMDB) (43)
Benedito de Lira (PP) (28,31,39,43)	4. VAGO (43,46)
Ana Amélia (PP) (43,17)	5. VAGO (43,46)
Romero Jucá (PMDB) (43,46)	6. VAGO (43,46,20)
João Alberto Souza (PMDB) (43,46,47,48,55,57)	7. VAGO (43,10)
Waldemir Moka (PMDB) (43,46)	8. (43)
Ciro Nogueira (PP) (43,46)	9. (43)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (4)	1. Cícero Lucena (PSDB) (33)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (14,22)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. VAGO (54,18)
José Agripino (DEM) (7)	5. Alvaro Dias (PSDB) (44,45,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (53,41)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (58)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (42,1)
Magno Malta (PR) (23,11)	3. Antonio Russo (PR) (36,37,60)
João Ribeiro (PR) (23)	4. VAGO (51,52,59)
PSD PSOL (34)	
Kátia Abreu (PSD) (32,35,50)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

23. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
33. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
44. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
45. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
46. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
47. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
48. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
52. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
53. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
56. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).

57. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).

58. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

59. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

60. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(11,15,39,40,49,50)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁶⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,42,53,54)
VAGO ^(19,20,38)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(20,21)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁷⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(31,32,36)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,22,23)	6. VAGO ^(8,28,29,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cicero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(7,10)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(18,26,27)	3. VAGO ^(26,51)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(47,37)	
Gim (PTB) ^(1,25,52)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
VAGO ^(46,48,56)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴³⁾
PSD PSOL ⁽³⁴⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(4,5,9,33,44,45,55)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

9. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

10. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

16. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

21. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

22. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

23. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).

27. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

35. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012-BLUFOR/SF).
49. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
50. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
52. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário n° 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,8)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(4,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,6)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
⁽⁵⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁶⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,4)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(6,7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,6,10)	1. VAGO ^(6,11,12,13)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
7. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
8. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

12. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(7,10)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,6)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽⁹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,10,12)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(53,49)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(13,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) ^(14,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,38,40)	6. VAGO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(7,9,26,33)
VAGO ^(2,12,28,29,30,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(31,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(17,32)	4. VAGO ⁽²⁰⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁹⁾	5. VAGO ⁽¹²⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(4,8,16,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ^(54,18,37,45)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(52,43)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(56,1)	1. Gim (PTB) ^(55,47)
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. VAGO ^(57,50,51)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽³⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

9. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

20. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
53. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
57. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²²⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(23,24,26)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ^(12,13,14,21,28,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽²⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO ^(10,30)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³⁴⁾
Gim (PTB) ⁽³¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR) ^(25,27,35,36)	3. João Ribeiro (PR) ^(19,20)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas

Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Domelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1)	1. VAGO (2,7)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,21)
Acir Gurgacz (PDT) ^(31,32,44,45)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ^(26,33,34,47,48)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁶⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁶⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,26)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁶⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁶⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁶⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(9,26)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁶⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(11,22,23,26)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁶⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁶⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(15,16,17,24,26)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(1,4)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,7)
Wilder Moraes (DEM) ^(29,37)	4. Jayme Campos (DEM) ^(29,38)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,25)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) ^(36,46)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁵⁾	3. VAGO ^(42,43,50)
PSOL	
⁽¹⁹⁾	1. Randolfe Rodrigues ^(19,49)
PSD	
VAGO ^(27,30,39,40,51)	1. Sérgio Petecão ^(5,6,12,14,27,28,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

20. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

21. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

24. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
28. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
29. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
32. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
33. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
34. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
35. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
36. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
37. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
39. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
40. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
41. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
42. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
43. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
49. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).
50. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
51. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Costa (PPL-TO) ^(11,14,2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(7,4,5)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(5,3)

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
VAGO (1,10,12,13,16)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (8,9,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
11. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se, nos termos do art. 47 do Regimento Interno do Senado Federal, do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Of. GSVALV nº 415/2012, Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
12. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
13. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
14. Em 1º.11.2012, foi lido o Of. nº 087/2012-CI, comunicando a eleição do Senador João Costa para Presidente da Subcomissão, em substituição ao Senador licenciado Vicentinho Alves.

15. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

16. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios n.ºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(33,34,39,40)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(21,22,24,28,32)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(3,38)
Eduardo Braga (PMDB) ^(16,35)	4. VAGO ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(8,9,17,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(23,25,29)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,12,20)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,36)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,30)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴²⁾	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³¹⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁶⁾	
	1. VAGO ^(14,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of nº 481/2011 - GSMB).

13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of nº 120/2011 - GLDBAG).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

18. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

20. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

21. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

22. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

25. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

27. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

31. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

32. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

33. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

34. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

35. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).

36. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).

37. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

38. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).

39. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).

40. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).

41. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. GSRR nº 264/2012).

42. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁴⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,36,52)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(25,26,27,35,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,40,51,53)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(2,9,14)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(6,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(5,54)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(24,33,34,46)	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. VAGO ^(30,43,44,58)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(11,13)
João Capiberibe (PSB) ^(9,10,18)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,22,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁴⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4,12)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,26,31,32)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,14,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(28,24)	
Gim (PTB) ⁽²⁹⁾	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,17)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁷⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
VAGO ^(5,27,33)	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

20. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

25. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

26. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

27. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).

31. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

32. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).

33. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽⁹⁾		
João Alberto Souza (MA)	2. VAGO ⁽⁵⁾		
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾		
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾		
PT			
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)		
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)		
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)		
PSDB			
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)		
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾		
PTB			
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)		
DEM			
Jayne Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)		
PR			
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾	1.		
PP			
Ciro Nogueira (PI)	1.		
PDT			
Acir Gurgacz (RO)	1.		
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.		
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 09/11/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
8. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁽²⁾	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/12/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

2. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO ^(10,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ^(2,21)**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(9,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(3,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
VAGO (18,19,20,22)
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 04/02/2013**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of.º 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of.º 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of.º GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.º GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF
21. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.
22. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁸⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,19,20)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁶⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,18)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²²⁾

PVPaulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽¹⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim (DF) ⁽⁸⁾**DEM****PR**VAGO ^(2,15,16)**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁹⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 04/02/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.ºGSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.ºGSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.ºGLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.ºGSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.ºGLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSV ALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
16. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽²⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁷⁾
DEM
VAGO ⁽¹⁷⁾
PR
VAGO ^(3,16,18)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹²⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁾
PSC
VAGO
PSD

Marco Antônio Costa (TO) (6,14,15)

PV

Paulo Davim (RN) (8)

Atualização: 04/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
14. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
15. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
16. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
17. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 05.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012.)
18. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012

MEMBROS
PMDB
VAGO ⁽¹⁰⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
PTB
DEM
PR
VAGO ^(2,11)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽⁴⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽¹⁾
PRB
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSD
VAGO ^(8,12)
PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 04/02/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
8. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.
9. O Senador Eduardo Amorim foi designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 184/2012, de 29/10/2012, do Gabinete da Liderança do PSC, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/10/2012.
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ⁸**COMPOSIÇÃO ²**

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ^{4, 16, 23 e 25}

Instalação: 27-3-2012**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares ⁶**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá ⁶**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty ⁶**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 18}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10, 12 e 19}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
^{16, 17 e 21}	1. Antonio Russo (PR/MS) ^{20 e 24}
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. ^{14, 15 e 22}

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.**3-** Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.**4-** Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.**5-** Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.**6-** Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.**7-** Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.

11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.

16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

19- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

20- Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.

21- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.

22- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

23- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).

24- Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.

25- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) ^{14, 15 e 24}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) ¹

Notas:

1-Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ^{1,3 e 4}
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC) ²

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).

4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{15 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 8}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
⁴	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{2 e 5}
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:****Vice-Presidente:**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/MT) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 04.02.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁹ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 ¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cede uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cede uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Gealdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB/AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ccscn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:**3-1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.****4-2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.**

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011**Deputados**

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Wellington Fagundes ²⁰
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ²¹	Fernando Collor

(Atualizada em 28.11.2012)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20 – O Deputado Wellington Fagundes foi designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da República – PR, em substituição ao Deputado Jacobo, nos termos do Of. nº 551/2012, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 28.11.2012, e do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2012.
- 21- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 206 páginas
(OS: 10316/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

